



CONINTER 4

Congresso Internacional
Interdisciplinar em Sociais
e Humanidades

Foz do Iguaçu PR: UNIOESTE, 8 a 11 de
dezembro de 2015, ISSN 2316-266X, n.4,
Volume 1

CULTURA MATERIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL

Coordenadores:

Dione da Rocha Bandeira (Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville)

Simonne Teixeira (Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense)

O 4º Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (CONINTER), evento da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (ANINTER-SH), teve como tema

“FRONTEIRAS E INTEGRAÇÃO – ESTUDOS INTERDISCIPLINARES NA AMÉRICA LATINA”

Local: Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), **Município de Foz do Iguaçu (PR)**, entre os dias 08 e 11 de dezembro de 2015.

Comissão Executiva

Alba Simon (UFF)
Fernando José Martins (UNIOESTE)
Fabio André Hahn (UNESPAR)
Renan Araújo (UNESPAR)
Samuel Klauck (UNIOESTE)
Wilson Madeira Filho (ANINTER)

Comissão Científica

Dione da Rocha Bandeira (Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville); Simonne Teixeira (Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense); Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes (Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville); Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas); Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília); Leonardo Barci Castriota (Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais); Fernando José Martins (Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná); Gaudêncio Frigotto (Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro); Eduardo Manuel Val (Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Estácio de Sá); Enzo Bello (Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense); Elisa Maria Andrade Brisola (Pós-graduação em Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Formação da Universidade de Taubaté); Gilvan Luiz Hansen (Pós-graduação em Justiça Administrativa da Universidade Federal Fluminense); Napoleão Miranda (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Vera Teixeira Kauss (Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio); Ana Maria Motta Ribeiro (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - UFF); Márcia Barros Ferreira Rodrigues (Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo); Alba Simon (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Annelise Fernandez (Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro); Luzinete Simões Minella (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina); Felipe Bruno Martins Fernandes (Programa de pós-graduação de Estudos Interdisciplinares em mulheres gênero e feminismo); Tânia Mara Pedroso Müller (Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca); Luiz Fernandes de Oliveira (Programa de Pós-Graduação em Educação, "Contextos Contemporâneos e Demandas Populares" da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro); Adriana Ribeiro Rice Geisler (Programa de Pós-graduação em Pesquisa Clínica em Doenças Infecciosas do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas da Fundação Oswaldo Cruz); Eder Fernandes (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Carlos

Henrique Medeiros de Souza (Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense); Cleonice Puggian (Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio); Haydéa Maria Marino de Sant'Anna Reis (Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da universidade do Grande Rio); Edicléa Mascarenhas Fernandes (Programa de Pós-Graduação em Diversidade e da Universidade Federal Fluminense); Francisco Ramos de Farias (Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro); Leandro Garcia Pinho (Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense); Maria Thereza Azevedo (Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Mato Grosso); Gláucia Maria Costa Trinchão (Programa de Pós-graduação em Desenho, Cultura e Interatividade da Universidade Estadual de Feira de Santana); Marcus Fabiano Gonçalves (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Dostoiowski Mariatt de Oliveira Champangnatte Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio); José Carlos de Oliveira (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro); Wilson Madeira Filho (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Ana Keila Mosca Pinezi (Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC); Dario Paulo Barrera Rivera (Universidade Metodista de São Paulo); Diana de Souza Pinto (Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro); Jacqueline Pinheiro (Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio); Livia Alessandra Fialho da Costa (Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador); Fernando Gama de Miranda Netto (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Geraldo M. Timóteo (Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense); Luciene Rodrigues (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Universidade de Montes Claros); Pedro Heitor Barros Geraldo (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - UFF); Lenin Pires (Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense); Delton Meirelles (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Fernanda Duarte (Pós-Graduação em Direito da Universidade Estácio de Sá); Paulo Renato Silva (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA); Gerson Ledezma Meneses (Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea na América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA); Giane Lessa (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA); Johnny Octavio Obando Morán (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA); Senilde Alcantara Guanaes (Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea na América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA).

Comissão de Apoio

Marcelino Conti da Silva (UFF)
Sherazade Tammela Madeira (UFF)
Simone Brilhante de Mattos (UFF)
Patrícia Valente Canela (UFF)

Diagramação

Erick Brum (UNESA) e Marcelo Tammela Madeira (Anhanguera)

Revisão e Sistematização

Tauã Lima Verdán Rangel (UFF) e Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)

Apresentação e Sumário

Wilson Madeira Filho (ANINTER)

APRESENTAÇÃO

A noção de cultura material é heterogênea e matizada, e está presente em inúmeros estudos de diversos campos do conhecimento disciplinares como a história, a arqueologia, a antropologia, a arquitetura, a museologia, o design, entre outras. O estudo da cultura material entendida como o segmento do universo físico, que é socialmente apropriado pelo homem, permite a produção de conhecimentos sobre o modo de vida de sociedades de todos os tempos e lugares por que resistem ao passar dos anos. Além de informarem diretamente aspectos dos domínios tecnológicos das sociedades, estão sempre carregados de sentidos, de significados próprios de uma cultura. Também por resistirem são reapropriados e resignificados, passando a figurar nas vitrines de museus, em antiquários ou como patrimônio cultural. Por tudo isso, os objetos devem ser visto como produtos e produtores do comportamento humano. A proposta do Grupo de Trabalho foi a de reunir pesquisadores de diferentes disciplinas que pudessem contribuir com novas abordagens teórico-metodológicas rumo à perspectiva interdisciplinar, no exame da cultura material.

Nos trabalhos aqui reunidos, estudos interdisciplinares sobre a complexidade que implicam a atividade turística e os patrimônios culturais, temas diversos como a valorização das rotas religiosas pela Europa como fator de desenvolvimento territorial e a arquitetura vernácula no turismo de base comunitária, auxiliam a compreender a relação entre a cultura material e seu potencial para a construção da memória e da identidade de determinados grupos.

Em contexto correlato, outros estudos acionam os aspectos identitários de docentes e discentes em uma Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia no Sul do país ou as transformações trazidas pelos diversos grupos colonizadores e escravos africanos, analisando o meio ambiente cultural, enquanto complexo macrossistema. Nesse ínterim, ganha destaque o patrimônio arqueológico pré-colonial, em contexto regional, pautando-se em diferentes perspectivas, enfatizando o diálogo entre o estudo da cultura material, da paisagem costeira e também de etnicidade. Desse modo, aspectos distintos como o patrimônio cultural do município de Cachoeiro de Itapemirim-ES ou a presença de cerâmica histórica nos sítios arqueológicos pré-coloniais apontam para uma tradição neobrasileira e ao contexto de uma Etnoarqueologia.

Sua leitura crítica será a próxima peça instrumental a revitalizar esse campo semântico.

Wilson Madeira Filho
Presidente da ANINTER

SUMÁRIO

PATRIMONIO CULTURAL E O TURISMO RELIGIOSO COMO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA EUROPA - CURY, Mauro José Ferreira p. 01-12

INTERFACE ENTRE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ARQUITETURA VERNÁCULA - REZENDE, Marco Antônio Penido de; COSTA, Raíssa de Keller e; BATISTA, Danielle Aparecidap.13-24

MEMÓRIA E IDENTIDADE ATRAVÉS DA CULTURA MATERIAL: O CASO DA FACULDADE DE ENFERMAGEM E OBSTETRÍCEA – UFPEL - GUTIERRE, Marina Duarte; SERRES, Juliane Conceição Primo; RIBEIRO, Diego Lemosp. 25-39

CULTURA MATERIAL, PAISAGEM COSTEIRA E ETNICIDADE: O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO PRÉ-COLONIAL DA COSTA LESTE DA ILHA DE SÃO FRANCISCO (SC) - BANDEIRA, Dione da Rocha; ALVES, Maria Cristina Alves; ALMEIDA, Graciele Tules de; SÁ, Júlio Cesar dep. 40-52

ENTRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E A PREDUÇÃO IMOBILIÁRIA: UMA ANÁLISE DO IMPACTO DO RESIDENCIAL HUGO AMORIM NA AMBIÊNCIA DA IGREJA DE NOSSO SENHOR DOS PASSOS - SILVA, Daniela Juliano; RANGEL, Tauã Lima Verdanp. 53-69

DISCUSSÕES INICIAIS SOBRE A PRESENÇA DE CERÂMICA HISTÓRICA EM SAMBAQUIS DE GUARATUBA (PARANÁ) - FERNANDES, Rosane Patrícia; BORBA, Fernanda Mara; BANDEIRA, Dione da Rocha; WASILEWSKI, Marcosp. 70-88

ARTEFATOS DE FIBRAS VEGETAIS DOS SAMBAQUIS CUBATÃO I (JOINVILLE – SC) E LARANJEIRAS (GUARATUBA-PR), ETNOARQUEOLOGIA E ANÁLISE COMPARATIVA - SÁ, Julio Cesar de; FERNANDES, Rosane Patrícia; BANDEIRA, Dione da Rocha; WASILEWSKI, Marcosp. 89-104

PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE ARTESANATO E ARTESÃOS NO BRASIL: INTERESSES E POSIÇÕES NO CAMPO ARTESANAL - VEGA TORRES, Daniel Robertop. 105-121



PATRIMONIO CULTURAL E O TURISMO RELIGIOSO COMO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA EUROPA

CURY, Mauro José Ferreira

Docente dos Programas de Pós Graduação: Sociedade, Cultura e Fronteiras da UNIOESTE-Campus Foz do Iguaçu e Geografia da UNIOESTE- Campus de Marechal Cândido Rondon.

maurojfc@gmail.com

1

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de proporcionar por um estudo interdisciplinar sobre a complexidade que implicam a atividade turística, os patrimônios culturais e a valorização das rotas religiosas pela Europa como fator de desenvolvimento territorial. Os estudos partem do Caminho de Santiago, Via Francigena, Caminho Inaciano e outras rotas que vem se desenvolvendo como incremento de socioambiental, cultural, econômico e político. Será apresentado o patrimônio cultural as relações de desenvolvimento territorial. A proposta da pesquisa agrega valores e contribuições ao desenvolvimento territorial. A metodologia é complexa e interdisciplinar em distintos territórios que apresentam singularidades, com o desenvolvimento do turismo cultural, assim ocorre à firmiação de rotas, redes distintas que possam a contribuir na confirmação de clusters de turismo. O artigo estrutura-se com o patrimônio cultural e as contribuições para o turismo; os caminhos e rotas religiosas na Europa e as considerações finais.

Palavras-chave: Patrimônio. Turismo. Cultura.

ABSTRACT

This research aims to provide an interdisciplinary study of the complexity involving the tourism, cultural heritage and appreciation of religious routes by Europe as a territorial development factor. The studies are based on the San James way, via Francigena, Ignatian way and other routes that is evolving as increase of environmental, cultural, economic and political. Will present the cultural heritage relations of territorial development. The research proposal adds values and contributions to regional development. The methodology is complex and interdisciplinary in different territories have singularities, with the development of cultural tourism, as is the affirmation routes, distinct networks that can contribute in confirming tourism clusters. The article is structured with cultural heritage and contributions to tourism; the ways and religious routes in Europe and the concluding remarks.

Key-words: Heritage. Tourism. Culture.

INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa tem uma abordagem interdisciplinar, pois agrega elementos de estudos relacionados ao patrimônio cultural, ao turismo e ao desenvolvimento territorial na



Europa. Objetiva proporcionar um estudo interdisciplinar sobre a complexidade que implicam estes elementos e associá-los à sustentabilidade. As bases conceituais partem dos estudos territoriais e patrimoniais baseados nos Caminhos de Santiago, Inaciano, Via Francigena e outras rotas e circuitos desenvolvidas como incremento socioambiental, cultural, econômico e político. A partir de este objetivo, será apresentado o patrimônio cultural as relações de desenvolvimento territorial. A proposta desta pesquisa pode agregar valores e contribuições ao desenvolvimento territorial em todos os países envolvidos.

A metodologia é complexa e interdisciplinar em distintos territórios que apresentam similaridade, singularidades, com o desenvolvimento do turismo cultural, assim ocorre à firmamento de rotas, redes distintas que possam a contribuir na confirmação de clusters de turismo. Os estudos partem de uma análise empírica por meio de observação dos valores sobre lazer, turismo e patrimônio cultural a que venham permitir novas reflexões aplicáveis às ciências sociais e humanas.

O artigo estrutura-se com o patrimônio cultural e as contribuições para o turismo; os caminhos e rotas religiosas na Europa e as considerações finais.

1. PATRIMONIO CULTURAL E AS CONTRIBUIÇÕES PARA O TURISMO

Ao analisar o desenvolvimento territorial praticado pelo planejamento turístico, faz-se a necessidade da compreensão sobre o território e de territorialidade, suas derivações de territorializar e desterritorializar. Para Milton Santos, “o território é o lugar que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. (SANTOS, 2007, p.13)

As diversas ações humanas motivadas por toda a homogeneidade cultural e social estabelecem o tecido que leva a economia a uma complexa relação de forças em uma territorialização ou uma desterritorialização pode ocorrer. A complexidade das relações se fazem de maneira intrínseca, com interpenetrações territoriais o que leva a novos conceitos e novos olhares metodológicos e conceituais que promovem o desenvolvimento territorial.

Comparado à herança cultural que nós latino americanos recebemos da cultura europeia e norte-americana, o processo da globalização, a multipolaridade que vivemos a aproximação intensa com várias culturas, o elevado volume de informações pelos meios de comunicações, a



intensa circulação de bens e pessoas na esfera internacional, faz com que culturas e povos distintos se aproximem cada vez mais. (CURY, 2015)

As complexas relações entre os conceitos que abarcam o turismo, o patrimônio cultural e os caminhos e rotas; serão inicialmente traçados com o conceito de turismo. Esta atividade econômica para Beni (200, p. 31) parte da “teoria de sistemas que compõem de quatro subsistemas: ambiental, cultural, social e econômico”. Portanto as fronteiras demarcadas pelos subsistemas se correlacionam, aproximam, e interpenetram nas relações resultantes das viagens, da permanência fora de seu domicílio. Esta soma de fenômenos está atrelada a motivação, aos interesses individuais ou de um grupo de pessoas. O turismo assim é considerado em sua abrangência, complexo e como um esquema sintetizador dinâmico que demonstra as combinações multifacetadas de forças e energias sempre em movimento de modo a produzir um modelo referencial. (Beni, 2001, p.36)

As comunidades receptoras de turistas necessitam a todo instante de uma organização contínua, de forma a privilegiar seus valores culturais relacionados à diversificação, suas tradições, costumes que compõem o seu verdadeiro patrimônio natural e cultural.

Na Declaração de Caracas (1992), o “patrimônio cultural de uma nação, de uma região, ou de uma comunidade é composto de todas as expressões materiais e espirituais de que lhe constituem incluindo o meio ambiente natural”.

Portanto, o patrimônio em sua conceituação não existe isolado. Está relacionado ao conjunto de bens materiais ou imateriais que representam a história de um povo e sua relação com o meio ambiente. É a herança de nossos antepassados e que vamos deixar para as gerações futuras.

Silberberg (1995, p. 361) define turismo cultural como: “[...] visitação por pessoas de fora da comunidade receptora motivada no todo ou em parte por interesse em aspectos históricos, artísticos, científicos ou de estilo de vida e de herança oferecidos por uma comunidade, região, grupo ou institui o”.

O conceito de turismo cultural descrito pela *European Association for Tourism and Leisure Education* (ATLAS) descreve este segmento no consumo do turismo p classificadas como culturais: “Turismo cultural   toda movimentac o de pessoas em torno de atra es culturais específicas, tais como sítios históricos e manifesta es artísticas e culturais, fora de seu lugar próprio de residência” (RICHARDS, 1997, p. 24)



Cada circuito, rota ou caminho são abertos e limitados às possibilidades a quem queira se agregar e estabelecem territorialidades pela mobilidade que o turismo promove de ir e vir a um lugar e outro. São tematizadas e trazem os fundamentos socioambientais, culturais, econômicos e políticos.

O turismo cultural vende cultura e patrimônio cultural como mercadorias, e o binômio cultura e turismo é resultado do processo de mercado da cultura e do patrimônio cultural. A produção do turismo cultural está motivada por empresas, sociedade civil e políticas estatais, regionais e locais que integram o local na economia e nas políticas globais. (Pérez, 2009, p.109)

Ressalta-se que este artigo não menciona expressões religiosas de grupos étnicos, embora muitas de suas manifestações tivesse sido objeto de estudo e relacionadas à magia, bruxarias e ritos místicos; aqui se dá o valor de religião como um conjunto de crenças que surgiram nestes grupos. Com a definição do conceito de turismo étnico, tem-se separado todas as expressões religiosas, de vida, enfim culturais. Devem-se ampliar os estudos entre expressões e turismo religioso.

Ao se referenciar os espaços ou lugares sagrados, deve-se recorrer aos locais sagrados que está estritamente relacionado aos significados associados às crenças de povos de rituais e ações. Shackley (2002) usa o termo “espírito do lugar” que está na atmosfera do entorno dos espaços sagrados; que pode ser alterado pelo comportamento dos turistas ou visitantes de forma inadequada.

As características do lugar é uma construção social que mostra uma dimensão temporal. As presenças das comunidades locais de visitantes e turistas podem mudar devido à distinção comportamental destes grupos; portanto não se altera a materialidade de edifícios, caminhos de peregrinação, parques, estradas, etc. estes são construídos para servir a uma sociedade. Todos os lugares sagrados mostram uma dimensão temporal em lugares que ocorreram a sua inserção de domínio espacial e no tempo.

A identidade e a autenticidade são conceitos que devem ser abordados para alcançar os objetivos propostos deste artigo.

A identidade do lugar socialmente materializado de um relacionamento de uma comunidade e seu espaço natural. Os sentimentos de pertença e de identidade estão claramente ligados ao conceito de lugar e mais acentuados nos espaços sagrados. As edificações não só atendem ao simbolismo sagrado, mas respondem ao desejo de construir locais e reforçar o



sentimento de identidade e continuidade. Daí surge como símbolos de identidade. Impossível imaginar a representação natural e o Mosteiro de Montserrat na Catalunha.

As áreas naturais também têm servido como elos entre o homem e a divindade. Essa foi a razão pela qual algumas montanhas, lagos, rios, etc. ter sido considerado sagrado. Esta representação da espiritualidade do homem resultou em um número significativo de pessoas para se mobilizarem para estes lugares e entrar em contato com um desses elementos naturais, museus ou construções que lhes dão um valor que vai além das características físicas ou artísticas. Por isso se diz que "o turismo religioso também pode ser uma ferramenta fabulosa para aumentar a conscientização sobre a importância de salvaguardar a própria herança e que da humanidade". (Lanquar, 2007, p.1)

Nas interfaces dos caminhos e rotas, estes são percursos que interligam diversos atrativos naturais e culturais que são a base da oferta turística trazem em sua essência conceitual a missão de promover o desenvolvimento sustentável territorial e principalmente das comunidades locais; seja pela valorização cultural e do fortalecimento de sua identidade. Portanto, o ato de peregrinar desde os tempos remotos já realizava este processo de levar a um centro religioso de recepção.

Os caminhos nascem pelo percurso de um povo em que percorreu pela tradição cultural popular e na religião; enquanto as rotas estão relacionadas a fatores econômicos e políticos e comerciais referendado pelo mercado.

2. OS CAMINHOS E ROTAS RELIGIOSAS NA EUROPA

As peregrinações iniciaram desde os tempos antigos, na passagem bíblica de uma peregrinação marca o caminho do homem da sua felicidade, destino para o qual, Deus o havia criado. Abraão (Gn 12,1-9). Peregrina Jacob, o grande patriarca. Os povos de Israel, ao libertarem da escravidão imposta pelos Faraós do Egito, peregrinam quarenta anos no deserto, forja-se como um povo em busca da terra prometida (Ex 19, 1-2; 40, 36-38).

Na Idade Média em diferentes culturas e religiões, os cristãos por meados do século XIII introduzem esta expressão aos adeptos que iriam visitar Jerusalém ou Roma. Com o advento das Cruzadas que tinham o objetivo de levar o cristianismo a lugares que eram ocupados por



outros povos de outras religiões e que lugares sagrados estavam sob o poder de povos de outras religiões.

Os primeiros caminhos foram a Via Francigena, que direcionavam os cristãos no período medieval até Roma, para visitar o túmulo do Apóstolo Pedro. A Terra Santa em Jerusalém no qual passou a vida de Jesus Cristo. E, Santiago de Compostela onde São Thiago Maior, viveu seus últimos dias.

O Caminho de Santiago, desde a Idade Média é considerada uma das grandes vias de peregrinação do cristianismo e referência de novos caminhos e rotas que estão se multiplicando em distintas partes do mundo. Desde a década de 1980, ocorreu uma grande revitalização em que se manifesta em todos os anos Santos. Com início dos anos de 1993. (Solla, 2006)

A figura 1 ilustra os caminhos que chegam a Santiago de Compostela.

Figura 1 – Os Caminhos de Santiago



Fonte: Caminos de Santiago, 2015.

O principal Caminho que leva a Santiago de Compostela é o Francês, parte de San Jean Pied de Port, entra na Espanha por Pamplona e segue a oeste por 772 km e 846 km desde Somport (Caminho Frances-Aragonês). Outros Caminhos a Santiago de Compostela foram



criados como o Caminho de La Plata que parte de Sevilha; o Caminho Português que pode iniciar em Lisboa ou no Porto; o Caminho do Norte que inicia em Irún ao norte da Espanha e o Caminho de Madri que vem a cada ano aumentando o número de peregrinos com certa expressividade.

Os Caminhos europeus que levam a Santiago de Compostela têm suas origens em distintos pontos. Podem ter origem na Europa oriental, na Itália, na Alemanha, nos Países Baixos, atravessa a França; estes caminhos se fundem em dois antes de entrar na Espanha.

Hoje a cidade de Santiago de Compostela, tem o turismo como principal atividade econômica, uma cidade monumental e com um patrimônio cultural tangível. A dualidade entre patrimônio e turismo relaciona-se aos riscos de conservação e sustentabilidade urbana associada a atividade turística e ao planejamento seja dos moradores e dos turistas que a cada ano se faz crescente esta demanda.

Nos anos de 1970, na Itália, houve uma procura pelos antigos caminhos dos romanos na antiguidade e da Idade Média rumo a Europa ocidental, inspirados no Caminho de Santiago a Via Francigena foi revitalizada em caminhos traçados em diferentes temporalidades. Assim, criou a rede de peregrinos e entusiastas que levaria este caminho a Roma inicialmente buscou resgatar os caminhos da antiguidade do Império Romano com estradas e caminhos originais, alguns desvios foram propostos devidos que muito deste hoje estão em rodovias.

O percurso principal inicia em Londres e chega a Roma, na Itália os percursos escolhidos estão associados ao antigo Império Romano, são caminhos naturais que ligam a diferentes localidades da antiguidade romana relacionadas ao comércio, as mercadorias e aos viajantes.

As rotas de peregrinação da Idade Média são caracterizadas em seu percurso com instalações para hospedagem que no passado eram Ordens Reais de Cavalaria e surge a Ordem Franciscana, estas na atualidade são mantidas pela ajuda dos peregrinos que por ali passam. Destaca a Ordem de São Tiago na Província de Lucca que difundiu esta Via. Nos Alpes Antoniani com a Ordem de São João de Malta com conventos, mosteiros, irmandades, corporações, instituições e ordens religiosas.

A figura 2 ilustra a Via Francigena e suas ramificações para Santiago de Compostela e para Jerusalém.



Figura 2 – Via Francigena



Fonte: La Via Francigena, 2015.

Sobre o sagrado e o profano que aproxima este estudo, a distinção que se faz no estudo e experiência da religião entre lugares e objetos que estão imbuídos de uma qualidade espiritual transcendente, e aqueles que não estão. Em termos de Eliade, o espaço sagrado se orienta em torno de um ponto fixo, um centro, enquanto que o espaço profano é homogêneo e neutro. O simbolismo do centro cósmico se projeta mimeticamente na construção e consagração de espaços sagrados onde o sagrado se manifesta assim mesmo no espaço, o real se revela a si mesmo...(e)...se estabelece comunicação com o mundo além. (Eliade, M. 1959)

As relações com o turismo cultural e as peregrinações vêm demonstrando um avanço nas mobilidades de pessoas motivadas a sair do seu lugar de residência e sair em busca de novas experiências para satisfazer as suas necessidades motivadas pela cultura e que vão à busca de um produto relacionado ao turismo.

No caso do turismo religioso, os espaços sagrados, templos, catedrais, mosteiros, caminhos e rotas merecem especial atenção no processo do planejamento turístico. A cada ano observa-se um crescimento da demanda de visitantes e turistas. Faz a necessidade de um planejamento sustentável associado ao conforto do turista. Aspectos relacionados tais como:



capacidade de visitantes, temporalidade da visita, aglomerações e anos comemorativos. A gestão do lugar em manter a identidade e a conservação do patrimônio para as gerações futuras. O desenvolvimento da pesquisa e o envolvimento de pessoas que atuam no processo como agentes de viagens, guias de turismo, e enfim todos os que estão nesta rede de serviços do turismo.

A sustentabilidade do turismo tem o compromisso e potencialidade para o desenvolvimento social e elevar a qualidade de vida das comunidades receptoras. As interferências nas condições, naturais, sociais, culturais e econômicas; associado à infraestrutura turística pode afetar as comunidades tradicionais o que altera as mudanças culturais.

No caso do turismo religioso e os caminhos ou rotas de peregrinação aliado aos estudos do turismo rural põe em contato comunidades isoladas, com cultura tradicional o que deve ser cuidadosamente planejado, conjuntamente com a vertente do turismo rural.

Considera que existe uma diferença conceitual e de entendimento de Patrimônio na sua amplitude e o que a UNESCO classifica. Uma questão importante a ser considerada na complexidade do contexto que se refere esta abordagem, faz-se a necessidade da compreensão de patrimônio que, segundo Choay (2006), “nos séculos XIX e XX o patrimônio compreendia os monumentos nacionais assim considerados por critérios estéticos ou históricos”.

A materialidade expressa no patrimônio histórico e artístico passa por uma ampliação que chega ao conceito de patrimônio cultural que é entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas. Portanto, a abordagem conceitual enriquece a noção de patrimônio, englobando sob a mesma perspectiva as múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, representações, particularidades gastronômicas, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos, os quais passaram, a partir daí, a ser valorizados pelas comunidades e organismos governamentais. (Choay, 2006).

Assim, o saber-fazer local seria uma própria forma de expressão cultural local, que define a identidade através da qual se estabelecem as relações de indivíduos e grupos. A cultura local se refere às relações sociais existentes em espaços delimitados e pequenos, onde se estabelecem formas específicas de representação, com códigos comuns. (Featherstone 1995).

As representações religiosas jesuíticas em sua materialidade sejam na Espanha ou na América do Sul; está relacionada a fundamentação religiosa europeia na relação entre a piedade



barroca dos católicos e uma ortodoxia entendida no plano confessional e o contraste com o pietismo protestante.

Ao igual que a aparição do pietismo esteve intimamente vinculada ao conceito confessional da importância e obrigatoriedade exclusivas da Escritura, assim a religiosidade barroca católica surgiu por sua vez o conceito confessional entendido da correlação de natureza e graça (*gratia supponit naturam et perficit*). No catolicismo, o reconhecimento explícito da correlação entre natureza e graça possibilitou uma atitude religiosa que experimentava a necessidade de descobrirem toda coisa presente e perecível as formas antecipadoras da glória futura, sendo assim que as doutrinas teológicas – por muito detalhadamente que as expuseram os predicadores da época- apenas influíam na piedade individual ou coletiva. (Schaeffer, R.1996 p.524).

O avanço da Companhia de Jesus na Europa, Ásia, África e Américas nos séculos XVI a XIX expande pela educação, ciência, tecnologia, música, arquitetura, urbanismo, escultura e outras significativas representações artísticas que se observam no Caminho Ignaciano e na Rota Iguasu-Misiones.

Na Espanha está sendo estruturado o Caminho Inaciano que foi feito há 500 anos aproximadamente por Santo Inácio de Loyola localizado na região dos primeiros contrafortes dos Pirineus na Espanha. Parte de Loiola (País Basco) e chega a Barcelona (Catalunha) passa no País Basco em Aratzazu e Laguardia; na Comunidade de La Rioja as cidades de Calahorra, Logroño e Navarrete; na Comunidade de Navarra pela cidade de Tudela, na Comunidade de Aragão pelas cidades de Zaragoza e Pedrola e pelas a pelas cidades Catalãs de Lleida, Verdú, Igualada, Montserrat e Manresa. A proposta de peregrinação são 650 km de percurso, desde a Casa de onde nasceu Inácio, até a Santa Cova em Manresa, acerca do Monastério de Montserrat na Catalunha. Este Caminho pode ser feito em 30 dias. No ano de 2016 deve ser lançado o Caminho de Manresa a Barcelona em comemoração ao Jubileu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa permitiu uma análise sobre as redes e interfaces do desenvolvimento territorial e as possibilidades de um planejamento sobre a atividade turística. A



tematização do turismo religioso na Europa seja um olhar para o planejamento que parte da complexidade que a atividade representa.

Faz-se a necessidade constante de uma análise sobre o patrimônio cultural, com políticas que avancem as temporalidades com ações contínuas com envolvimento da sociedade e com responsabilidades conjuntas com o Estado. Na observância do patrimônio ao Estado a conservação e a educação são intrínsecas na materialidade e imaterialidade da identidade e nas singularidades que representa para um povo.

Este artigo mostrou em sua extensão um planejamento territorial, que traz benefícios a uma sociedade e que por outro lado a satisfação e a internalização motivada por um novo despertar de vida que o peregrino traz em sua essência.

As iniciativas aqui apresentadas são elementos novos aos setores públicos, privados aliado ao constante envolvimento das comunidades locais. São projetos que estão em estruturação para o desenvolvimento territorial com bases na atividade turística.

REFERÊNCIAS

BENI, Mário Carlos. (2001). *Fundamentos da Teoria de Sistemas Aplicados ao Turismo*. São Paulo: SENAC.

BÍBLIA CATÓLICA ONLINE. Disponível em : <<http://www.bibliacatolica.com.br/09/1.php>> Acesso em ago:2014.

CAMINOS DE SANTAGO. Disponível em : <<http://www.caminodesantiagohoteles.com/index.pt.html>> Acesso em nov. 2015.

CHOAY, Françoise. (2006). *A alegoria do patrimônio*. FEU. São Paulo.

CURY, Mauro José Ferreira. (2015) Envelhecimento humano as perspectivas inclusivas de lazer com o turismo e o patrimônio cultural. *Anais do VI Congresso Ibero-Americano de Programas Universitários para Adultos Maiores*. Ponta Grossa. Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ELIADE, Mircea. (1959). *The sacred and profane*. Nueva York, Harcourt. Brace and world.

FEATHERSTONE, Mike. (1995) *Cultura de consumo e Pós-modernismo*. Studio Nobel. São Paulo.

LA VIA FRANCIGENA. Disponível em : <<http://www.laviafrancigena.net/>> Acesso em nov. 2015.



LANQUAR, Robert. (2007). La nueva dinámica del turismo religioso y espiritual. *Resumen del informe general de la OMT sobre Turismo y Religiones: una contribución al diálogo de las religiones, culturas y civilizaciones*, Córdoba. OMT, págs. 1-9

PÉREZ, Xeraldo Pereiro. (2009) *Turismo Cultural - Uma visão antropológica*. Colección Pasos Edita, nº2, Tenerife. El Sauzal.

RICHARDS, Greg (Ed.). *Cultural tourism in Europe*. Wallingford: CAB INTERNATIONAL, 1997

SANTOS, Milton. (2007) *Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina.

SHACKLEY, Myra. (2002) Space, Sanctity and Service: The English Cathedral as Heterotopia. *International Journal of Tourism Research*.4: 345-352. Alan Fyall, Anna Leask, Brian Garrod.

SCHAEFFER, R. (1996) Creatividad religiosa y secularización en Europa desde la ilustración. In: ELIADE, M. *Historia de las creencias y de las ideas religiosas*. Editorial Herder. Barcelona.

SILBERBERG, Ted. Cultural tourism and business opportunities for museums and heritage sites. *Tourism management*, v. 16, nº 5, p. 361-365, aug. 1995.

SOLLA, Xosé Manuel Santos. (2006) El Camino de Santiago: turistas y peregrinos hacia Compostela. *Cuadernos de Turismo*, 28, pp. 135 – 150. Universidad de Murcia.

UNESCO (1992) *Declaração de Caracas*. ICOM. Cadernos de Sociomuseologia. N.15. P. 243-265. Disponível em: <
<http://www.ibermuseum.org/wp-content/uploads/2014/07/declaracao-de-caracas.pdf>> acesso em 19/11/2014.



INTERFACE ENTRE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ARQUITETURA VERNÁCULA

REZENDE, Marco Antônio Penido de

Professor Associado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
marco.penido.rezende@hotmail.com

COSTA, Raíssa de Keller e

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)*
Bolsista CAPES
raissakc@yahoo.com.br

BATISTA, Danielle Aparecida

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)*
Bolsista CAPES
dani_638@hotmail.com

13

RESUMO

Os estudos sobre arquitetura vernácula podem interessar aos turismólogos ao passo que as duas áreas apresentam uma interseção no interesse de ambas pela preservação da tradição e da identidade local. No caso da arquitetura vernácula esse interesse representa um de seus pressupostos fundamentais. Para o turismo, tradição e identidade local constituem o estrato para uma modalidade relativamente recente: o turismo de base comunitária. Analisar esta possível interface se justifica pela importância que o aprofundamento nos estudos a respeito da arquitetura vernácula e do TBC, representa para ambas as áreas, mas também para o campo do patrimônio. Para o desenvolvimento deste trabalho será realizada uma análise acerca do conceito de arquitetura vernácula. Em seguida faremos um recorte no estudo do Turismo, e analisaremos a modalidade denominada turismo de base comunitária, a fim de identificar como se dá a interseção entre estas áreas.

Palavras-chave: arquitetura vernácula; turismo; patrimônio cultural.

ABSTRACT

Studies of vernacular architecture may be of interest to tourism specialist while the two areas have an intersection in the interest of both the preservation of tradition and local identity. In the case of vernacular architecture that interest is one of its fundamental assumptions. For tourism, tradition and local identity in the stratum to a relatively new mode: the community-based tourism. Analyze this possible interface is justified by the importance of deepening the studies on the vernacular architecture and TBC, is for both areas, but also for the heritage field. To develop this work will be carried out an analysis of the concept of vernacular architecture. Then we will make a cutout in the study of tourism, and analyze mode called community-based tourism in order to identify how is the intersection of these areas.

Key-words: vernacular architecture; tourism; cultural heritage.



1. A MULTIDISCIPLINARIDADE COMO PONTO DE PARTIDA

O turismólogo, por formação, tem o hábito de se enveredar por caminhos multidisciplinares. Uma vez que o turismo, enquanto campo epistemológico, não está ainda consolidado, suas bases conceituais recorrem frequentemente a outras áreas do conhecimento. Mas entendamos que este é um exercício perfeitamente salutar aos estudiosos desta área.

E na tarefa de incursão nos mais diversos campos do conhecimento, a arquitetura aparece como uma possibilidade muito coerente, já que é recorrente para ambas a temática da preservação do patrimônio. Para o turismo, esta temática aparece como uma preocupação contemporânea, pautada nos pressupostos de um turismo responsável. Por outro lado, a arquitetura representa para o tema da preservação do patrimônio o próprio cerne de sua discussão.

Seguindo pelos caminhos da pesquisa multidisciplinar, entre estas duas áreas, a do turismo e da arquitetura, foi surpreendente o encontro com os conceitos da arquitetura vernácula. Ainda que se apresente como uma disciplina técnica e específica aos arquitetos, é um estudo que pode interessar sobremaneira aos turismólogos ao passo que sua matriz valorativa está assentada na preservação da tradição e da identidade local. Para o turismo, tradição e identidade local constituem o estrato para uma abordagem relativamente recente na área, qual seja o turismo de base comunitária.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar o que esta possível interface, que se justifica pela importância que o aprofundamento nos estudos a respeito da arquitetura vernácula e do TBC, representa para ambas as áreas e para o campo do patrimônio. Para tanto será realizada uma análise acerca do conceito de arquitetura vernácula e do turismo de base comunitária, a fim de identificar como se dá a interseção entre estas áreas.

2. PELAS VEREDAS DA ARQUITETURA VERNÁCULA

Nas literaturas sobre o tema da arquitetura vernácula, este não é abordado como um conceito acabado, e perfeitamente delimitado. No entanto parece um consenso, que ao se tratar de arquitetura vernácula, sem dúvida se tem um contraponto à arquitetura erudita. Mas obviamente que o caráter vernáculo não irá se definir apenas pela qualidade do não-erudito, e outras premissas serão acrescentadas à essa definição.



O arquiteto Günter Weimer (2005), traz à luz algumas premissas gerais que caracterizam a arquitetura vernácula, sendo a primeira delas a simplicidade, nem tanto pelo sentido do simplório, modesto, mas sim como resultado do tipo de material que é empreendido nestas construções, uma vez que são extraídos diretamente da natureza.

A segunda característica apresentada por Weimer (2005) é a adaptabilidade, se referindo à capacidade de uma técnica construtiva ser reproduzida fora do ambiente original, utilizando dos materiais disponíveis no novo ambiente. E cita como exemplo os imigrantes de clima frio que “conseguiram adaptar suas técnicas e seus modos de edificar às circunstâncias locais” (WEIMER, 2005, p XLI).

Na sequência associada à característica da adaptabilidade, tem-se a criatividade. Se por um lado a arquitetura está amarrada a cânones estéticos estilísticos, a arquitetura vernácula na liberdade de se adaptar cria possibilidades muito criativas (WEIMER, 2005). E observemos que não se trata de uma criatividade intencional, ou seja, não se trata de um processo criativo com objetivo estético ou formal. Se trata de uma resposta criativa a uma determinada circunstância, o que também lhe traz um caráter autêntico.

E dessa característica criativa, advém a quarta premissa, que se refere a um resultado estético não intencional. “Poder-se-ia dizer que a forma plástica é o resultado lógico dos materiais e da técnica empregada.” (WEIMER, 2005, p. XLII).

Neste sentido, localizamos na arquitetura vernácula um interesse pelo que é local, pelo que é autêntico e representativo de uma comunidade. Não estão em pauta apenas as técnicas empregadas, e o pressuposto formal da construção, mas também as relações humanas, e as relações com o meio. Logo, as técnicas construtivas vernáculas têm uma relação profunda com a tradição, com o conhecimento transmitido por gerações, com o saber coletivo e com a memória.

No entanto, apesar de apresentar elementos importantes seja para a arquitetura ou para o campo do patrimônio, este ainda não é um assunto amplamente disseminado e na verdade se apresenta relativamente recente, como aponta Claudia Mudado Teixeira:

A partir da década de 1970, as técnicas tradicionais de construção passaram a ser vistas com interesse por pesquisadores europeus, ganhando espaço em pesquisas acadêmicas e científicas daquele continente, como solução alternativa para o problema da falta de energia, surgida com a crise dos recursos energéticos em todo o mundo. Essa crise gerou movimentos de preservação ambiental e a preocupação com a renovação dos recursos naturais. Apesar do interesse despertado e das pesquisas realizadas, inclusive



no Brasil, na busca de alternativas que tornem a construção de terra crua mais resistente à ação do tempo, podem ser consideradas, em números insignificantes, as construções, projetadas por arquitetos, feitas com técnicas tradicionais. (TEIXEIRA, 2008, p. 32).

Vale destacar neste ponto o efeito que a globalização pode exercer sobre a tradição. Conforme citado por Teixeira (2008), os estudos sobre a arquitetura vernácula aparecem como resposta a uma crise ambiental. Em um mesmo movimento de resposta, a despeito de uma imposição pela globalização do padrão de consumo, é possível observar o resgate de tradições que estariam se perdendo. E neste aspecto, a retomada das técnicas construtivas tradicionais pode responder a estes dois movimentos, o da crise ambiental como efeito do nosso modo de produção capitalista, e ao movimento da globalização.

Contudo, como uma resposta à crise ambiental, a arquitetura vernácula não pode ser generalizada e colocada de forma simplista como uma solução sustentável. Mas é fato que algumas técnicas vernáculas apresentam vantagens, como aponta Teixeira:

As construções que utilizam a terra crua apresentam as seguintes vantagens: baixo custo, conhecimento das técnicas construtivas pelas comunidades tradicionais, facilidade em encontrar os materiais utilizados na própria região, além das climáticas e ecológicas, por se tratar de material biodegradável. Além disso, a sua construção incentiva o espírito comunitário, já que envolve a colaboração de amigos e vizinhos. (TEIXEIRA, 2008, p. 41).

Observemos aqui, que essa abordagem da arquitetura vernácula enquanto alternativa aos modos construtivos atuais, de certa forma se distancia do ponto de vista da preservação do patrimônio, e se apresenta em uma configuração diferente. Ou seja, a técnica vernácula seria preservada, contudo de outra forma, em outro contexto, motivada por fatores externos à comunidade. Neste caso, cabe refletir, por exemplo, se unicamente a reprodução de técnicas de construção de terra para atender parâmetros de desenvolvimento sustentável, podem servir como instrumento de preservação do patrimônio.

Sob o ponto de vista da retomada da arquitetura vernácula, no sentido da tradição, enquanto uma resposta ao fenômeno da globalização, parece se aproximar mais da temática do patrimônio. Vejamos o que Teixeira aponta sobre a arquitetura vernácula no Brasil:

Dessa maneira, a arquitetura vernácula brasileira, quando analisada sob seus vários aspectos, apresenta tipologias e técnicas construtivas diferenciadas, dependendo da região onde se insere, respondendo ao contexto local, de acordo com o clima e os materiais disponíveis, e reflete o modo de vida de suas comunidades, que por sua vez está ligado a um contexto histórico-social. Todos esses fatores contribuíram para que diferenças surgissem e



produzissem uma arquitetura doméstica com características próprias para cada região, influenciadas em maior escala ora pela cultura branca, ora pela cultura negra, ora pela cultura indígena. (TEIXEIRA, 2008, p. 40).

Aqui, fica clara a dimensão humana da arquitetura vernácula. E nesta dimensão é que reside uma das premissas da arquitetura vernácula citadas anteriormente, que se refere à autenticidade. Ou seja, a partir do momento que a arquitetura reflete o padrão cultural de uma comunidade, aí ela se torna vernácula. E é essa identidade, e os valores atribuídos por esta comunidade que se interessa preservar.

Ora, e há um interesse pela preservação, pressupõe-se normalmente que haja uma ameaça, ou várias. Conforme já apontado, a globalização é um fenômeno que é recorrente na ameaça à “morte das tradições”. Contudo, os desdobramentos mais específicos deste fenômeno são apontados a seguir:

Essa tecnologia, entretanto, se encontra ameaçada e a fragilidade das construções vernáculas está ligada principalmente à ocupação turística predatória, à atividade industrial, à forte urbanização e/ou qualquer outra atividade implantada junto às comunidades tradicionais, pré-industriais, sem respeito a seus costumes, suas tradições, descaracterizando e modificando sua organização social.

No caso das casas caiçaras, litorâneas, e das casas dos povoados mineiros, remanescentes do ciclo do ouro, a principal ameaça é o turismo predatório, quando populações providas das grandes cidades, ávidas pelo consumo de locais tranquilos, invadem sítios historicamente ocupados por essas comunidades tradicionais, descaracterizando sua ocupação original e acarretando forte impacto em sua organização social. (TEIXEIRA, 2008, p. 41).

Sem dúvida, ao apontar o turismo como ameaça às construções vernáculas tem fundamentos contundentes, uma vez que esta é uma atividade que aparece com toda sua força na Revolução Industrial, sob o signo de atividade estritamente econômica, e de massa. No entanto, esta é uma perspectiva que já vem sendo superada tanto pela academia, como surpreendentemente também pelo mercado.

Neste sentido, outras abordagens, mais contemporâneas de turismo são apresentadas, o colocando muito mais como fenômeno social, como é o caso do turismo de base comunitária que será apresentado a seguir.



3. INCURSÕES NO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: QUE TURISMO É ESSE?

O turismo de base comunitária se trata de um fenômeno recente e de certa forma aparece como resposta à pressão do mercado em apresentar produtos turísticos inovadores, e personalizados, e como a busca por atividades econômicas alternativas e sustentáveis. De acordo com Maldonado:

Por **turismo comunitário** entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida. (MALDONADO, 2009, p. 31).

Esta é uma definição que expressa muito bem o caráter de protagonismo da comunidade com relação a essa nova abordagem do turismo. Esta perspectiva apresenta um deslocamento do objetivo da atividade que sai do foco economicista, típico do turismo de massa, globalizado, e passa a focar a qualidade de vida no núcleo receptor e a promoção do encontro.

A Declaração de San José, exemplifica de forma clara, o que seriam as premissas do turismo de base comunitária:

Nossa concepção de desenvolvimento do turismo é sustentado nos valores de solidariedade, cooperação, respeito pela vida, conservação e aproveitamento sustentável dos ecossistemas e da diversidade biológica que estes englobam. Consequentemente, nós somos contra qualquer desenvolvimento do turismo em nossos territórios que prejudique nossos povos, sua cultura e o meio ambiente. Nós esperamos que nossas comunidades possam prosperar e viver com dignidade, melhorando as condições de vida e de trabalho de seus membros. O turismo pode contribuir na concretização desta aspiração na medida em que fizemos dele uma atividade socialmente solidária, ambientalmente responsável, culturalmente enriquecedora e economicamente viável. Com esta finalidade, exigimos uma distribuição justa dos benefícios que gera o turismo entre todos os atores que participam de seu desenvolvimento. (Declaração de San José sobre o Turismo Rural Comunitário, Arts. 1 e 2 *apud* MALDONADO, 2009, p. 30)

Esta concepção de turismo está intimamente ligada ao conceito tão difundido em diversos campos de conhecimento que é a sustentabilidade. Diante da crise global que se instalou, no que tange a escassez de água e de recursos energéticos, este tema se tornou mais recorrente.



Para além do sentido do protagonismo local, e da sustentabilidade, outro aspecto característico do turismo de base comunitária, está relacionado à identidade:

Os atributos de originalidade e autenticidade que o turismo comunitário combina constituem fatores de diferenciação e competitividade no mercado global e torna-o um nicho promissor para o futuro, desde que as empresas sejam geridas com uma crescente eficiência e uma maior integração na cadeia turística, em condições de equidade. (MALDONADO, 2009, p. 44).

Este é um aspecto fundamental na abordagem do turismo de base comunitária, pois não se trata de reproduzir modos de vida aparentemente bucólicos, mas não representam o cotidiano verdadeiro de uma comunidade típica. A reprodução, ou encenação de tradições só consegue produzir não-lugares que incorre em um prejuízo tanto para o turista quanto para núcleo receptor.

Ainda sobre autenticidade Zaoual (2009, p. 57), afirma que vai dizer, “Concretamente, a clientela procura verdadeiros sítios que combinam a autenticidade e a profundidade do intercâmbio intercultural de uma parte e a harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados em outro lugar”.

Neste sentido, a mudança de paradigma no turismo, tem a ver como anunciado anteriormente, com uma mudança no perfil do consumidor. Conforme bem coloca Irving (2009), o perfil do turista sofre uma mudança sutil, e seu interesse passa a abarcar destinos menos convencionais, e conectados com os temas da responsabilidade social e ambiental. Esse turista está em busca de vivências e aprendizagens diferenciadas. E Zaoual (2009, p. 58) complementa, “turistas querem ser atores, responsáveis e solidários em seus intercâmbios com outros mundos”.

Esse “novo” turista está distante daquela percepção alienada, de consumo do destino, sem qualquer interação com a cultura local, típica de resorts, por exemplo. Em outros termos, este turista quer vivenciar o encontro em sua totalidade.

Sob esta perspectiva, a comunidade receptora também assume um novo papel. Se esse novo perfil de turista busca um intercâmbio cultural autêntico, os meios de promoção deste encontro não poderão seguir os mesmos moldes do turismo globalizado, imposto por forças externas. Logo, a comunidade local também se desloca da margem do processo, para ser o a força motriz dessa engrenagem.

Compartilhando do pensamento de Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009, p. 81), pensar em um novo modelo de produção do turismo, atendendo as premissas de autenticidade, e



desenvolvimento social, “implica pensar uma política de turismo integrada a uma política de desenvolvimento mais ampla, cujo foco deve estar na inclusão social por meio da afirmação da identidade cultural e da cidadania como suporte da ampliação do exercício efetivo de liberdades substantivas.”

Como consequência o turismo de base comunitária tende a ser favorável ao respeito às tradições, à cultura local servindo até mesmo para resgatá-las (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009).

O turismo de base comunitária, portanto, tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização. (IRVING, 2009, p. 111)

Contudo, os pressupostos de identidade e pertencimento, não servem apenas como produto ao turismo. Pelo contrário, o turismo se torna instrumento para afirmação destes pressupostos, no exato momento do encontro. Como Irving coloca:

Assim, no plano abstrato, a partir do encontro, do dar, receber e retribuir, laços sociais são estabelecidos e, no sentido da concepção de turismo de base comunitária que se deseja construir, “quem chega” está permeável e aberto a uma experiência integral no “lugar” e na relação com “quem recebe”. “Quem recebe” protagoniza o ato de acolher na busca da troca que potencializa o seu sentimento de pertencimento e a aprendizagem da diferença, na afirmação das identidades envolvidas. (IRVING, 2009, p. 117).

Na prática, contudo, o turismo de base comunitária ainda é muito pontual, e ainda que faça parte da política nacional para o turismo, não se tornou uma prática consolidada. Coriolano nos apresenta alguns exemplos:

No Brasil, muitas comunidades fazem parte dessa Rede de Turismo Comunitário, destacando-se entre estes sujeitos sociais alguns movimentos sociais, comunidades, organizadores de viagens, operadores de comércio justo, de economias solidárias, organizações ambientais e ONGs, todos empenhados nesta tarefa de encontrar outros caminhos para o desenvolvimento. Como exemplos temos Pedras Negras no Vale do Guaporé (em Rondônia), Mamirauá e Silves no Amazonas, Ilha de Cotijuba, em Belém, Diogo Lopes, no Rio Grande do Norte, e as comunidades de Ponta Grossa, Tremembé, Tatajuba, Balbino, Batoque, Coqueirinho, Conjunto Palmeiras, Nova Olinda, Barra das Moitas, Caetanos de Cima, Curral Velho, Prainha do Canto Verde, no Ceará. Sampaio (2005) destaca o Projeto



Acolhida na Colônia com sede no município de Santa Rosa de Lima (SC), o Projeto de Turismo Comunitário (no âmbito da Agenda 21) da Comunidade Lagoa de Ibiraguera nos municípios de Imbituba e Garopaba (SC), e o Projeto Zona do Laboratório de Educação para o Ecodesenvolvimento na micro-bacia do Rio Sagrado, município de Morretes, Paraná. (CORIOLANO, 2009, p. 280).

Sobre sua organização prática, no turismo de base comunitária são normalmente empregados meios de hospedagem menores, de administração muitas vezes familiar. As organizações associativas, ou cooperativistas também são recorrentes. A colaboração comunitária entre a comunidade e pessoas externas se dá por meio da colaboração comunitária, mutirões e gestos solidários (CORIOLANO, 2009).

Sobre a gestão do turismo de base comunitária, e como se dá esse processo, Coriolano destaca, citando Carmo:

O desenvolvimento comunitário exige um conjunto de princípios que configuram as estratégias desse desenvolvimento, tais como o princípio das necessidades sentidas: significa dizer que as iniciativas de trabalho nas comunidades têm que partir das necessidades sentidas pela população e não apenas da consciência e orientações técnicas, de pessoas externas à comunidade; princípio da participação: requer envolvimento profundo da população residente na construção de um processo que pode ser considerado um desenvolvimento; princípio da cooperação: a ação comunitária não dispensa a iniciativa privada ou a participação pública. Ao contrário, formam-se parcerias com setores público e privado nos projetos de desenvolvimento comunitário; princípio da auto-sustentação: os processos de transformações econômicas e sócio-espaciais podem sofrer descontinuidades, mas precisam ser susceptíveis de gestão, manutenção e controle comunitários mediante mecanismos que previnam os efeitos perversos de possíveis alterações provocadas por interesses externos; princípio da universalidade: o êxito esperado é para a população na sua globalidade (e não apenas subgrupos), alterando profundamente as condições de subdesenvolvimento das comunidades (Carmo 1999, p. 80 *apud* CORIOLANO, 2009, p. 287).

Contudo não se pode ter como uma regra, um modelo. Se a base é comunitária, os códigos e valores para cada destino deve ser único, e partir de um processo endógeno. Caso contrário, se teria novamente uma replicação de um modelo de produção do turismo, resultando novamente em um processo pouco sustentável de turismo.

4. ENTRECruzamentos

Na medida em que a identidade, a cultura local e a tradição saem da perspectiva de exclusivamente produto para o turismo passando a desempenhar, e passam a desempenhar um



papel de objeto fim para a prática do turismo, ele vai se aproximando das premissas da arquitetura vernácula. O conjunto edificado e os espaços públicos não se limitam a um cenário, garantindo a manutenção dos aspectos culturais singulares e a interação da comunidade com a atividade turística, mas tendo como foco as relações da comunidade com o lugar.

A identidade cultural é fomentada pelas manifestações culturais diversas reunidas às formas de vivência e apropriação cotidiana, pautadas no Patrimônio Imaterial. Assim, os grupos locais são produtores e mantenedores dessa cultura, configurando o cenário ideal para a sua difusão.

De acordo com ICOMOS (1999, p. 2) “o patrimônio construído vernáculo é importante; ele é a expressão fundamental da cultura de uma comunidade, do seu relacionamento com o seu território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade da cultura mundial.”

As construções vernáculas representam sem dúvida um atrativo potencial a um perfil de turista que quer vivenciar experiências autênticas de intercâmbio cultural. Conforme nos aponta Martins:

As construções vernaculares, têm cada vez mais, despertado o interesse dos visitantes, na busca da história e da perícia artesanal das populações que se envolvem diretamente com esta arquitetura. Esta é conhecida pela sua integração na paisagem rural, em contextos verdes, onde a agricultura se processa, entre os pastos e matas, que prendem a atenção do transeunte, com as suas casas carregadas de história, de um tempo em que o homem e a natureza se tentavam estabelecer no mesmo lugar. (MARTINS, 2012, p. 122).

Contudo, essa abordagem de se apropriar da arquitetura vernácula, como produto turístico, sem contextualizá-lo em um modelo mais responsável de turismo, pode ser arriscado, se não devastador. Ao mesmo tempo, o turismo é um incentivo para manutenção das características das edificações pela comunidade que se sente valorizada com a visibilidade e assim a mantém, passando entre gerações e buscando fidelidade às técnicas construtivas.

Portanto na interface do turismo de base comunitária e a arquitetura vernácula, quem desempenha o papel mais importante é o protagonismo local. De um lado gerenciando de acordo com seus códigos e regras a forma como que o turismo se desenvolve. Por outro lado, servindo de instrumento legitimador para a preservação da arquitetura vernácula.

A identidade local, a autenticidade não pode ser objeto do turismo. Do contrário seria uma imposição invertida dos valores globalizantes. Por outro lado, a arquitetura vernácula pode, e talvez até deva se servir do turismo como instrumento para afirmação da sua autenticidade, ao passo que lhe confere um novo uso. Não se trata de reinventar o vernáculo,



desvinculando-o do seu contexto, ainda é a comunidade o centro desta matriz de valores, contudo em um novo tempo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURSZTYN, Ivan; BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Maurício. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CARMO, H. Desenvolvimento Comunitário. Lisboa: Universidade Aberta, 1999.

CORIO LANO, Luzia Neide M. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

ICOMOS. Carta sobre o patrimônio construído vernáculo. México, 1999. Disponível em <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-sobre-o-patrimonio-construido-vernaculo.pdf>. Acesso em 14/06/2014.

IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MARTINS, Cátia Isabel Marques. *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável: O Papel da Arquitetura Vernacular*. 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura – Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2012).



PAES, Maria Tereza Duarte. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais um olhar geográfico. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

WEIMER, Günter. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TEIXEIRA, Claudia Mudado. Considerações sobre a arquitetura vernácula. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 15, n. 17, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/1001/990>>. Acesso em: 09 maio 2015.



MEMÓRIA E IDENTIDADE ATRAVÉS DA CULTURA MATERIAL: O CASO DA FACULDADE DE ENFERMAGEM E OBSTETRÍCEA – UFPEL

GUTIERRE, Marina Duarte

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural
marinagutierre@yahoo.com.br

SERRES, Juliane Conceição Primo

Professora Adjunta da Universidade Federal de Pelotas
julianeserres@gmail.com

RIBEIRO, Diego Lemos

Professo Adjunto da Universidade Federal de Pelotas
dlrmuseologo@yahoo.com.br

25

RESUMO

O trabalho apresentado busca compreender a relação entre a cultura material e seu potencial para a construção da memória e da identidade de determinado grupo. Nesse contexto, o grupo estudado foi a Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia da Universidade Federal de Pelotas, através de seus docentes e alunos, bem como a forma que eles se relacionam com os objetos selecionados e de que maneira os selecionaram para representar sua história.

Palavras-chave: Memória, Identidade, Cultura Material, Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia,

ABSTRACT

This paper is about the relation between material culture and it's potential to construct memory and identity of specific group. In this situation, the chosen study group was the nursing course of Universidade Federal de Pelotas, so we study the relation of the professors, students, and the way they recognize the objects as source of information, and carrier of their history.

Key-words: Memory. Identity. Material Culture. Univesidade Federal de Pelotas. Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia.

INTRODUÇÃO

O trabalho a ser apresentado faz parte da pesquisa desenvolvida para dissertação de mestrado do Programa em Memória Social e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Pelotas, no Rio Grande do Sul – Brasil, e faz referência à Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia dessa instituição e sua relação com sua cultura material. Cabe referir que a escolha por estudar o trabalho memorial e o forjamento dos marcos



identitários da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia pelo viés da cultura material deve-se ao fato de que os objetos são capazes de evocar respostas emotivas, de modo que podem ser evidências históricas, mostrando a tecnologia e qualidade do trabalho da sociedade que os produziu; podem ser evidências de princípios e teorias, demonstrando o funcionamento de uma máquina; ou podem ser fragmentos da memória, possibilitando a compreensão de um período que passou, podendo ser, inclusive, tudo isso ao mesmo tempo. (WILL, 1994, p.32.).

Sendo assim, no que se refere aos objetos oriundos à FEn, se faz necessário compreender de que maneira se deu sua seleção e de que forma podem refletir seu trabalho memorial e a construção de seus marcos identitários. Identificar ou não, a formação de coleção ou coleções nesse material significa compreender o que esse grupo elegeu para lhes representar e de que maneira querem projetar suas convicções para o futuro.

Optamos, portanto, por estudar os objetos oriundos de uma unidade de ensino, em detrimento de outra instituição (como hospitais ou clínicas, por exemplo), em razão de os profissionais terem seu primeiro contato nesses locais. Acreditamos que através das aulas práticas de ensino sua memória profissional é forjada pela primeira vez; já os objetos utilizados para o aprendizado dessas práticas, de caráter didático, podem se constituir como vetores para a construção da memória de suas respectivas áreas.

1. MEMÓRIA, E CULTURA MATERIAL

No que se relaciona à memória social, de acordo com Halbwachs (2004), de cada época de nossa vida, guardamos algumas recordações que se reproduzem sem cessar, através das quais se perpetua a memória, inclusive na formação da identidade, como uma filiação contínua. Mas precisamente porque são repetições, mudam, ininterruptamente.

Sendo assim, o autor considera que objetos e acontecimentos se localizam no nosso espírito de duas maneiras, em ordem cronológica e de acordo com o sentido atribuído pelo grupo do qual fazemos parte. Já no que se refere ao esquecimento,



Halbwachs (1990) considera que ocorre em virtude do desaparecimento de determinado marco social, ou de uma parte dele.

Para o sociólogo, a memória é constantemente ressignificada no presente, assim, as lembranças são formuladas, ou reformuladas, de forma coletiva, isso porque, nunca estamos sozinhos (HALBWACHS, 1990). A memória de cada indivíduo, assim, corresponde ao seu relacionamento e identificação com determinado grupo.

Cabe destacar ainda, que para que a memória se desenvolva de maneira coletiva é necessário que sua reconstrução se dê a partir de dados ou noções comuns, de modo que exista uma troca incessante e recíproca, o que só é possível se dois indivíduos fizerem parte de uma mesma sociedade. Nos termos do próprio autor: “somente assim podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconstruída e construída”. (ibid., 1990, p. 34).

Ainda sobre o conceito de memória social, Joel Cadau propõe, através de uma perspectiva antropológica, algumas manifestações da memória, quais sejam: memória de baixo nível ou protomemória, equivalente a uma “memória ‘imperceptível’, que ocorre sem tomada de consciência.” (CANDAU, 2012, p. 32); memória propriamente dita ou memória de alto nível, relacionada às recordações e reconhecimentos através de evocações propositais ou involuntárias; e, metamemória, que compreende a representação que cada indivíduo faz de sua memória, o conhecimento que tem dela, “a metamemória é, portanto uma memória reivindicada”. (ibid. p.23).

Dessa forma, de acordo com o autor, a protomemória e a memória de alto nível são equivalentes à Faculdade da memória, e a metamemória sua representação, sendo, então termos válidos para a memória individual.

Já no que se relaciona ao conceito de identidade, Manuel Castells o compreende como a fonte de significados e experiências de um povo. No tocante aos atores sociais, o autor considera a identidade como o processo de construção do significado com base no atributo cultural, ressaltando que para um dado indivíduo ou ator coletivo, pode haver identidades múltiplas, constituindo fontes de significados para os atores, por eles organizadas, e construídas através de um processo de individualização. O autor ressalta ainda, que, as identidades podem ser formadas a partir de instituições dominantes, mas



apenas assumem essa condição no caso de os atores sociais a interiorizarem, constituindo assim, seu significado. (CASTELLS, 2003, pp. 2-3)

Para Ulpiano Bezerra de Menezes, o conceito de identidade “implica semelhança a si próprio, formulada como condição de vida psíquica e social” (MENEZES, 1984, p. 33), ainda de acordo com o mesmo autor, o conceito está mais próximo dos processos de reconhecimento, de modo que a identidade está intimamente relacionada à manutenção de tradições em detrimento de mudanças.

Menezes ressalta ainda, que para a Antropologia e para a Sociologia, “a identidade, quer pessoal, quer social, é sempre socialmente atribuída, socialmente mantida e também só se transforma socialmente” (MENEZES, 1984, p. 33). De acordo com o referido autor, não se pode ser humano por representações próprias, os papéis pessoalmente atribuídos, necessitam legitimidade social. Sendo assim, o autor conclui que é em virtude de definições que existem indivíduos e sociedade. (MENEZES, 1984)

Tendo analisado os autores que conceituaram a memória do ponto de vista social e institucional, há que se considerar, também, o conceito de “Lugares de Memória” de Pierre Nora.

Nora compreende que a memória é viva, carregada por grupos e está em constante transformação, “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações.” (1993, p. 9). Dessa forma, para o autor, o sentimento de continuidade reflete nos lugares e, portanto, “existem lugares de memória porque não existem mais meios de memória.” (ibid. P. 7).

Os lugares de memória, dessa maneira, surgem, pois a memória não é espontânea, de modo que:

[...] é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso que a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar a incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a memória depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. (NORA, 1993, p. 13)



Os lugares de memória são, portanto, a materialização simbólica de determinado local, objeto, ato, etc., de modo que são capazes de evocar não só a memória como o sentimento de pertencimento de cada um a determinado grupo, potencializando, assim, sua identidade.

Entretanto, para que se caracterize enquanto lugar de memória, o local, objeto, ato, de acordo com o conceito Nora, há de apresentar três características simultaneamente, são elas: material, simbólica e funcional, ainda que em graus diversos.

Corroborando com isso, Mendoza (2005, p.219) considera que objetos são preservados, pois, através de seu suporte físico é possível evocar o passado cuja memória se quer preservar.

A autora Maria Cristina Bruno (2009, p. 15), do ponto de vista dos museus, lembra que desde o início dos processos de hominização, a humanidade refinou o processo de observação e coleta, além do tratamento dispensado a seus objetos, ao guardá-los e protegê-los atribuiu consciência ao ato de colecionar, além de imbuí-los da capacidade de embasar os debates acerca do desenvolvimento relativo à cultura, ciência, poder, hegemonia, colonização, espoliação, tecnologia, biodiversidade, produção científica e artística, o fazer popular e etc.

Partindo dessa premissa, portanto, é possível relacionar o conceito de coleção proposto por Pomian, que se caracteriza como o “conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial em local fechado preparado para esse fim, e exposto ao olhar do público” (1984, p.52).

Entretanto, o autor lembra que o ato de colecionar se trata, na verdade, de um paradoxo, já que esses artefatos são conservados e submetidos à proteção especial, caracterizando-os como objetos preciosos, de modo que possuem valor de troca, mas não de uso. O autor destaca ainda que a coleção é “uma instituição universalmente difundida” (ibid., p. 68), de modo que os objetos que a compõem dependem de uma série de fatores tais quais: o local onde foi concebido, o estado da sociedade, suas técnicas e modos de vida, além da capacidade que possuem de atribuir graus diferenciados de importância à comunicação entre o visível e o invisível através dos objetos.



Há que se considerar ainda, que a percepção acerca da coleção, bem como sua a compreensão de determinado objeto enquanto portador de significados simbólicos depende da linguagem, da comunicação, para haja a transposição entre o visível e o invisível de que trata Pomian.

Corroborando com isso, cabe mais uma vez citar Bruno, segundo a qual as coisas¹ não têm paz, e por isso, a partir de estudos relacionados à produção material:

[...] é possível transgredir o seu contexto de visibilidade e penetrar nos cenários invisíveis, sensoriais e valorativos que extrapolam as barreiras impostas por análises pontuais ligadas, por exemplo, a mediação dos objetos e à identificação da função dos artefatos, ou direcionadas para a organização de tipologias, ou ainda, esmagadas pela ênfase na proposição de hierarquias entre os conjuntos artefatuais (BRUNO, 2009, p. 14).

Nesse sentido, Gonçalves (2007, p. 24) considera que toda a coletividade dedica-se a atividade de colecionar. Embora os objetos não sejam colecionados visando os mesmos objetivos em diferentes grupos, é através do deslocamento, essencialmente simbólico, dos objetos de uso cotidiano para coleções privadas, museus, ou mesmo para a categoria de patrimônio, que é possível observar “os processos sociais e simbólicos por meio dos quais esses objetos vêm a ser transformados ou transfigurados em ícones legitimadores de ideias, valores e identidades assumidas por diversos grupos e categorias sociais.” (ibid. p. 24).

Ainda no que se relaciona à seleção dos objetos, Mário Chagas (2005, s/p)² considera que a considera que se caracterizam enquanto processo, de modo que seja voluntários ou não, individual ou coletivo, de curta ou longa duração, se trata sempre de um processo seletivo e social.

Para Susan Pearce (2005, p. 13 - 19), os objetos incorporam informações únicas sobre a natureza do homem na sociedade. A autora considera que os objetos são importantes, pois atribuem prestígio e posição social, já que, em termos sociais, a maioria dos objetos sobreviveu por essa razão.

¹ A autora inicia o artigo com a seguinte citação “As coisas tem peso, massa, volume, tamanho, tempo, forma, cor, posição, textura, duração densidade, cheiro, valor, consistência, profundidade, contorno, temperatura, função, aparência, preço, destino, idade, sentido. As coisas não tem paz” (Araldo Antunes, 1998).

² Disponível em < <http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=5986>>



Há que se relacionar, ainda, que a análise e seleção dos objetos, em uma coleção, seja ela institucional ou pessoal, não ocorre de forma neutra, ao contrário, é sempre imbuída de intencionalidade. Corroborando com isso, cabe mais uma vez citar Mário Chagas (2005, s/p), que considera que “não há como separar memória e preservação do exercício do poder”, e conclui que:

Reconhecer a inseparabilidade entre memória e poder, entre preservação e poder, implica a aceitação de que esse é um terreno de litígio e implica também a consciência de que o poder não é apenas repressor e castrador, é também semeador e promotor de memórias e esquecimentos, de preservações e destruições. (ibid. s/p)

Faz-se necessário, ainda refletir acerca do patrimônio da ciência, de modo que Valente e Handfas (2012, p. 275), referem a importância de compreendê-lo através dos instrumentos científicos que se caracterizam enquanto evidências do desenvolvimento da história da ciência no Brasil. Assim, a concepção de ciência enquanto ação cultural pressupõe, além de sua contextualização histórica, a possível compreensão da ciência não mais como neutra, universal, mas a partir de seus meandros locais, para que essa atividade seja compreendida como qualquer outra atividade intelectual.

Em se tratando do patrimônio científico, cabe destacar que existem algumas questões que dificultam seu reconhecimento e valorização. Entre elas destacam-se, de acordo com Lourenço (2009, p.47), o fato de não existir consenso acerca do que seria patrimônio científico. Entretanto, Marcus Granato considera que:

[...] o conhecimento produzido pelo homem, além de todos aqueles objetos..., coleções arqueológicas, etnográficas e espécimes das coleções biológicas que são testemunhos científicos e do desenvolvimento tecnológico. Também se incluem nesse grande conjunto as construções arquitetônicas produzidas com a funcionalidade de atender as necessidades desses processos e desenvolvimentos. Cabe esclarecer que áreas diversas poderão estar representadas, algumas onde a contribuição para o patrimônio para a C&T será maior como a matemática e a física, e outras de forma mais relativa, por exemplo, a saúde... (GRANATO, 2009 p. 79)

Assim, os objetos da ciência e tecnologia constituem-se importantes registros materiais, além de fontes de documentação e pesquisa, objetivando a compreensão dos processos históricos nos quais foram concebidos.



Entretanto, conforme Marta Lourenço, cerca de 90% do patrimônio da ciência encontra-se em locais que não possuem vocação, missão, orçamento, pessoal qualificado ou mesmo a compreensão da importância da valorização dessa tipologia de cultura material. “Este patrimônio, do ponto de vista da tutela, encontra-se órfão, em situação vulnerável, de abandono, sujeito à arbitrariedade e em risco de danos irreversíveis e mesmo de perda irremediável.”(LOURENÇO, 2009, p. 47) Destaca-se o fato, ainda de que, o patrimônio da ciência é pouco valorizado por cientistas e historiadores das ciências.

A autora cita ainda dados impressionantes levantados por Corn. Este autor, conclui que entre 1985 e 1995, dos artigos publicados em uma revista científica, considerada referência na história da tecnologia, apenas 50% tinham relação com objetos; desses, 70% utilizaram exclusivamente fontes publicadas ou escritas, e ocasionalmente eram complementadas com entrevistas orais. Para Lourenço (2009), as razões desses números alarmantes se devem ao fato de que além dos pesquisadores dessa tipologia de cultura material preferirem trabalhar com documentos escritos, a autora considera que apesar da extensa bibliografia referente aos estudos sobre a utilização dos objetos enquanto fonte de pesquisa, existem poucas disciplinas acadêmicas voltadas a esse objetivo. (LOURENÇO, 2009)

Percorrer os conceitos de memória social, identidade e cultura material proporcionará que se compreenda a forma como Faculdade de enfermagem selecionou seus objetos e preserva suas coleções, bem como sua potencialidade na construção da memória e identidade das instituições.

2. RESULTADOS ALCANÇADOS

A Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia (FEn) da Universidade Federal de Pelotas teve sua origem como Curso de Enfermagem e Obstetrícia, em função de prioridade adotada pelo Ministério da Educação e Cultura, que na ocasião, em 1976, recomendava criação de cursos de enfermagem em todas as universidades federais. O Curso de Enfermagem e Obstetrícia foi criado naquele mesmo ano, inicialmente



vinculado à Faculdade de Medicina, foi reconhecido pelo MEC em 1980. Em 1989, ganha status de faculdade, passando a contar com estrutura própria.

A pesquisa desenvolvida se caracteriza, portanto, enquanto estudo de caso, prevendo, de acordo Gil, quatro etapas de trabalho, que são: delimitação da unidade caso, coleta de dados, seleção, análise e interpretação dos dados e elaboração do relatório. Dessa forma, para a coleta de dados, foram realizadas visitas técnicas a essa instituição buscando perceber a relação e o potencial que seus objetos podem adquirir para a construção de sua memória e identidade.

No que se relaciona à Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia da FEn, há que se destacar, que, através das visitas realizadas à unidade, foi possível constatar que durante sua trajetória a unidade apresentou desejo de preservar e divulgar sua memória, principalmente, através das comemorações de seus 30 anos de fundação.

No ano de 2006, houve a posse da nova diretoria da FEn, de forma que, a diretora eleita, prof. Luciane Kantorski, juntamente com os demais membros da diretoria, organizaram exposição comemorativa aos 30 anos da unidade. De acordo com a Prof. Luciane Kantorski:

[...] na ocasião de comemoração dos 30 anos da enfermagem alguns professores, servidores e egressos trouxeram alguns objetos pessoais como convites de formatura, fotografias, uniformes e juntamente com objetos que tínhamos guardados na Faculdade e que expressam a memória da mesma foi montado numa sala de professores um espaço de exposição. Em outras ocasiões de comemoração isso também ocorreu nos corredores e em outros espaços. (Entrevista, concedida em outubro de 2015)

Através da pesquisa realizada para a elaboração da exposição dos 30 anos da FEn, figuras 1, os objetos, textos elaborados pelos professores, fotografias e documentos selecionados foram apresentados ao público, buscando contar a história da unidade. A comemoração aos 30 anos da FEn ocorreu entre os dias 24 de agosto e 05 de setembro de 2006.



Figura 1: Exposição 30 anos FEn



Fonte: Autores, 2014

Na ocasião foi desenvolvido projeto de extensão “A FEO 30 anos de existência e História: contribuindo com o cenário da qualidade de saúde em Pelotas e região”, em que alunos e professores participaram da pesquisa acerca da história da unidade, dessa forma, localizaram egressos e antigos professores para que emprestassem, e/ou doassem material relativo à FEn, tal como antigas togas, fotografias dos projetos desenvolvidos pela Faculdade, e das instalações das cedeces por onde a unidade passou, já os objetos como: seringas de vidro, antigas embalagens de gaze e algodão, e o material para esterilizar os instrumentos hospitalares, foram preservados pela Unidade. Parte dos documentos e fotografias levantados para a exposição foram doados à FEn.

Como desdobramento das comemorações aos 30 de fundação da Unidade, os objetos e documentos foram mantidos na faculdade, bem como do material pesquisado, percebendo-se, então, a valorização desse material enquanto potencializador para a construção da identidade e da memória desse grupo, uma vez que podem ser expostos conforme demanda percebida através da necessidade de comemoração.

Destaca-se que parte dos artefatos encontra-se exposta em um dos corredores da unidade, de modo que é possível identificar sua potencialidade para tornarem-se coleção. Ainda é possível referenciar que, a FEn, manteve os objetos e o trabalho de pesquisa exposto ao público, mesmo após o fim da referida exposição, o que demonstra uma vontade de memória expressa através de seus objetos.



Sobre os objetos encontrados na FEn, foi possível identificar algumas tipologias variadas, entre elas destacam-se, antigos convites de formatura, material produzido sob o antigo logo da Faculdade (quando ainda era Curso de Enfermagem), presentes ganhos pelos coordenadores da Faculdade e objetos utilizados para as práticas de ensino (seringas de vidro, antigos objetos para esterilização de material hospitalar e etc.).

Parte do material levantado pela unidade para compor a exposição encontram-se em um armário (figura 2), referentes ao “Curso de Enfermagem e Obstetrícia” – antes de ganhar status de faculdade – aos prêmios, homenagens e publicações relativas ao curso. Poucos materiais referem-se às antigas práticas da enfermagem, representados pela seringa e os copos de vidro. Salienta-se que o móvel apresenta dimensões pequenas, 1,20m de altura por 0,60m de largura, o que inviabilizaria a possibilidade de apresentar objetos maiores.

Figura 2: Armário de Objetos FEn



Fonte: Autores, 2014

Apesar disso, percebe-se que a maioria desses artefatos se relaciona mais à memória institucional do que à memória profissional ou mesmo às práticas de ensino. Há que se referenciar, ainda, que de acordo com entrevista com a Prof. Luciane Kantorski, esse armário é remanescente de um antigo laboratório, optou-se, então por expor alguns dos objetos do histórico da FEn, uma vez que não apresentam estrutura física para manter um memorial ou pequeno museu.



Através de visitas realizadas à instituição, portanto, foi possível perceber, que os objetos encontrados na FEn apresentam uma significativa relevância, principalmente no que se relaciona às suas práticas de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar os objetos da FEn, é possível retomar questões relacionadas à cultura material, de modo que, conforme Gonçalves, a partir de Roy Wagner, adicionados à vida cotidiana, os objetos estimulam seu manuseio, representam os desejos que se quer alcançar e, materializam essa vontade, atitude, sentimento, de tal forma que “ao aprendermos a usar esses instrumentos, nós estamos secretamente aprendendo a usar; enquanto controles, esses instrumentos mediam essa relação, ele objetificam nossas habilidades. (WAGNER apud. GONÇALVES, 2007, p. 26).

É possível perceber que a vontade de memória da FEn está representada, principalmente pelas comemorações e pela preservação de seus objetos. Dessa forma entende-se que “consagrando o universalismo dos valores de uma comunidade, as comemorações buscam, nessa “rememoração³” de acontecimentos passados, significações diversas para uso do presente”. (SILVA, 2002).

Dessa forma, se faz necessário ainda, mais uma vez, retomar Pierre Nora, quando afirma que determinadas ações, tais como a comemoração ou a criação de museus e arquivos, por exemplo, não são atividades naturais, de tal modo que “Sem vigilância comemorativa, a memória depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora”. (NORA, 1993, p. 13).

Sendo assim, é possível perceber, no caso da Faculdade de Enfermagem que a busca pela construção da memória e da identidade se refletiu através do desejo pela comemoração desse curso. De modo que, através da valorização de seus elementos aglutinadores, ou seja, de suas retóricas holistas, conforme conceito de Candau (2009)

³ (...) a “rememoração” [...] proporciona o sentimento da distância temporal; mas ela é a continuidade entre presente, passado recente, passado distante, que me permite remontar sem solução de continuidade do presente vivido até os acontecimentos mais recuados da minha infância. (SILVA, 2002, P. 428)



seria possível, inclusive, imaginar a construção de uma memória forte compartilhada por esse grupo que para o autor são,

[...] o emprego de termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos, conjuntos que são conceituados como *outra coisa* que a simples soma das partes e tidos como agregadores de elementos considerados, por natureza ou convenção, como isomorfos. (CANDAU, 2012, p. 29)

Há que se considerar, porém, que os objetos da Fen apresentam diversas potencialidades. Aqui se buscou perceber o caminho percorrido entre as comemorações e seus desdobramentos, representados pela salvaguarda, ainda que em alguns casos inadequada dos objetos pesquisados, uma vez que essa não é atividade fim dessa unidade.

REFERÊNCIAS

Livros:

CANDAU, Joel. *Memória e Idetidade*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. Fundação Calouste Gulbenkian – Lisboa 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vertice/Revista dos Tribunais, 1990.

HALBWACHS, Maurice. *Los Marcos Sociales de la Memoria*. Venezuela: Anthropos, 2004.

Artigos em periódicos:

BRUNO, Maria Cristina. Estudos de Cultura material e coleções museológicas: avanços, retrocessos e desafios. *Cultura Material e Patrimônio de Ciência e Tecnologia*. Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências afins – MAST, 2009.



GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 60, p. 14-42, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Teorias antropológicas e objetos matérias. In.: *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro, Editora Garamond Ltda., 2007.

GRANATO, Marcus. Panorama sobre o Patrimônio da Ciência e Tecnologia no Brasil: Objetos de C&T. *Cultura Material e Patrimônio de Ciência e Tecnologia*. Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências afins – MAST, 2009.

LOURENÇO, Marta. O patrimônio da ciência: importância para a pesquisa. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio*. Rio de Janeiro, Unirio |MAST, v.II, n.1, p.47-53, 2009.

MENDOZA, Celina A. Lértora. ¿Por que hacemos colecciones? In.: *Episteme*, Porto Alegre, n.20, suplemento especial, p.217-228, jan.juh., 2005.

MENESES, Ulpiano Bezerra. Identidade Cultura e Arqueologia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.20, p. 33-36, 1984.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In.: *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, 1993.

PEARCE, Susan. Museu: Instituição de Pesquisa. *MAST Colloquia*, Rio de Janeiro, v.7, p. 12-21, 2005.

POMIAN, k. – Coleção. IN: *Enciclopédia Einaudi – Memória-História*: Lisboa, Imprensa Oficial/Casa da Moeda, 1984.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/Comemoração: as utilizações sociais da memória. In.: *Revista Brasileira de História*. . São Paulo , V. 22, n, 44, p. 425-438, 2002.



VALENTE, Maria Esther Álvares; HANDFAS, Ethel Rosemberg. O Patrimônio científico e tecnológico brasileiro e a importância de políticas públicas para sua preservação. *Revista Ciências Estratégicas*. Medellín, Colômbia V. 20, n. 28, p. 271-284, 2012.

Artigos na internet:

CHAGAS, Mário. Cultura, Patrimônio e Memória. In.: *Revista Museu*. 2005. Disponível em < <http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=5986>>. Acesso em: 18 de maio de 2015.



CULTURA MATERIAL, PAISAGEM COSTEIRA E ETNICIDADE: O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO PRÉ-COLONIAL DA COSTA LESTE DA ILHA DE SÃO FRANCISCO (SC)

BANDEIRA, Dione da Rocha

*Professora da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE
dione.rbandeira@gmail.com*

ALVES, Maria Cristina Alves

*Arqueóloga autônoma
mariacristinaalves22@gmail.com*

ALMEIDA, Graciele Tules de

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio
Cultural e Sociedade - UNIVILLE Bolsista CAPES
gracitules@gmail.com*

SÁ, Júlio Cesar de

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio
Cultural e Sociedade - UNIVILLE Bolsista CAPES
jcsarqueo@gmail.com*

RESUMO

A região da Costa Leste da ilha São Francisco do Sul, localizada na Baía Babitonga, litoral norte de Santa Catarina, abriga 29 sambaquis (um em abrigo sob rocha) e uma oficina lítica. Em sua maioria, os sítios se encontram em bom estado de conservação, muitos ainda intactos. Alguns deles foram parcialmente destruídos com a exploração da cal, o uso das conchas para a pavimentação de estradas ou sofreram intervenções a partir da utilização da área dos sítios para agricultura. O trabalho em tela, busca aprofundar a pesquisa voltada para o patrimônio arqueológico pré-colonial, em contexto regional, pautando-se em diferentes perspectivas, no intuito de contribuir com o diálogo entre o estudo da cultura material, da paisagem costeira e também de etnicidade.

Palavras-chave: São Francisco Sul, patrimônio arqueológico, cultura material.

ABSTRACT

The region of the east coast of the island São Francisco do Sul, located in Babitonga Bay, northern coast of Santa Catarina, houses 29 sambaquis (a in shelter under rock) and a workshop lytic lesion. In their majority the sites are in good state of preservation, many still intact. Some of them were partially destroyed, with the holding of the cal, the use of shells for the paving roads or even, underwent intervention from the use of the area of sites for agriculture. The work on screen, search to deepen the study focused on the pre-colonial archeological heritage, in the regional context, based on different perspectives, in order to contribute with the dialog between the study of material culture, the coastal landscape and also of ethnicity.

Keywords: São Francisco do Sul, archeological heritage, material culture.



INTRODUÇÃO

O presente projeto tem como foco o patrimônio arqueológico pré-colonial localizado na face leste da ilha de São Francisco do Sul, nordeste do Estado de Santa Catarina, compreendendo um conjunto de 29 sambaquis (um em abrigo) e uma oficina lítica (Quadro 1; Figura 1), ao longo de 30 km de costa. Com datações que indicam o início da ocupação dessa área por volta 5.000 anos antes do presente, apenas dois sítios foram pesquisados anteriormente (Bupeva II e Enseada I, nas extremidades sul e norte da ilha, respectivamente). Muitas são as questões, sobre as práticas culturais desses povos, sem respostas. Conhece-se um pouco mais sobre aspectos da biologia e alimentação, faltando dados que permitam entender a ocupação em termos regionais.

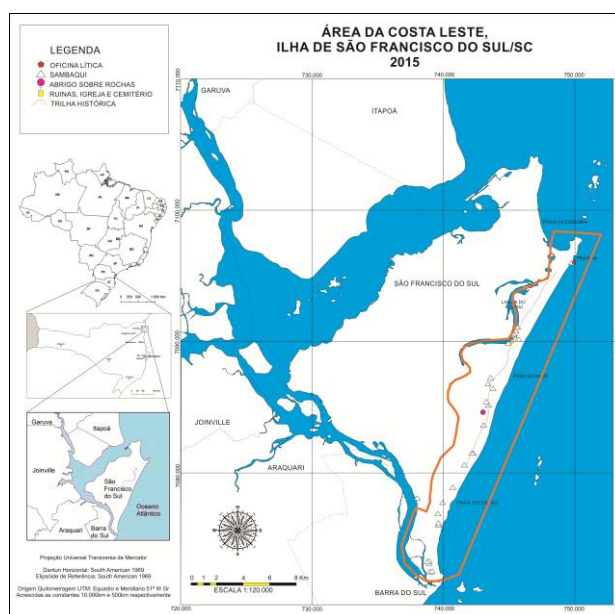
Quadro 1: Sítios pré-coloniais existentes na área de interesse

Sítios		Localização
1	Sambaqui Bupeva I	738.751E 7.073.260S
2	Sambaqui Bupeva II	739.187E 7.072.550S
3	Sambaqui Bupeva III	738.897E 7.073.287S
4	Sambaqui Bupeva IV	738.926E 7.073.187S
5	Sambaqui Bupeva V	738.921E 7.073.180S
6	Sambaqui Bupeva VI	738.980E 7.072.504S
7	Abrigo Casa de Pedra	743.021E 7.084.631S
8	Sambaqui Enseada I	749.766E 7.096.002S
9	Sambaqui Lagoa do Acarai I	744.965E 7.089.915S
10	Sambaqui Lagoa do Acarai II	744.961E 7.089.878S
11	Sambaqui Lagoa do Acarai S12	745.417E 7.090.616S
12	Sambaqui Lagoa do Acarai S13	745.414E 7.090.454S
13	Sambaqui Lagoa do Acarai V	745.553E 7.090.852S
14	Sambaqui Lagoa do Acarai VI	745.769E 7.090.183S
15	Sambaqui Lagoa do Acarai S10	745.709E 7.091.107S
16	Sambaqui Praia Grande S2	741.632E 7.080.649S
17	Sambaqui Praia do Ervino II	739.653E 7.076.037S



18	Sambaqui Praia do Ervino III	739.932E 7.077.783S
19	Sambaqui Praia Ervino I	739.684E 7.076.218S
20	Sambaqui Praia Grande I	739.616E 7.076.941S
21	Sambaqui Praia Grande II	742.234E 7.081.494S
22	Sambaqui Praia Grande III	742.302E 7.081.544S
23	Sambaqui Praia Grande IV	743.421E 7.085.198S
24	Sambaqui Praia Grande IX	743.795E 7.086.462S
25	Sambaqui Praia Grande V	743.078E 7.083.664S
26	Sambaqui Praia Grande VI	743.298E 7.085.459S
27	Sambaqui Praia Grande VII	743.612E 7.087.278S
28	Sambaqui Praia Grande VIII	743.418E 7.086.817S
29	Sambaqui Praia Grande X	740.692E 7.078.946S
30	Oficina Lítica	749.820E 7.096.100S

Figura 1: Área de abrangência do Projeto na costa leste da ilha de São Francisco do Sul.



Fonte: Sá, 2015.

Com abordagem teórica pautada nos estudos da cultura material, da Arqueologia da Paisagem Costeira e da Etnicidade, busca-se propor um modelo interpretativo sobre a



identidade desses grupos, o modo como se instalaram na região, em que momento, em que ambiente, e as relações que estabelecerem entre si e com o ambiente.

A metodologia de pesquisa considera abordagens que levantem dados sobre a construção desses sítios (ambiente, recursos utilizados, morfologia, datações), ocupação (função), a relação entre esses, assim como as interferências ocorridas após o abandono, especialmente no período histórico iniciado com a chegada de europeus. A execução do projeto prevê, portanto, (1) prospecções em todos os sítios e escavação do sambaqui em abrigo, (2) análise de acervos procedentes de pesquisas realizadas nos sambaquis Enseada I e Bupeva II (BANDEIRA, 2004), (3) levantamento de informações documentais e orais sobre a história de transformação/destruição dos sítios e (4) caracterização dos sítios em seus aspectos culturais, topográficos e ambientais.

As prospecções sistemáticas implicam ações superficiais e subsuperficiais nos sítios. Aspectos morfológicos (perímetro, dimensões, forma) e ambientais (local de implantação) estão sendo levantados em paralelo às investigações para caracterização da composição, estratigrafia e datações, como sondagens subsuperficiais.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os estudos da cultura material apontam para o caráter simbólico e social expresso na materialidade dos objetos, onde a sua produção não é estabelecida por modelos rígidos e pré determinados, mas segundo Lima (2011, p. 18) “a cultura material é produzida não por um sistema, mas por indivíduos com escolhas ideologicamente determinadas”.

Conforme Meneses, a cultura material pode ser entendida como (1983, p. 113)

aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem . Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais. Essa ação, portanto, não é aleatória, casual, individual, mas se alinha conforme padrões, entre os quais se incluem os objetivos e projetos. Assim, o conceito pode tanto abranger artefatos, estruturas, modificações da paisagem, como coisas animadas (uma sebe, um animal doméstico), e, também, o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação (deformações, mutilações, sinalações) ou, ainda, os seus arranjos espaciais (um desfile militar, uma cerimônia litúrgica).



A partir da década de 80, com o acirramento das discussões voltadas para o fazer arqueológico, surgem novas perspectivas que buscam ir além da classificação e sistematização da cultura material, ampliando a análise, com foco na contextualização do registro arqueológico, tendo como base processos cognitivos e ideológicos que vão influenciar no entendimento sobre a variabilidade do registro arqueológico relacionando o mesmo a mecanismos estruturadores que operam em nível cognitivo e ideacional (LIMA, 2011).

De acordo com a mesma autora (2011, p.21)

Um aspecto, no entanto, pode ser considerado hoje uma página definitivamente virada no estudo da cultura material: o seu entendimento como um reflexo passivo de sistemas socioculturais. A cultura material é produzida para desempenhar um papel ativo, é usada tanto para afirmar identidades quanto para dissimulá-las, para promover mudança social, marcar diferenças sociais, reforçar a dominação e reafirmar resistências, negociar posições, demarcar fronteiras sociais e assim por diante. Não há como reverter essa condição, que torna a cultura material, de fato, a dimensão concreta das relações sociais.

Ainda no sentido social da cultura material, Gaspar (2009, p. 41) aponta que “A diversidade da vida social associada à especificidade dos objetos materiais cria potencial para transformar, através da prática, as convenções sociais. A dinâmica social opera tanto para a manutenção como para a transformação da cultura. Como o significado dos objetos se dá na relação dialética entre estrutura e prática, estes têm múltiplos significados locais.

Os sambaquis são sítios holocênicos do Arcaico tardio, caracterizados pelo acúmulo de conchas que podem chegar a mais de 30 metros de altura, construídos por povos pescadores, caçadores e coletores, ocorrendo, no Brasil, entre 7.000 e 1.000 anos AP. Esses povos, conhecidos como Sambaquianos, utilizavam os sambaquis para estabelecer seus acampamentos, suas aldeias ou realizar cerimônias. Na região da Baía Babitonga há registro de aproximadamente 140 desses sítios (BANDEIRA, 2004, entre outros) distribuídos ao longo das suas margens, em pequenas ilhas e nas bacias hidrográficas. Somente para cerca de 10% dos sambaquis conhecidos na região da Baía Babitonga tem-se alguma informação resultante de pesquisas com escavação, com enfoque em bioarqueologia e zooarqueologia. Na área objeto da pesquisa, os 30 sítios estão implantados em ambientes caracterizados por (1) dunas e antedunas (com vegetação de restinga rasteira e arbustiva baixa, relevo ondulado e solo extremamente arenoso), (2) restinga alta (em áreas planas de solo arenoso), (3) floresta entremeada por



banhados e (4) manguezal. Em apenas dois sítios, há remanescentes de grupo ceramista, Tradição Taquara-Itararé, com datações mais recentes.

Há poucos estudos com enfoque regional, voltados para o meio ambiente e o entorno dos sítios, que apontem questões relacionadas ao simbólico e social. O conceito de paisagem abrange uma gama de interpretações produzidas por diversas disciplinas que discutem a paisagem e sua relação com as ações humanas. Interessa-nos aqui a tendência que aborda a paisagem como seguimento da relação intrínseca entre natureza, pessoas, lugares e intenções, resultando desse processo, a paisagem ou as várias paisagens possíveis de análise (física, social, simbólica, cultural, sagrada, dinâmica e de poder).

Ao adentrar o contexto da inter-relação homem, tempo e meio, a partir da pesquisa arqueológica, passamos a entender a paisagem como algo que se originou da relação íntima entre indivíduos e a natureza e do engajamento desses dois fatores com o mundo, mas também, como parte de um processo contínuo de vida (INGOLD, 2000).

A Arqueologia da Paisagem tem como método a compreensão dos mecanismos de interação entre os construtores dos sambaquis e a natureza, visando o entendimento dos sítios arqueológicos de forma ampla, calcada na discussão sobre os vestígios encontrados, mas principalmente no entorno do sítio e também no espaço alterado socialmente e seu conteúdo cultural, caracterizado como a paisagem. Desta forma, a pesquisa em questão busca a compreensão sobre o processo de construção da paisagem arqueológica e também costeira, por entender que o estudo do patrimônio arqueológico, aqui abordado, envolve uma série de ambientes, destacando-se a linha de costa marinha e os desdobramentos a partir desses, que influenciaram na composição da paisagem pré-colonial.

Outra perspectiva envolvida na pesquisa volta-se para os estudos de etnicidade, que buscam ampliar o entendimento sobre questões relacionadas à identidade dos grupos que ali estiveram. O conceito de etnicidade tem seu desenvolvimento durante o século XX, com os avanços das discussões pautadas na compreensão do conceito de cultura e no próprio desenvolvimento da Antropologia Social (BANDEIRA, 2004, POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998).

Sobre o conceito de etnicidade, Jones (1997 *apud* BANDEIRA, 2004, p. 22) afirma que, “não há, entretanto, consenso sobre o significado de grupo étnico e etnicidade nas ciências sociais”. Mas, mesmo assim, entende-se que a identidade étnica de um grupo, é construída pelo



diálogo entre os diferentes participantes e pela assimilação de traços culturais diferenciados, não sendo estática e estando a todo o momento em reconstrução (BANDEIRA, 2004).

Nesse sentido, atualmente, as ciências humanas concebem as identidades como representações, que são construídas a partir da relação entre semelhanças e diferenças. Não existem identidades fora da representação, que funciona como um mecanismo de apreensão da realidade, colaborando para mostrar e demarcar as identidades em relação aos outros (CASTRO, 2008). Assim, a identidade como representação, se manifesta também nos objetos que os indivíduos utilizam (WOODWARD, (2005). Desta forma, os objetos servem para afirmar identidades, dentro de um processo sincrônico, onde as identidades são formadas e mantidas não apenas por elementos sociais, coletivos e psíquicos, mas também, por elementos simbólicos e materiais.

2. RESULTADOS PRELIMINARES

Até o momento, cinco sambaquis foram prospectados. Ao norte da faixa, o sambaqui Lagoa do Acaraí S10 foi prospectado em sua porção central, alcançando 3 metros da base ao topo. Localizado a margem da lagoa, em coordenadas UTM WGS84 745597E, 7091013S, apresenta forma alongada, com 190 m x 40 m. Na porção central da faixa, o sambaqui Praia Grande V, localizado em coordenadas UTM WGS84 743048E, 7083615S, na encosta leste de morrete natural, foi prospectado próximo a extremidade leste onde a camada apresenta-se mais espessa, com 40 cm. Encontra-se bastante impactado por extração mineral. Próximo a este, fez-se prospecção no sambaqui Praia Grande VI, localizado em zona de contato de cordão arenoso com a várzea do rio Acaraí, em coordenadas UTM WGS84 743298E, 7085459S. Trata-se de sítio de pequenas dimensões, medindo 26 m x 17 m x 3 m de altura. Em coordenadas UTM WGS84 743344E-7086821S, encontra-se o sítio Praia Grande VIII, com 271 m² e 1 metro de altura. O sítio Praia Grande V apresenta a menor dimensão, caracterizado por área de conchas predominantemente de *Ostrea sp* e *Lucina pectinata*, medindo 7,50m x 5m e apenas 35cm de espessura.

Material coletado nas sondagens está sendo processado em laboratório. Amostras totais são coletadas na superfície e na base do sítio para flotação e análise de vestígios, inclusive de vegetais. Tanto de superfície quanto da base, dos sítios já sondados, também foram coletadas



amostras (conchas e carvões) e encaminhadas para datação. O que se observou até o momento, nos sítios sondados, é a presença significativa do molusco *Lucina pectinata*, diferente do que ocorre nos sítios localizados no interior da Baía Babitonga.

No sambaqui em abrigo, Casa de Pedra (figura 2), foi executada a primeira etapa de escavação. Localizado na face leste de um segundo morrete natural, o abrigo mede 7,20 metros de abertura e 10 metros de fundos, com piso de conchas. A escavação em níveis artificiais de 5cm foi iniciada em seis setores, com rebaixamento até o momento de 10 cm (em média). No setor D4 prospectou-se um quadrante, registrando-se 35 cm de camada arqueológica. Material coletado em peneiramento e amostras de coletas totais estão sendo processados. Osso humano (de mão) coletado foi encaminhado para datação.

Figura 2: Abrigo Casa de Pedra em São Francisco do Sul - SC



Fonte: Bandeira, 2015.

Resultados preliminares indicam o predomínio entre os moluscos de *Anomalocardia brasiliiana* com ocorrência de *Ostrea sp* e *Lucina pectinata* em grande quantidade em alguns



pontos. Entre os peixes há o predomínio de bagre e baiacu e outras espécies ainda não identificadas. Destaca-se a presença de muitas quelas de siri.

Para a região de interesse do projeto, algumas datações estavam disponíveis. As datações são importantes, pois a interpretação desses dados juntamente com as outras informações, provenientes da pesquisa, colaboram para o entendimento amplo do processo de ocupação pré-colonial da região, especialmente para as interpretações sobre a contemporaneidade e inter-relação entre os sítios. As primeiras datações, encaminhadas com amostras dos sítios sondados e do abrigo, apontam para uma ocupação mais antiga do que a esperada, considerando-se os dados conhecidos (Quadro 2).

Quadro 2 – Datações existentes para a área de interesse:

Datações para a região da Costa Leste de SFS.	
Sítio	Datação
Abrigo Casa de Pedra	Cal BP 5910 to 5695 base (Bandeira <i>et al</i> , 2015) Cal BP 5050 to 4870 topo (Bandeira <i>et al</i> , 2015)
Sambaqui Praia Grande VI	Cal BP 5695 to 5510 (3,60m/profundidade) (Bandeira <i>et al</i> , 2015) Cal BP 5335 to 5310 topo (Bandeira <i>et al</i> , 2015)
Sambaqui Praia Grande V	Cal BP 4965 to 4785 base (Bandeira <i>et al</i> , 2015)
Sambaqui Lagoa do Acaraí LS10	Cal BP 3445 to 3225 base (Bandeira <i>et al</i> , 2015) Cal BP 3425 to 3190 topo (Bandeira <i>et al</i> , 2015)
Sambaqui Enseada I	3920 +/- 40 anos AP. / 1390 +/- 40 anos AP. (De Masi, 2001).
Sambaqui Praia Grande II	3850 +/- 200 anos AP. (Martin <i>et al</i> , 1988)
Sambaqui Lagoa do Acaraí I	3.600 +/- 180 anos AP. (Martin <i>et al</i> , 1988)
Sambaqui Bupeva III	3360 +/- 30 anos AP. (Almeida, 2015)
Sambaqui Bupeva VII	2720 +/- 30 anos AP. base (Almeida, 2015) 2710 +/- 30 anos AP. topo (Almeida, 2015)
Sambaqui Bupeva II	2.325 +/- 25 anos AP. (Bandeira, 2004) 345 +/- 40 anos AP. (Bandeira, 2004)
Sambaqui Bupeva I	1440 +/- 30 anos AP. base (Almeida, 2015) 1390 +/- 30 anos AP. topo (Almeida, 2015)

Em paralelo, está sendo executado o levantamento de informações orais disponíveis em relatórios de pesquisas, assim como dados desses sítios em cadastramentos efetuados por pesquisadores nas décadas de 1950 a 1970. Também estão sendo levantados os dados



paleoambientais em trabalhos acadêmicos disponíveis, objetivando conhecer o ambiente no momento da implantação dos sambaquis, assim como avaliar a intencionalidade na escolha do local e possível relação entre os sítios.

CONCLUSÕES

Com cronograma de execução previsto para 24 meses, os trabalhos de campo foram iniciados em junho de 2015. Preliminarmente, está-se revendo o conhecimento inicial relacionado ao local de implantação dos sítios. À primeira vista entendia-se a existência de dois alinhamentos de sítios, um a leste em cordão de duna e outro mais próximo à várzea do rio e lagoa do Acarai. As inspeções em campo estão indicando que se trata de apenas um alinhamento, na zona de contato entre dunas (depósito marinho e eólico) e a alagadiça (depósito lagunar). As exceções são o sambaqui PG VI, sobre o morrete, e o sítio em abrigo que nos levam a questionar se seriam locais para a realização de alguma atividade específica. Seria o morrete um local para o controle de território ou recursos marinhos/cardumes de peixes? Seria o abrigo um local para rituais?

A maioria dos sítios encontra-se em bom estado de conservação, muitos ainda estando intactos. Um total de 18 sítios foi parcialmente destruído, com a exploração da cal, pavimentação e agricultura. Em termos de tamanho, os sítios variam de 10 a 200 metros de comprimento, 6 a 200 metros de largura e menos de 1 a 25 metros de altura.

Todos os dados até agora levantados indicam que o processo de construção da paisagem arqueológica da costa leste da ilha de São Francisco do Sul é o resultado da transformação do meio ambiente a partir das atividades desenvolvidas pelos indivíduos que ali estiveram em tempos pretéritos e que as marcas desse processo foram sendo gradualmente incorporadas no espaço e refletem aspectos culturais, memórias e noções sobre a identidade social desses grupos.



PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Graciele Tules de. **A paisagem desvelada: os sambaquis da Bupeva no extremo sul da Praia Grande em São Francisco do Sul (SC)**. Monografia de Especialização. Joinville: Univille, 2015.

BANDEIRA, Dione, da Rocha. **Ceramistas pré-colônias da baía da Babitonga, SC: Arqueologia e etnicidade**. Tese de Doutorado. Campinas Universidade Estadual de Campinas; 2004.

CASTRO, V. M. C. O uso do conceito de Identidade na Arqueologia. **CLIO**. Série Arqueológica (UFPE), v. 1, p. 170-188, 2008.

DE MASI, Marco Aurélio Nadal. Pescadores coletores da costa sul do Brasil. **Pesquisas, sér. Antropologia**, 57: 1-136. 2001.

GASPAR, Maria Dulce. Arqueologia, cultura material e patrimônio. Sambaquis e cachimbos. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio F. (Orgs.). **Cultura material e patrimônio da Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro: MAST/CNPq, 2009. p. 39-52

INGOLD, Tim. **The perception of the environment. Essays in Livelihood, Dwelling and Skill**. London/New York: Routledge, 2000.

JONES, Sian. **Archaeology of Ethnicity**. London and New York: Routledge, 1997.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais Material culture: the concrete dimension of social relations. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.- abr. 2011.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas, **Revista de História**, n.115, USP., p.103-117, 1983.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Unesp, 1998.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. (Org.) **Identidade e diferença — A perspectiva dos estudos culturais**. Petropolis: Vozes, 2005.



ENTRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E A PREDAÇÃO IMOBILIÁRIA: UMA ANÁLISE DO IMPACTO DO RESIDENCIAL HUGO AMORIM NA AMBIÊNCIA DA IGREJA DE NOSSO SENHOR DOS PASSOS

SILVA, Daniela Juliano

*Doutoranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e
Direito da Universidade Federal Fluminense.*

danjulsil@yahoo.com

53

RANGEL, Tauã Lima Verdan

*Bolsista CAPES. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em
Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense.*

taua_verdan2@hotmail.com

RESUMO

A cultura brasileira é o resultado daquilo que era próprio das populações tradicionais indígenas e das transformações trazidas pelos diversos grupos colonizadores e escravos africanos. Ao se analisar o meio ambiente cultural, enquanto complexo macrossistema, é perceptível que é algo incorpóreo, abstrato, fluído, constituído por bens culturais materiais e imateriais portadores de referência à memória, à ação e à identidade dos distintos grupos formadores da sociedade brasileira. Quadra pontuar que o meio ambiente cultural, na condição de macrossistema, apresenta-se como algo fluído, incorpóreo, integrado por bens culturais materiais e imateriais que compreendem em seu âmago referência à memória, à ação e à identidade dos distintos grupos formadores da sociedade brasileira, sensíveis aos aspectos peculiares das comunidades. O presente analisa as alterações no patrimônio cultural do município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, em especial na ambiência da Igreja de Nosso Senhor dos Passos, em razão das modificações no traçado urbano, advindos do Empreendimento Hugo Amorim Residencial.

Palavras-chave: Predação Imobiliária; Patrimônio Histórico; Preservação Cultural.

ABSTRACT

The Brazilian culture is the result of what was typical of traditional indigenous populations and the transformations brought by the various settlers and African slaves groups. When analyzing the cultural environment as complex macro system, it is noticeable that it is something intangible, abstract, fluid, consisting of cultural material and immaterial goods carriers reference to memory, action and identity of the various groups that form the Brazilian society. Court point out that the cultural environment , the macro- condition , it is presented as something fluid , incorporeal, composed of cultural tangible and intangible assets which comprise at its core referenced memory , the action and the identity of the various groups that form the Brazilian society , sensitive to the unique aspects of communities. This analyzes the changes in the cultural heritage of the municipality of Cachoeiro de Itapemirim-ES, especially in the ambience of the Church of Our Lord of Passos, because of changes in the urban layout, arising from the Enterprise Hugo Amorim Residencial.

Keywords: Predation Real Estate; Historic site; Cultural preservation.



INTRODUÇÃO

Em sede de comentários introdutórios, cuida salientar que o meio ambiente cultural é constituído por bens culturais, cuja acepção compreende aqueles que possuem valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, espeleológico, fossilífero, turístico, científico, refletindo as características de uma determinada sociedade. Ao lado disso, quadra anotar que a cultura identifica as sociedades humanas, sendo formada pela história e maciçamente influenciada pela natureza, como localização geográfica e clima. Assim, o meio ambiente cultural decorre de uma intensa interação entre homem e natureza, porquanto aquele constrói o seu meio, e toda sua atividade e percepção são conformadas pela sua cultura. “A cultura brasileira é o resultado daquilo que era próprio das populações tradicionais indígenas e das transformações trazidas pelos diversos grupos colonizadores e escravos africanos” (BROLLO, 2006, p. 15-16). Desta maneira, a proteção do patrimônio cultural se revela como instrumento robusto da sobrevivência da própria sociedade.

Nesta toada, ao se analisar o meio ambiente cultural, enquanto complexo macrossistema, é perceptível que se trata de patrimônio incorpóreo, abstrato, fluído, constituído por bens culturais materiais e imateriais portadores de referência à memória, à ação e à identidade dos distintos grupos formadores da sociedade brasileira. Meirelles (2012, p. 634), em suas lições, anota que “o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional abrange todos os bens moveis e imóveis, existentes no País, cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos memoráveis da História pátria” ou ainda em razão do proeminente valor artístico, arqueológico, bibliográfico, etnográfico e ambiental. Quadra anotar que os bens compreendidos pelo patrimônio cultural compreendem tanto as realizações antrópicas como obras da Natureza; preciosidades do passado e obras contemporâneas.

Nesta esteira, é possível subclassificar o meio ambiente cultural em duas espécies distintas, quais sejam: uma concreta e outra abstrata. Neste passo, o meio ambiente cultural concreto, também denominado material, se revela materializado quando está transfigurado em um objeto classificado como elemento integrante do meio ambiente humano. Assim, é possível citar os prédios, as construções, os monumentos arquitetônicos, as estações, os museus e os parques, que albergam em si a qualidade de ponto turístico, artístico, paisagístico, arquitetônico ou histórico. Os exemplos citados alhures, em razão de todos os predicados que ostentam, são



denominados de meio ambiente cultural concreto. Acerca do tema em comento, é possível citar o robusto entendimento jurisprudencial firmado pelo Ministro Ruy Rosado de Aguiar, ao apreciar o Recurso Especial N° 115.599/RS:

Ementa: Meio Ambiente. Patrimônio cultural. Destruição de dunas em sítios arqueológicos. Responsabilidade civil. Indenização. O autor da destruição de dunas que encobriam sítios arqueológicos deve indenizar pelos prejuízos causados ao meio ambiente, especificamente ao meio ambiente natural (dunas) e ao meio ambiente cultural (jazidas arqueológicas com cerâmica indígena da Fase Vieira). Recurso conhecido em parte e provido. (Superior Tribunal de Justiça – Quarta Turma/ REsp 115.599/RS/ Relator: Ministro Ruy Rosado de Aguiar/ Julgado em 27.06.2002/ Publicado no Diário da Justiça em 02.09.2002, p. 192).

Diz-se, de outro modo, o meio ambiente cultural abstrato, chamado, ainda, de imaterial, quando este não se apresenta materializado no meio ambiente humano, sendo, deste modo, considerado como a cultura de um povo ou mesmo de uma determinada comunidade. Da mesma maneira, são alcançados por tal acepção a língua e suas variações regionais, os costumes, os modos e como as pessoas relacionam-se, as produções acadêmicas, literárias e científicas, as manifestações decorrentes de cada identidade nacional e/ou regional. Neste sentido, é possível colacionar o entendimento firmado pelo Tribunal Regional Federal da Segunda Região, quando, ao apreciar a Apelação Cível N° 2005251015239518, firmou entendimento que “expressões tradicionais e termos de uso corrente, trivial e disseminado, reproduzidos em dicionários, integram o patrimônio cultural de um povo” (BRASIL, 2015f). Esses aspectos constituem, sem distinção, abstratamente o meio ambiente cultural. Consoante Brollo (2006, p. 33) anota, “o patrimônio cultural imaterial transmite-se de geração a geração e é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente”, decorrendo, com destaque, da interação com a natureza e dos acontecimentos históricos que permeiam a população.

O Decreto N°. 3.551, de 04 de Agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências, consiste em instrumento efetivo para a preservação dos bens imateriais que integram o meio ambiente cultural. Como bem aponta Brollo (2006, p. 33), o aludido decreto não instituiu apenas o registro de bens culturais



de natureza imaterial que integram o patrimônio cultural brasileiro, mas também estruturou uma política de inventariança, referenciamento e valorização desse patrimônio.

Ejeta-se, segundo o entendimento firmado por Fiorillo (2012, p. 80), que os bens, que constituem o denominado patrimônio cultural, consistem na materialização da história de um povo, de todo o caminho de sua formação e reafirmação de seus valores culturais, os quais têm o condão de substancializar a identidade e a cidadania dos indivíduos inseridos em uma determinada comunidade. Necessário faz-se salientar que o meio ambiente cultural, conquanto seja artificial, difere-se do meio ambiente humano em razão do aspecto cultural que o caracteriza, sendo dotado de valor especial, notadamente em decorrência de produzir um sentimento de identidade no grupo em que encontra inserido, bem como é propiciada a constante evolução fomentada pela atenção à diversidade e à criatividade humana.

1. O TOMBAMENTO CULTURAL ALÇADO AO STATUS DE MECANISMO DE PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DO POVO BRASILEIRO

Cuida salientar que o tombamento apresenta-se, em sede de meio ambiente cultural, como um dos instrumentos utilizáveis, pelo Poder Público, com o escopo de se tutelar e proteger o patrimônio cultural brasileiro. Neste sentido, já firmou entendimento o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (2015) que “o tombamento é ato administrativo que visa à preservação do patrimônio histórico, artístico ou cultural das cidades, de modo a impedir a destruição ou descaracterização de bem a que for atribuído valor histórico ou arquitetônico”. Fiorillo (2012, p. 428-429) anuncia, com bastante propriedade, que “dizemos tombamento ambiental, porquanto este instituto tem a finalidade de tutelar um bem de natureza difusa, que é o bem cultural”. Desta sorte, cuida reconhecer que a utilização do tombamento como mecanismo de preservação e proteção do patrimônio cultural brasileiro permite o acesso de todos à cultura, substancializando verdadeiro instrumento de tutela do meio ambiente.

Com realce, o instituto em comento se revela, em sede de direito administrativo, como um dos instrumentos criados pelo legislador para combater a deterioração do patrimônio cultural de um povo, apresentando, em razão disso, maciça relevância no cenário atual, notadamente em decorrência dos bens tombados encerrarem períodos da história nacional ou, mesmo, refletir os aspectos característicos e identificadores de uma comunidade. À luz de tais



ponderações, é observável que a intervenção do Ente Estatal tem o escopo de proteger o patrimônio cultural, busca preservar a memória nacional. Ao lado disso, o tombamento permite que o aspecto histórico seja salvaguardado, eis que constitui parte da própria cultura do povo e representa a fonte sociológica de identificação de vários fenômenos sociais, políticos e econômicos existentes na atualidade. “A escolha do bem de patrimônio cultural que será tombado com precedência aos demais se relaciona com o juízo de conveniência e oportunidade, e não é passível de análise judicial”, como já decidiu oportunamente a Desembargadora Denise Oliveira Cezar, ao julgar a Apelação Cível Nº 70033392853 (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Desta feita, o proprietário não pode, em nome de interesses particulares, usar ou fruir de maneira livre seus bens, se estes se traduzem em interesse público por atrelados a fatores de ordem histórica, artística, cultural, científica, turística e paisagística. “São esses bens que, embora permanecendo na propriedade do particular, passam a ser protegidos pelo Poder Público, que, para esse fim, impõe algumas restrições quanto a seu uso pelo proprietário” (CARVALHO FILHO, 2011, p. 734). Os exemplos de bens a serem tombados são extremamente variados, sendo os mais comuns os imóveis que retratam a arquitetura de épocas passadas na história pátria, dos quais podem os estudiosos e pesquisadores extrair diversos meios de conhecimento do passado e desenvolver outros estudos com vistas a proliferar a cultura do país. Além disso, é possível evidenciar que é corriqueiro o tombamento de bairros ou até cidades, quando retratam aspectos culturais do passado. Com o escopo de ilustrar o expandido, mister faz-se colacionar os arestos jurisprudenciais que acenam:

Ementa: Direito Constitucional - Direito Administrativo - Apelação - Preliminar de não conhecimento - Inovação Recursal - Ausência de Documentos Indispensáveis para propositura da Ação - Não Configuração - Pedido de Assistência Judiciária - Indeferimento - Ação Civil Pública - Dano ao Patrimônio Histórico e Cultural - Edificação em imóvel localizado no Conjunto Arquitetônico de Ouro Preto - Tombamento - Aprovação do IPHAN - Inexistência. (...) - O Município de Ouro Preto foi erigido a Monumento Nacional pelo decreto nº. 22.928, de 12/06/33, e inscrito pela UNESCO na lista do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural em 21/09/80, e a cidade teve todo o seu Conjunto Arquitetônico tombado. Trata-se de fato notório, conhecido pela apelante e por qualquer pessoa, de forma que não se pode afirmar que o processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico do referido Município seja um documento indispensável para a propositura da presente ação civil pública. - O imóvel que faz parte do Conjunto Arquitetônico de Ouro Preto, e integra o Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da cidade, deve ser conservado por seu proprietário, e qualquer obra de reparo de tal bem



deve ser precedida de autorização do IPHAN, sob pena de demolição. (Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – Quarta Câmara Cível/ Apelação Cível 1.0461.03.010271-3/001/ Relator: Desembargador Moreira Diniz/ Julgado em 12.06.2008/ Publicado em 26.06.2008).

Ementa: Ação popular. Instalação de quiosques no entorno de praças municipais. Tombamento preservado. Inocorrência de ofensa ao patrimônio ambiental cultural. O fato de as praças municipais serem tombadas, como partes do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Paraisópolis, não podendo, conseqüentemente, serem ocupadas ou restringidas em sua área, para outras finalidades (Lei Municipal n. 1.218/89) não impede a instalação, ao redor delas, de quiosques de alimentação, porquanto o tombamento se limitou às praças, e não ao entorno delas. Assim, não há ofensa ao patrimônio ambiental cultural. A instalação dos referidos quiosques não configura abalo de ordem ambiental, visto que não houve lesão aos recursos ambientais, com conseqüente degradação - alteração adversa - do equilíbrio ecológico do local. (Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – Quinta Câmara Cível/ Apelação Cível/ Reexame Necessário N° 1.0473.03.000617-4/001/ Relatora: Desembargadora Maria Elza/ Julgado em 03.03.2005/ Publicado em 01.04.2005).

É verificável que a proteção dos bens de interesse cultural encontra respaldo na Constituição da República Federativa do Brasil, que impõe ao Estado o dever de garantir a todos o exercício de direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional. Doutro modo, nela se define o patrimônio cultural brasileiro, “composto de bens materiais e imateriais necessários à exata compreensão dos vários aspectos ligados os grupos formadores da sociedade brasileira” (CARVALHO FILHO, 2011, p. 735). O Constituinte, ao insculpir, a redação do §1º do artigo 216 da Carta de Outubro estabeleceu que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. Independentemente do tombamento, “o patrimônio cultural e histórico merece proteção, e, neste caso, ainda que precária - até definitiva solução da questão em exame - essa proteção, se não for dada, inviabilizará qualquer ação futura, pois a demolição é irreversível”, consoante se manifestou o Desembargador Wander Marotta, ao apreciar o Agravo de Instrumento N° 1.0183.06.120771-2/001 (MINAS GERAIS, 2015).

Resta patentemente demonstrado que o tombamento é uma das múltiplas formas utilizadas na proteção do patrimônio cultural brasileiro. “Tombamento é a declaração do Poder Público do valor histórico, artísticos, paisagístico, turístico, cultural ou científico de coisas ou locais que, por essa razão, devam ser preservados, de acordo com a inscrição em livro próprio”



(MEIRELLES, 2012, p. 635). Nesta trilha, é possível evidenciar que o tombamento é um dos institutos que tem por objeto a tutela do patrimônio histórico e artístico nacional, que implica na restrição parcial do imóvel, conforme se verifica pela legislação que o disciplina, objetivando, por meio de tais medidas, estabelecer elementos eficazes que assegurem a preservação da identidade cultural de um povo. Ao lado disso, com o escopo de explicitar a proeminente natureza do instituto em comento, é possível transcrever os arestos que se coadunam com as ponderações estruturadas até o momento:

Ementa: Constitucional e Administrativo. Mandado de segurança. Imóvel. Valor histórico e cultural. Declaração. Município. Tombamento. Ordem de demolição. Inviabilidade. São deveres do Poder público, nos termos dos arts. 23, III e IV; 30, I e IX e 216, §1º, da Constituição Federal, promover e proteger o patrimônio cultural, artístico e histórico, por meio de tombamento e de outras formas de acautelamento e preservação, bem como impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de bens de valor histórico, artístico e cultural. Demonstrada, no curso do mandado de segurança, a conclusão do procedimento administrativo de tombamento do imóvel, com declaração do seu valor histórico e cultural pelo Município, inviável a concessão de ordem para sua demolição. Rejeita-se a preliminar e nega-se provimento ao recurso. (Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – Quarta Câmara Cível/ Apelação Cível 1.0702.02.010330-6/001/ Relator: Desembargador Almeida Melo/ Julgado em 15.04.2004/ Publicado em 18.05.2004).

Ementa: Tombamento - Patrimônio Histórico e Cultural - Imóvel reputado de valor histórico pelo município onde se localiza - Competência Constitucional dele para aferi-lo e tombá-lo. Nada impede que o Município, mediante tombamento, preserve imóvel nele situado e que considere de valor histórico-cultural, "ex vi" do art. 23, inciso III, da Lei Fundamental da República, que a ele - Município, atribui a competência para fazê-lo. Ademais, a cada comunidade, com seus hábitos e culturas próprios, cabe aferir, atendidas as peculiaridades locais, acerca do valor histórico-cultural de seu patrimônio, com o escopo, inclusive, de também preservá-lo. (Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – Quarta Câmara Cível/ Embargos Infringentes 1.0000.00.230571-2/001/ Relator: Desembargador Hyparco Immesi/ Julgado em 09.10.2003/ Publicado em 03.02.2004)

O diploma infraconstitucional, que versa acerca do tombamento, é o Decreto-Lei N° 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, trazendo à baila as disposições elementares e a fisionomia jurídica do instituto do tombamento, inclusive no que toca aos registros dos bens tombados. Sobreleva anotar que o diploma ora aludido traça tão somente as disposições gerais aplicáveis ao fato



jurídico-administrativo do tombamento. Entrementes, este se consumará por meio de atos administrativos específicos, destinados a propriedades determinadas, atento às particularidades e peculiaridades do bem a ser tombado.

2. ANOTAÇÕES À NATUREZA JURÍDICA DO TOMBAMENTO CULTURAL

Acalorados são os debates que discutem a natureza jurídica do instituto do tombamento, entretanto, a doutrina mais abalizada sustenta que se trata de instrumento especial de intervenção restritiva do Estado na propriedade privada, dotado de fisionomia própria e impassível de confusão com as demais espécies de intervenção. Afora isso, apresenta natureza concreta e específica, motivo pelo qual, diversamente das limitações administrativas, se apresenta como uma restrição ao uso da propriedade. Neste alarim, é forçoso frisar que a natureza jurídica do tombamento é a de se qualificar como meio de intervenção do Estado, consistente na restrição ao uso de propriedades determinadas.

No que se refere à natureza do ato, em que pesem às ponderações que orbitam acerca de ser ele vinculado ou discricionário, cuida fazer uma clara distinção quanto à natureza do ato e quanto aos motivos do ato. Sob o aspecto de que o tombamento deve apresentar como pressuposto a defesa do patrimônio cultural, o ato revela-se como sendo vinculado, porquanto o autor do ato não pode praticá-lo ostentando motivo distinto. Desta sorte, o ato está vinculado à razão nele constante. Entrementes, no que concerne à valoração da qualificação do bem como de natureza histórica, artística, cultural, paisagística, etc. e da necessidade de sua proteção, o ato é discricionário, eis que essa avaliação é privativa da Administração. Consoante entendimento firmado pela Desembargadora Denise Oliveira Cezar, ao apreciar a Apelação Cível Nº 70033392853, “a escolha do bem de patrimônio cultural que será tombado com precedência aos demais se relaciona com o juízo de conveniência e oportunidade, e não é passível de análise judicial” (RIO GRANDE DO SUL, 2015). Assente é o entendimento jurisprudencial que sedimenta as ponderações vertidas até o momento:

Ementa: Mandado de Segurança - Tombamento de bem imóvel - Ilegitimidade ativa - Constituição há menos de um ano - Artigo 5º, LXX, alínea 'b' da Constituição Federal - Poder discricionário da Administração para decretar o tombamento - Processo extinto - Art. 267, VI do CPC. (...). O tombamento de prédio considerado de interesse histórico, artístico ou cultural,



é ato discricionário do Administrador, sendo descabida a intervenção do Poder Judiciário no processo de tombamento, quando não demonstrada a ilegalidade do mesmo. Apelo improvido. (Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – Segunda Câmara Cível/ Apelação Cível 1.0145.03.094392-5/003/ Relator: Desembargador Jarbas Ladeira/ Julgado em 14.12.2004/ Publicado em 30.12.2004).

Ementa: Agravo. Liminar em mandado de segurança. Tombamento de bem imóvel. O poder discricionário da autoridade administrativa vale, na medida em que o ordenamento jurídico concede ao administrador a prerrogativa de agir movido pelos critérios de oportunidade e conveniência, sopesados com parcimônia para que o fim último seja alcançado. Descabimento da intervenção do Judiciário no processo de tombamento, indemonstrada, "prima facie", irregularidade no mesmo. Agravo provido, para cassar a liminar. (Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – Segunda Câmara Cível/ Agravo de Instrumento 1.0145.03.094392-5/001/ Relator: Desembargador Jarbas Ladeira/ Julgado em 03.02.2004/ Publicado em 20.02.2004).

Da mesma forma, é cabível, ainda, a observação de que o tombamento constitui um ato administrativo, sendo imperioso, por via de consequência, que apresente todos os elementos necessários para materializar a moldura de legalidade, em especial os princípios constitucionalmente consagrados no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal que, de maneira robusta, estabelece a tábua principiológica elementar que orienta e conforma a atuação da Administração Pública. O tombamento, enquanto instituto do direito administrativo, não acarreta a produção de todo um procedimento; ao contrário, é efetivamente um ato só, um ato administrativo único. O que ocorre é que aludido ato resulta necessariamente de procedimento administrativo e corresponde ao desfecho de toda a sua tramitação. Assim, o ato não pode ser perpetrado em uma única ação, ao revés, reclama todo um sucedâneo de formalidades prévias. No mais, cuida rememorar que é imprescindível a observância do conjunto de elementos afixados para que se atenda o escopo contido no instituto em destaque.

3. O IMPACTO DO EMPREENDIMENTO HUGO AMORIM RESIDENCIAL NA AMBIÊNCIA DA IGREJA DE NOSSO SENHOR DOS PASSOS

À sombra dos argumentos expendidos, quadra salientar que a Igreja Nosso Senhor dos Passos, objeto das pesquisas estruturadas, foi tombada pelo Conselho Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, por meio da Resolução Nº 04, publicada em 30 de agosto de 1985,



estando inscrita no Livro de Belas Artes e no Livro Histórico, os quais constituem o Livro do Tombo do Patrimônio Cultural. A edificação foi erigida no ano de 1882, quando “o capitão Francisco de Souza Monteiro, pai do governador Jerônimo Monteiro e do primeiro bispo nascido no Espírito Santo, D. Fernando de Souza Monteiro, tomou a iniciativa de erguer uma Igreja” (Espírito Santo, 2015). Cuida salientar que a edificação religiosa recebeu a denominação de "Senhor dos Passos", nome que permanece até os dias de hoje. Com efeito, quadra, ainda, colocar em destaque que o imóvel em destaque é o único exemplar da arquitetura religiosa do século XIX ainda erguido em Cachoeiro de Itapemirim, apresentando antigas imagens da Capela de São João, demolida em 1884, conforme dados extraídos do Relatório Técnico CHI Nº 001/2012, confeccionado pela Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2015).

Figura 01 – Interior da Igreja de Nosso Senhor dos Passos (vista do interior).



Fonte: Cachoeiro de Itapemirim, 2015.

A arquitetura religiosa, durante o período colonial do Brasil, representou importante elemento edificado caracterizador da paisagem, sobressaindo-se em escala e forma em relação às tímidas vilas que se formavam em seu entorno. A influência do urbanismo



português era preponderante para as elevações dos templos religiosos, encontrando como argumento justificador não apenas a possibilidade de defesa contra invasores e pela observação privilegiada, mas também por materializar a importância da Igreja na vida social colonial, fortalecendo, desta maneira, a influência da religião, enquanto elemento integrante da vida colonial. Ao ambientar o patrimônio cultural em comento, construído ao final do século XIX, no período imperial, é possível destacar o traço caracterizador do urbanismo português praticado no Brasil colônia. “Durante muito tempo a Igreja constituiu a única opção de prática do culto católico em Terras do Itabira. Nela foi oficiado o Bispo D. Pedro Maria de Lacerda, em 02 de março de 1886”, conforme informações apresentadas pela Secretaria Estadual de Cultura do Espírito Santo (2015).

É de se reconhecer que o edifício encerra o que mais marcante existe na arquitetura e arte religiosas locais, configurando verdadeiro ícone que resgata e preserva a memória local, sobretudo da comunidade que floresceu no entorno da edificação. A igreja localiza-se ao final de uma ladeira com sua fachada frontal voltada para o Largo Senhor dos Passos, espaço residual do traçado viário e que, de alguma maneira, resiste minimamente às pressões exercidas pelo adensamento e modernização que incorrem nos ambientes urbanos. Em que pese o Largo Senhor dos Passos não assumir, em razão das alterações sofridas ao longo do transcurso do tempo, tal como pela suplantação da referência do conjunto do entorno, de modo efetivo, a importância, enquanto espaço que nutre a identidade da população local, tal como ambiente o observador com os aspectos característicos refletidos na construção, o templo religioso goza de destaque em razão dos característicos simbólicos que ostenta, consoante informações ejetadas do Relatório Técnico CHI N° 001/2012, confeccionado pela Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2015). Trata-se, oportunamente, de edificação que materializa verdadeiro ícone da identidade local, apresenta-se como edificação que desdobra aspecto cultural preponderante, notadamente em decorrência de alcançar bem imaterial.

No mais, é necessário salientar que o tombamento do patrimônio cultural, em razão da proeminência assumida, acarreta uma série de limitações ao direito de propriedade. Ao lado disso, o Decreto-Lei N° 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, é contundente ao dispor que sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não poderá, na vizinhança do bem tombado, fazer construção, que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob



pena de se destruir a edificação ou retirar o objeto, sendo, em tal situação, multa no importe de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto. Como bem afiança Paulo Affonso Leme Machado (2013, p. 1.141), “procurou-se proteger a visibilidade da coisa tombada, seja monumento histórico, artístico ou natural. O monumento ensina pela presença, e deve poder transmitir uma fruição estética mesmo ao longe”.

Com efeito, denota-se que não só o impedimento total da visibilidade está proibido, como também qualquer mecanismo ou estrutura que acarrete impedimento parcial ou dificuldade de se enxergar o bem cultural protegido. Neste cenário, o Empreendimento Hugo Amorim Residencial, localiza-se no entorno imediato da Igreja de Nosso Senhor dos Passos, consistindo, segundo o projeto encaminhado à Secretaria Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, em cento e cinquenta unidades habitacionais distribuídas em duas torres, cada qual com quinze pavimentos, totalizando cerca de cinquenta e dois metros de altura. Trata-se de empreendimento que produz consequências lesivas à ambiência tradicional do bem tombado, afetando aspectos característicos singulares de sua moldura cultural e histórica.

Figura 02: Igreja de Nosso Senhor dos Passos



Fonte: Cachoeiro de Itapemirim, 2015.



É cediço, ainda, que as cidades contemporâneas, diariamente, são convertidas em estruturas, ressaltadas as peculiaridades, semelhanças, em razão de um capitalismo avançado em que o controle do território está sustentado em uma lógica essencialmente mercadológica. Não é possível perder de vista, ainda, que as paisagens monótonas das cidades, notadamente nos grandes centros, esvaziam o sentido do lugar na medida em que perdem as referências atreladas a valores simbólico-culturais. Ora, os lugares de memória desaparecem, isto é, os sinais e marcos inscritos na duração, os ancoradouros históricos, que estruturam a identidade social coletiva. A modernidade, em razão da fluidez das relações interpessoais, suplanta a idade cultural, aspecto tão arraigado nas vilas e bairros tradicionais. Neste aspecto, a Igreja de Nosso Senhor dos Passos personifica um bastião histórico na paisagem, correndo o risco de ser devorado em meio à lógica contemporânea de mercado, notadamente pelo expansionismo imobiliário.

Com supedâneo na Carta de Washington de 1987, a preservação de patrimônio cultural material só se justifica quando há preservação da ambiência mínima para que o espaço possa ser compreendido, valorando, desta maneira, o contexto histórico-cultural, externado pelo tecido urbano e edificado. Desta feita, os valores a preservar, em sede de meio ambiente cultural, estão cingidos ao caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que determinam os contornos imagéticos, em especial: o traçado urbano caracterizado pela malha fundiária e pela rede viária, tal como as relações entre edifícios, espaços verdes e espaços livres. Nesta toada, a inserção de novas estruturas na área de entorno da Igreja de Nosso Senhor dos Passos, a exemplo das apresentadas pelo Empreendimento Hugo Amorim Residencial, devem estar em consonância com a ambiência do patrimônio tombado, traduzida pela rede viária e pela escala do conjunto edificado.

“O não respeito às especificidades do patrimônio em questão certamente anulará a compreensão e o significado do bem para a sociedade”, como bem aponta o Relatório Técnico CHI Nº 001/2012, confeccionado pela Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2015). De forma demasiada, o Empreendimento Hugo Amorim Residencial afasta-se de qualquer relação harmônica com o Patrimônio Cultural Material, eis que estabelece uma nova hierarquia na paisagem que tem o condão de desnaturar a ambiência da Igreja de Nosso Senhor dos Passos, de maneira que a edificação tombada perde sua referência no traçado urbano. Ao



lado disso, é fato que as edificações criam uma dificuldade de se enxergar o bem protegido, desencadeando um sucedâneo de modificações que atentam contra a ambiência tradicional que floresceu junto ao bem protegido. De igual modo, não é possível esquecer que o Plano Diretor Urbano do Município de Cachoeiro de Itapemirim, em seu artigo 25, que o gabarito máximo permitido não é de oito pavimentos-tipo, mais três de embasamento, observadas as distinções de cada bairro. Ao lado disso, o §1º do mencionado dispositivo anota que fica facultado o acréscimo de gabarito para até dez pavimentos-tipo, mais três ou quatro de embasamento, desde que mantidas duas unidades residenciais por pavimento.

Figura 03: Simulação do Empreendimento Hugo Amorim Residencial com as duas torres, cada qual com quinze andares, conforme projeto encaminhado.



Fonte: Secretaria Estadual de Cultura do Espírito Santo, 2012.

Figura 04: Vista lateral da simulação do Empreendimento Hugo Amorim Residencial e a modificação na ambiência tradicional da Igreja Nosso Senhor dos Passos.



Fonte: Secretaria Estadual de Cultura do Espírito Santo, 2012.



Em razão de tais aspectos, causa estranheza, notadamente em decorrência da suplantação da ambiência caracterizadora do meio ambiente cultural local, a aprovação de empreendimento que não ao critério elencado no Plano Diretor Urbano, já que apresenta estrutura de quinze pavimentos quando, conforme mencionado alhures, o máximo permitido seria quatorze pavimentos com a condição de duas unidades por pavimento. Vivenciam-se, contemporaneamente, corriqueiros embates entre os empreendimentos imobiliários e as ambiências tradicionais, porquanto, em inúmeros exemplos, a implementação dos projetos produz consequências danosas ao bem protegido, notadamente no que se refere ao traçado urbano que o emoldura em um contexto histórico e cultural. Ora, não se trata de desestruturação dos avanços decorrentes do expansionismo imobiliário, mas sim conformar as edificações às nuances e aos aspectos caracterizadores reclamados para a preservação da estrutura fundamental do meio ambiente cultural, em especial a sutileza ostentada pela Igreja de Nosso Senhor dos Passos e a relação mantida com a população local. É plenamente perceptível na situação exposta o embate existente entre os projetos imobiliários e a necessidade de preservação da identidade local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em harmonia com todo o escólio apresentado, prima colocar em destaque que a construção do meio ambiente cultural sofreu maciça contribuição com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Cuida salientar que o meio ambiente cultural é constituído por bens culturais, cuja acepção compreende aqueles que possuem valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, espeleológico, fossilífero, turístico, científico, refletindo as características de uma determinada sociedade. Quadra anotar que a cultura identifica as sociedades humanas, sendo formada pela história e maciçamente influenciada pela natureza, como localização geográfica e clima. Com efeito, o meio ambiente cultural decorre de uma intensa interação entre homem e natureza, porquanto aquele constrói o seu meio, e toda sua atividade e percepção são conformadas pela sua cultural.

O Empreendimento Hugo Amorim Residencial interfere significativamente na ambiência da Igreja de Nosso Senhor dos Passos, afigurando-se como robusta ameaça à percepção deste patrimônio. Ao lado disso, em que pese o expansionismo imobiliário



mercadológico propiciado pelo empreendimento em comento, imperioso se revela a delimitação da área do entorno que influencia diretamente no aspecto histórico-cultural do Patrimônio Cultural tombado e, juntamente com essa delimitação, a elaboração de diretrizes da ocupação dessa área, as quais reclamam ampla divulgação, com o escopo de assegurar a participação da sociedade, eis que aquele consagra e preserva a identidade cultural da população. Desta feita, não se trata de desestruturação dos avanços decorrentes do expansionismo imobiliário, mas sim conformar as edificações às nuances e aos aspectos caracterizadores reclamados para a preservação da estrutura fundamental do meio ambiente cultural, em especial a sutileza ostentada pela Igreja de Nosso Senhor dos Passos e a relação mantida com a população local.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição (da) República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 28 nov. 2015a.

_____. **Decreto N° 3.551, de 04 de Agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 28 nov. 2015b.

_____. **Decreto-Lei N° 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 28 nov. 2015c.

_____. **Lei N° 6.938, de 31 de Agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 28 nov. 2015d.

_____. **Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: <www.stf.jus.br>. Acesso em 28 nov. 2015e.

_____. **Tribunal Regional Federal da Segunda Região**. Disponível em: <www.trf2.jus.br>. Acesso em 28 nov. 2015f.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (MUNICÍPIO). **Secretaria de Cultura do Município de Cachoeiro de Itapemirim**. Disponível em: <www.cachoeiro.es.gov.br>. Acesso 28 nov. 2015.



CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 24 ed, rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). **Secretaria Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo**. Disponível em: < <http://www.secult.es.gov.br> >. Acesso em 28 nov. 2015

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 13 ed., rev., atual e ampl. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**, 38 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2012.

MINAS GERAIS (ESTADO). **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>. Acesso em 28 nov. 2015.

MOTTA, Sylvio; DOUGLAS, Willian. **Direito Constitucional – Teoria, Jurisprudência e 1.000 Questões** 15 ed., rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2004.

RIO GRANDE DO SUL (ESTADO). **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <www.tjrs.jus.br>. Acesso em 28 nov. 2015.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

THOMÉ, Romeu. **Manual de Direito Ambiental: Conforme o Novo Código Florestal e a Lei Complementar 140/2011**. 2 ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2012.

VERDAN, Tauã Lima. Princípio da Legalidade: Corolário do Direito Penal. **Jurid Publicações Eletrônicas**, Bauru, 22 jun. 2009. Disponível em: <<http://jornal.jurid.com.br>>. Acesso em 28 nov. 2015.



DISCUSSÕES INICIAIS SOBRE A PRESENÇA DE CERÂMICA HISTÓRICA EM SAMBAQUIS DE GUARATUBA (PARANÁ)

FERNANDES, Rosane Patrícia

*Professora da Faculdade do Litoral Paranaense (ISEPE – Guaratuba)
Pesquisadora do Instituto Guajú, Educação ambiental, Resgate
Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
rosepati@gmail.com*

BORBA, Fernanda Mara

*Doutoranda da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
fernanda.soet@gmail.com*

BANDEIRA, Dione da Rocha

*Professora da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)
Arqueóloga do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ)
dione.rbandeira@gmail.com*

WASILEWSKI, Marcos

*Pesquisador do Instituto Guajú, Educação ambiental, Resgate Ambiental e
Desenvolvimento Sustentável
marcos@guaratuba.com.br*

RESUMO

Esse artigo discute, preliminarmente, a presença de cerâmica histórica nos sítios arqueológicos pré-coloniais Sambaqui da Ilha da Pescaria e Sambaqui do Rio Laranjeiras, situados na Baía de Guaratuba (Paraná), a partir dos artefatos aflorados em suas camadas superficiais. Para a análise e interpretação dos 153 fragmentos cerâmicos reunidos, buscou-se também o entendimento da ocupação do período histórico do litoral sul paranaense, em especial da baía citada. Ainda que inicialmente, foi possível identificar que os artefatos se associam a uma cerâmica de produção local, ou o que se convencionou denominar como Tradição Neobrasileira. Considerando essas informações e o contexto histórico e cultural do litoral paranaense, apresentam-se novas interpretações sobre a diversidade da região e o reconhecimento desse patrimônio.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Cerâmica Histórica. Sambaquis.

ABSTRACT

This article discusses preliminarily the presence of historical pottery in shellmounds pre-colonial archaeological sites from Ilha da Pescaria and the shellmounds from Rio Laranjeiras, located in Guaratuba Bay (Paraná-Brazil), from artifacts found in their surface layers. In order to make the analysis and interpretation of 153 gathered ceramic fragments, this work also sought to understand the occupation of this historical period of Parana south coast, especially Guaratuba Bay. Although initially it was possible to identify that these artifacts are associated to a local ceramics production, or what may be called as Neobrazilian Tradition. Considering the information and the historical and cultural context of Paraná Coast, it is presented new interpretations about the diversity of the region and the recognition of this heritage.

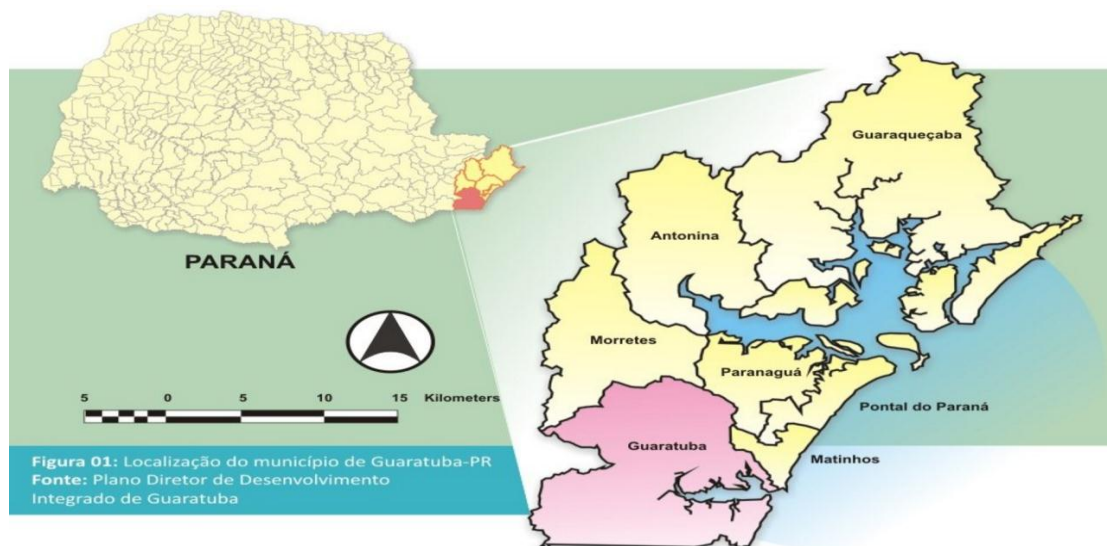
Key words: Cultural Heritage. Historical Pottery. Shellmounds.



INTRODUÇÃO

Esse artigo discute, preliminarmente, a presença de cerâmica histórica nos sítios arqueológicos pré-coloniais Sambaqui da Ilha da Pescaria e Sambaqui do Rio Laranjeiras, situados na Baía de Guaratuba (Figura 1), estado do Paraná, a partir dos artefatos aflorados em suas camadas superficiais. Para a apresentação do estudo, buscou-se expor a ocupação da área e o uso da cerâmica pelas populações antigas, os sítios arqueológicos e os artefatos em análise, as referências usadas para a fundamentação da interpretação do material e a metodologia para tal, os resultados alcançados e, por fim, algumas considerações finais. Faz-se necessário citar que o estudo das cerâmicas históricas dos sítios estudados é, em parte, um desdobramento do Projeto “Gestão do Patrimônio Arqueológico em Unidades de Conservação: O caso Parque Estadual do Boguaçu, na APA de Guaratuba (PR)”, realizado em 2014, que observou o afloramento de fragmentos cerâmicos em alguns sambaquis da região da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaratuba. Assim, o artigo tem a intenção de tecer uma breve caracterização desses artefatos, encontrados nas camadas superficiais dos sítios Rio Laranjeiras e Ilha da Pescaria, situados em uma região cuja história de ocupação retrocede a um pretérito de 6.000 à 1.500 anos antes do presente¹ à chegada dos colonizadores no início do século XVI.

Figura 1 – Localização do município de Guaratuba (PR)



Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Guaratuba (2009).

¹ O termo antes do presente, em arqueologia, tem por base o ano de 1950.



As primeiras ocupações humanas registradas no litoral paranaense se referem ao período pré-colonial e aos agrupamentos situados em sambaquis e, na Baía de Guaratuba, pertencente à APA de Guaratuba, estes assentamentos datam entre 4.500 e 1.500 anos antes do presente (sambaquis do Rio Descoberto IV e da Ilha do Rato, respectivamente), de acordo com estudos e análises de materiais líticos e amostras de carvão encontrados nesses sítios. Sucessivamente à esta ocupação, Chmyz (1976a), Neves *et al* (1984) e Neves (1988) apontam em pesquisas realizadas no litoral do Paraná que, em 950 anos antes do presente aproximadamente, houve um deslocamento populacional de horticultores ceramistas no sentido planalto-litoral, que passaram a ocupar os sambaquis ali edificadas. Esse acontecimento passou a ser confirmado com o aparecimento de artefatos cerâmicos nas camadas superficiais em alguns dos sítios litorâneos, corroborando igualmente com os estudos de Okumura (2007) que associam a presença de cerâmicas em sítios litorâneos a partir de 1.000 anos atrás. A Baía de Guaratuba, por sua vez, contempla diferentes sítios arqueológicos registrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), como os sambaquis da Ilha da Pescaria e Rio Laranjeiras, sítios desse estudo (Figura 2).

Figura 2 – Baía Guaratuba e os sambaquis Rio Laranjeiras e Ilha da Pescaria (PR)



Fonte: Gilson Cesar Abrão (WEB, imagens, 2014).

Por outro lado, estes se destacam por apresentarem dispersões de fragmentos cerâmicos em suas superfícies e arredores, relacionados às ocupações históricas da região, ainda não estudados cuidadosamente pelas pesquisas arqueológicas. Assim, buscou-se descrever e caracterizar a ocorrência desses materiais cerâmicos nos sítios citados a partir de pesquisas exploratórias descritivas e bibliográficas, com vistas a colaborar com a gestão conservação dos artefatos arqueológicos, visto que esse patrimônio está sofrendo alterações



por condições naturais e antrópicas, sendo de suma importância o registro e o salvamento desse material.

1. O USO DA CERÂMICA PELAS POPULAÇÕES ANTIGAS

Ao tornar-se um material de muita resistência, a cerâmica foi amplamente usada no período pré-colonial, especialmente a partir da fixação do homem à terra com a domesticação de animais e a agricultura, usando de forma corriqueira as peças cerâmicas para cozinhar e guardar seus alimentos ou ainda para fins cerimoniais, funerários, lúdicos e de adorno.

Diferentemente dos vestígios orgânicos do passado que, na maioria das vezes, não se preservam com o tempo, o artefato cerâmico pode ser considerado um dos mais resistentes, abundantes e diversos nos sítios arqueológicos. Este também se constitui como um produto cultural e tecnológico presente em diferentes grupos humanos em diversos territórios, tornando-se assim um registro da vida cotidiana das sociedades, permitindo a compreensão dos comportamentos sociais entre um mesmo grupo ou ainda entre diferentes.

1.1 A ocupação do litoral do Paraná e os grupos ceramistas

Os primeiros indícios sobre a ocupação humana da região sul do Brasil datam entre 12.000 e 15.000 anos atrás, semelhante à ocupação do nordeste da Argentina por povos Paleoíndios que, segundo Parellada *et al* (2006, p. 22), “conviveram com a megafauna, e outras espécies que habitaram o território paranaense até cerca de seis mil anos atrás”. Essa ocupação está relacionada às sociedades Humaitá e Umbu (caçadores-coletores), aos Itararé-Taquara e Tupi-Guarani (agricultores-ceramistas). Ocorrem ainda na região pinturas e gravuras rupestres classificadas como Tradições Planalto e Geométrica (PARELLADA *et al*, 2006). Os vestígios da cultura material deixados por esses povos pré-coloniais, como instrumentos em pedra, utensílios de cerâmica, ossos e restos de habitações, permitem interpretar o passado daqueles que habitaram o território paranaense antes do início da colonização europeia, no século XVI (Tabela 1).

**Tabela 1 – Periodização arqueológica para o território paranaense**

Arqueologia	Período	Grupos	Tradição
Pré-colonial	10.000 anos (AP)	Caçadores-coletores	Umbu
			Humaitá
			Sambaquis Fluviais
	8.000 anos (AP)	Pinturas e gravuras rupestres	Planalto
			Geométrica
		Pescadores, caçadores e coletores	Sambaquis Litorâneos
4.000 anos (AP)	Agricultores-ceramistas	Itararé-Taquara	
2.000 anos (AP)		Tupi-Guarani	
Colonial	1.500 (d.C.)	Europeus, jesuítas e índios	Neo-brasileira

Fonte: Adaptado de Parellada *et al* (2006).

Nos anos de 1500 e 1600, no espaço territorial que atualmente é o estado do Paraná, habitavam cerca de 200 mil índios pertencentes às duas tradições linguísticas: Jê e Tupi-Guarani (PARELLADA *et al*, 2006). A respeito dos indígenas na região, tem-se ainda diferentes grupos:

Em 1549, no norte do litoral paranaense, viviam aldeias de Tupiniquins, de língua Tupi. Na baía de Paranaguá, viviam os Carijós, de língua Guarani, entre 1550 e 1560. Nessa época, aventureiros europeus encontraram, na Serrado Mar e nos campos e florestas dos planaltos, muitos grupos ancestrais de índios Kaingang e Xokleng, da família linguística Jê e dos Guaranis (PARELLADA, *et al*, 2006, p. 15).

Em meio à adaptação climática, onde o ambiente se tornou mais quente e úmido, à cerca de sete mil anos, grupos de caçadores-coletores e de construtores de sambaquis se expandiram pelo território até chegarem ao litoral, “se adaptando às condições climáticas e se desenvolvendo conforme as fontes de alimento e matéria prima (*sic*) que o ambiente lhes oferecia, cada grupo apresentando suas particularidades culturais” (MENEGUSSO, 2015, p. 3278). No ambiente litorâneo, produziam moradas temporárias como acampamentos para a pesca e a coleta de moluscos de forma sucessiva na mesma área. Estes edificavam, também, montes artificiais conhecidos como sambaquis, casqueiros ou ostreiros litorâneos, alguns com até 21 metros de altura, como o sambaqui do Guaraguaçu I, em Pontal do Paraná. E, Em seu interior estão presentes as evidências de fogueiras, habitações e sepultamentos humanos (PROUS, 2006; PARELLADA *et al*, 2006).

Os primeiros grupos de agricultores e ceramistas chegaram ao Paraná por volta de quatro mil anos (PARELLADA, 2008), ocupavam preferencialmente as terras altas do sul do país e pertenciam à família linguística Jê. No Paraná estavam presentes nos três planaltos,



fixando-se nas proximidades de grandes rios e seus afluentes, como o Paranapanema, Tibagi, Itararé, Paraná, Iguaçu, Piquiri e Ivaí e no litoral (NOELLI, 2004). Sucessivamente, pressionados pelo movimento colonizador, migraram para o litoral, cuja datação, segundo Chmyz (1976a), Neves *et al* (1984) e Neves (1988), é do último milênio:

[...] eram ancestrais de índios Jê, conhecidos como Guaianá, Coroado, Gualacho e Pinaré, e representados atualmente pelos Kaingang e Xokleng. No relatório do Presidente de Província do Paraná, de 1876, é descrita a presença de índios Botocudos, provavelmente os Xokleng, nas proximidades de Guaratuba e Rio Negro. A mudança desses grupos indígenas para a Serra do Mar ocorreu na tentativa de fugir dos colonizadores europeus, que chegavam à região no século XIX (PARELLADA *et al*, 2006, p. 26).

Outros relatos sobre o litoral paranaense foram feitos pelo navegador alemão Hans Staden que veio ao Brasil com destino ao Rio da Prata, no Paraguai, estabelecendo os primeiros contatos com os povos da região na Ilha de Superagui em 1549, hoje pertencente ao município de Paranaguá (PARANÁ, 2002). Segundo Brochier (2004, p. 53),

As primeiras informações seguras sobre a existência de ibéricos na costa paranaense refere-se às narrações de Hans Staden (1557). Em seus relatos descreve um acidente causado por uma tempestade que abateu o navio espanhol do qual era tripulante, obrigando-o a aportar no dia 18 de novembro de 1549 no litoral paranaense. Tratava-se da ilha de Superagui, localizada a dezoito léguas da ilha de São Vicente e com latitude de 28°. O posicionamento foi esclarecido devido à presença de dois portugueses que estiveram a bordo do navio (logo após a visita de alguns índios em uma canoa), enviados do continente para verificar se a embarcação recém-ancorada era de origem francesa. Quanto aos índios que habitavam a região, disseram tratar-se dos Tupiniquins, os quais eram uma tribo amiga, e alertaram sobre a existência de selvagens Carijós para os lados da ilha de Santa Catarina.

Os europeus já percorriam as praias e baías do litoral paranaense “desde os primeiros anos do século XVI e, desta maneira, já estava acontecendo o contato deste com os nossos indígenas” (GERNET *et al*, 2012, p. 76). Em Cananeia, no litoral paulista, de acordo com Chmyz (2002), ocorria, desde 1501, um processo de miscigenação e aculturação entre europeus e índios, o mesmo pode ter ocorrido no litoral paranaense. Nesse tempo, o litoral do Paraná já era percorrido por faiscadores e por bandeiras predadoras de índios Carijós. Wachowicz (1995) menciona que elementos vindos das localidades de Santos e São Vicente (litoral paulista) frequentavam esta região, onde mantinham comércio com os indígenas, trocando anzóis, ferramentas e tecidos por algodão (GERNET *et al*, 2012). O contato e a troca



de utensílios entre indígenas e europeus, ocorridas naquele período e que se intensificou com o avanço da colonização, influenciou o modo de manufatura das diferentes tradições que habitaram o território paranaense.

A tradição arqueológica correlacionada aos ancestrais de grupos indígenas Jê no Paraná é classificada de Taquara-Itararé e a cerâmica, de acordo com Parellada (2008, p. 220), “é de pequeno volume e espessura fina, com eventual engobo negro ou vermelho e, em alguns casos, com marcação de tecido ou malha ou mesmo carimbos e incisões, na face externa dos vasilhames”.

Há aproximadamente dois mil anos, os ancestrais dos grupos indígenas Tupi e Guarani chegaram às terras paranaenses vindos da Amazônia, supostamente, em meados 950 anos antes do presente, fixando seus assentamentos em regiões mais elevadas e florestadas para o plantio e exploração dos recursos da planície litorânea e da Floresta Ombrófila Densa da encosta (WAGNER, 2004; PARELLADA *et al*, 2006). O acervo da Tradição Tupi-Guarani se caracteriza pela presença de recipientes cerâmicos variados, conforme Volcov (2011, p.10),

[...] incluindo tigelas e grandes panelas, muitos com abundantes tipos decorativos como o pintado (com linhas e pontos de cores vermelha, preta ou marrom sobre um engobo branco, formando motivos geométricos retilíneos e curvilíneos), engobo vermelho, corrugado, unglado, pinçado, nodulado, serrungulado, escovado, etc.

Estudos arqueológicos realizados por Volcov (2011) nos acervos cerâmicos paranaenses vinculados às tradições Itararé-Taquara e Tupi-Guarani demonstram que a expansão do colonialismo forçou uma adaptação entre esses dois grupos na região. Segundo o autor, “antes da chegada dos europeus, os grupos Jê e Tupi-Guarani mantinham fronteiras territoriais e culturais definidas e estáveis” (2011, p. 153). Este ainda salienta que

[...] foi constatada a presença de formas cerâmicas da Tradição Itararé no vasilhame cerâmico Tupiguarani. Esta, contudo, não sofreu alterações, mantendo suas características tipológicas e morfológicas [...] Demonstrou, porém a presença de interação com o elemento europeu, com a adoção dos tipos decorativos marcado com malha e com tecido. Estando relacionado, provavelmente, aos primeiros contatos entre os índios da Tradição Tupiguarani e os europeus. [...] Após contato mais intenso, a cerâmica registrada foi confeccionada artesanalmente pela técnica acordelada, apresentando formas e decoração derivadas da Tradição Tupiguarani, porém com forte influência ibérica, refletida em modificações acentuadas na produção cerâmica indígena com a incorporação de bases planas e em



pedestal, asas, cachimbos angulares e técnicas mistas na decoração dos recipientes (VOLCOV, 2011, p. 153-154).

A chegada de grupos horticultores ceramistas em meados do holoceno, “muitas vezes sobrepondo-se aos sambaquis clássicos, foi um fenômeno amplo em todo o litoral atlântico, responsável pela diminuição drástica, em certos casos, ou pela paralisação completa, em outros, da atividade construtiva dos montes de conchas” (OKUMURA, 2007, p. 13-14). Frisa-se que os sambaquis são sítios multi-componenciais que auxiliam na interpretação da ocupação e colonização das regiões e alguns apresentam a reocupação por grupos ceramistas ou por populações históricas.

O Cadastro Nacional dos Sítios Arqueológicos do Iphan indica que no Paraná, em diferentes regiões, foram cadastrados 1.304 sítios arqueológicos dos períodos pré-colonial e histórico associados às culturas citadas, destacando-se os sítios do tipo sambaqui com mais trezentos encontrados no litoral.

1.2 Guaratuba e os sambaquis da Ilha da Pescaria e do Rio Laranjeiras

As terras litorâneas do Paraná foram efetivamente ocupadas a partir da exploração do ouro próximo à Baía de Paranaguá, na metade do século XVII, fato que atraiu grande número de pessoas para a localidade de Santos, São Vicente e Rio de Janeiro e ainda de outros países como Portugal (REGÔ e UOKOO, 2011).

E em função desse ciclo de mineração, o povoado de Paranaguá foi elevado à categoria de vila em 1660, nesse mesmo século. A atividade mineradora ajudou a abrir estradas e a formar povoados que se transformaram em cidades. Quando o ouro começou a diminuir nessa Baía no final do século XVII, novos povoados foram surgindo, entre eles, a Vila de São Luís, primeiro nome dado ao município de Guaratuba, em 1771.

Tendo aproximadamente oito quilômetros de praia e mais alguns de baía, Guaratuba teve sua fundação em decorrência do estabelecimento de uma vila entre as já existentes de Paranaguá e de São Francisco. Atualmente, Guaratuba é um dos sete municípios situados no litoral do Estado do Paraná.

A povoação do município de Guaratuba iniciou-se em 1765 quando Afonso Botelho, obedecendo à vontade de D. José I, rei de Portugal, ocupou-se de povoar pontos mais convenientes no Brasil. Nessa época, segundo Mafra (1952), o Governador da Província de



São Paulo (que contemplava o Paraná), D. Luís Antônio Botelho Mourão, obedecendo às ordens do ministro Marquês de Pombal, incumbiu o seu sobrinho Afonso Botelho Sampaio e Souza com a missão de fortalecer o litoral, prevenindo-se contra ataques espanhóis. Para tanto, convocou-se moradores paulistas e mais desbravadores para a enseada de Guaratuba com o intuito de habitar a localidade, dando-lhes ferramentas necessárias e demarcando terras de acordo com as necessidades e possibilidades de cada um. A nova vila foi consagrada em 1771, mais tarde conhecida por Guaratuba, conforme registro do relatório processual datado de 1957 (MAFRA, 1952) que cita o termo Distrito de Guaratuba e, no mesmo ano, somente Guaratuba.

Com o tempo, Guaratuba tornou-se rota de viajantes como Saint-Hilaire, botânico e naturalista francês que, em viagem pelo Brasil em 1820, em relato local², descreveu a cidade:

Umás quarenta casas, quinze mais ou menos formam o semicírculo na margem da angra; as outras estão por trás destas, ao redor duma vasta praça coberta de grama, na extremidade da qual está a Igreja. As mais antigas não são mais que miseráveis choupanas construídas com taipa, e em mau estado; mas pouco tempo antes da minha viagem, tinha-se construído algumas em pedra que eram bonitas (MAFRA, 1952, p. 105).

O viajante ainda descreveu a população como mestiça de portugueses e índios, muito pobres, consumidores de peixe seco e farinha de mandioca e de vestuário simples.

Com a proclamação da República em 1889, Guaratuba elegeu seu primeiro prefeito, Senhor Manoel Antônio de Souza, que assumiu o cargo até 1892, prosseguindo a localidade nesta condição até 1938, quando foi extinto o município para ser anexo ao de Paranaguá, tendo sua autonomia restaurada em 1947 (MAFRA, 1952), com a eleição de um novo prefeito, Berilo da Cunha Padilha. Em 1954, a cidade deixou de pertencer à comarca de Paranaguá e passou a ser representada como Distrito Judiciário da Comarca de São José dos Pinhais, sendo a Comarca de Guaratuba criada somente em 1986.

Apesar da sua temporalidade, a cidade possui apenas dois bens tombados: a Igreja Matriz Nossa Senhora do Bom Sucesso, tombada pela união em 1941 e pelo estado em 1972; e o Casarão do Porto, tombado pelo estado em 1966, de propriedade particular que abriga atualmente a Casa da Cultura Municipal. Ainda em termos de proteção, em 1992 foi criada a APA de Guaratuba com extensão de 199.596,50 hectares, abrangendo 96% do município. A

² Cópia das anotações feitas em Setembro de 1860, por Leandro Antônio de Souza, referente a uma construção de sua propriedade na vila de Guaratuba, "Guaratuba 10 de Setembro de 1860 (As) Leandro Antônio de Souza". 1861, MAFRA (1952, p105).



riqueza arqueológica dessa região foi registrada nos levantamentos e inventários de sítios realizados por estudiosos como Bigarella (1950), Loureiro Fernandes (1955), Orssich (1977), Ângulo (1992), Parellada e Gotarddi (1993) e Brochier (2002). Os registros mais conhecidos referem-se aos sambaquis situados na baía que, por sua vez, está no extremo sul da planície costeira do Paraná e possui diversas ilhas pequenas e alongadas. Dentre estas, está a Ilha da Pescaria que contempla em seu interior os sambaquis da Pescaria, sendo estes parcialmente geminados (com 90m por 70m e 80m por 40m), além de uma oficina lítica de polimento ao sul, em base rochosa estável de 120m por 25m (Figura 3).

Figura 3 – Ilha da Pescaria e o maior sambaqui da ilha (Guaratuba, PR)



Fonte: Wasilewski (2015).

Ao norte da Baía, aproximadamente 11 km da Ilha da Pescaria, na margem direita do Rio Laranjeiras, está o sambaqui que leva o mesmo nome do rio, medindo 30m por 20m e 3,5m de altura, o sítio é ladeado pelo manguezal e tem base sobre sedimentos areno-argiloso, bem como possui capa de terra preta rica em fragmentos cerâmicos, ossos humanos e fibras vegetais (Figura 4). Esse sambaqui foi descrito em estudos de Bigarella (1950) e Chmyz (1976a) com vestígios culturais diversos, mas não há estudos sistêmicos sobre ele, que atualmente sofre pela ação de pescadores locais (Figura 4).

**Figura 4 – Sambaqui Laranjeiras e fragmentos cerâmico e ósseo humano do sítio (Guaratuba, PR)**

Fonte: Wasilewski (2015).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As diferentes formas como os sambaquis foram percebidos ao longo da história da arqueologia brasileira norteou as diferentes interpretações sobre os sítios e o modo de vida dos sambaquianos. Os sítios fizeram parte de um sistema de representações manifestando práticas simbólicas significativas e atuando dialeticamente com o meio (GASPAR, 1999). Os sítios arqueológicos, como testemunhos, são construções que se perpetuaram e duraram muito mais que os processos que o fizeram. Para Freire (1997 *apud* FARIAS e KNEIP, 2010), esses monumentos arqueológicos oferecem uma referência espacial de um patrimônio que carrega em si sentidos simbólicos da paisagem na qual estão inseridos e testemunham sistemas mentais da época em que foram criados, misturando tempos passados e presente, histórias individuais e coletivas.

A presença de artefatos cerâmicos em sambaquis da Baía de Guaratuba não foi largamente estudada pela arqueologia e, apesar dos esforços dos poucos profissionais do Paraná, houve a classificação de alguns fragmentos. Por exemplo, tem-se o estudo de Bigarella (1951) que considerou essas cerâmicas como pertencentes às tradições arqueológicas reconhecidas como Tupi-Guarani e Itararé-Taquara, a primeira associada aos grupos indígenas da família linguística Tupi-Guarani e a segunda da família Jê. Esta classificação corrobora com as ideias de Chmyz (1976a) e Parellada e Gottardi Neto (1993) que citam a tradição Taquara-Itararé em estudos realizados em cerâmicas coletadas na Baía de Paranaguá e Antonina, no Sambaqui Matinhos I. Em pesquisas posteriores em sítios localizados mais ao norte da APA de Guaratuba, próximos à Serra do Mar, Parellada (2006) classificou as cerâmicas encontradas como Neobrasileiras – de produção histórica, local, e



com influência indígena, africana e europeia –, juntamente com as de Tradição Itararé-Taquara e Tupi-guarani, no sítio Ribeirão Porteiro e Sambaqui Histórico Cubatão.

O registro e o estudo desses sítios e, por consequência, de seus artefatos, igualmente se faz importante para a gestão e a conservação do patrimônio arqueológico, considerando que a ausência dessas informações dificulta a adoção de diretrizes objetivas que possam contribuir para sanar a falta de política de preservação para a área (PARDI, 2002). Este é um estado latente e atual no município de Guaratuba que dificulta o estabelecimento da ação cooperativa que viabilize e incremente a preservação efetiva e duradoura destes bens culturais existentes no local. Para tanto, o estudo da cultura material encontrada nos sítios arqueológicos na Baía de Guaratuba apresenta diferentes potenciais educativos que possibilitam a restituição de sentidos aos testemunhos materiais que se relacionam diretamente com a história das comunidades presentes e pretéritas, balizando a construção da memória e da identidade local.

3. METODOLOGIA E RESULTADOS ALCANÇADOS

Os artefatos cerâmicos foram reunidos a partir do seu recolhimento na superfície e no entorno dos sambaquis Laranjeiras e Ilha da Pescaria em visitas técnicas, entre outubro de 2014 a maio de 2015, somando 82 e 53 fragmentos nos respectivos sítios. Nos sambaquis visitados, realizaram-se apenas prospecções visuais não interventivas, sem escavações ou demais intervenções. Os materiais encontrados foram higienizados e fotografados no próprio local e os trabalhos preliminares para o conhecimento do sítio e dos artefatos iniciaram-se através de consulta à bibliografia arqueológica relativa ao litoral paranaense e às antigas ocupações do interior do estado.

No Sambaqui Laranjeiras, foram identificados materiais malacológico (um), ósseo (quatro) e cerâmico dos tipos faiança (três) e de barro cozido de produção local. Entre estes identificaram-se peso-de-rede (um) e partes de vasilhames: fundo (um), borda com decoração plástica (um), borda sem decoração plástica (13), bojo com decoração plástica (13) e bojo sem decoração plástica (48) (Figura 5). Ainda foram identificados fragmentos desgastados (25) não analisados.



Figura 5 – Fragmentos de bojos e bordas de vasilhames com decoração plástica, peso-de-rede de pesca e louça do Sambaqui do Rio Laranjeiras (Guaratuba, PR)



Fonte: Fernandes, Borba, Bandeira e Wasilewski (2015).

O Sambaqui da Ilha da Pescaria reuniu, entre os materiais, construtivo (um), lítico lascado semi-polido (dois) e cerâmico de barro cozido de produção local, sendo estes de peso-de-rede de pesca (um) e de vasilhames. Entre os vasilhames identificaram-se asa (um), fundo (dois), borda sem decoração plástica (oito), borda com decoração plástica (sete), bojo sem decoração plástica (17) e bojo com decoração plástica (um). Foram identificados, ainda, entre os materiais cerâmicos um artefato perfurado, sem identificação, e fragmentos desgastados não analisados (12) (Figura 6).



Figura 6 – Fragmentos de bordas de vasilhames com decoração plástica e asa do Sambaqui da Ilha da Pescaria (Guaratuba, PR)



Fonte: Fernandes, Borba, Bandeira e Wasilewski (2015).

3.1 Os artefatos cerâmicos históricos e os sambaquis da Ilha da Pescaria e do Rio Laranjeiras

Os estudos dos artefatos cerâmicos históricos em sítios arqueológicos, durante muito tempo, associaram decorações plásticas específicas presentes em vasilhames e outros artefatos à chamada Tradição Neobrasileira. De acordo com Chmyz (1976b, p. 130), o termo foi definido inicialmente como uma “tradição cultural caracterizada pela cerâmica confeccionada por grupos familiares, neobrasileiros ou caboclos, para uso doméstico, com técnicas indígenas e de outras procedências”, incluindo-se depois a influência de africanos especialmente em vasilhames cerâmicos com decoração incisa (DIAS JR., 1988). O termo foi cunhado nos anos de 1960 no Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa) que identificou, caracterizou e mapeou no tempo e no espaço os principais complexos arqueológicos, chamados de tradições, sobretudo cerâmicas, presentes no Brasil. O Programa enfatizava, a partir de princípios teóricos e metodológicos aplicados aos sítios pré-coloniais e históricos, a identificação e delimitação espaço-temporal dos artefatos, associando-os a populações específicas e construindo tipologias cerâmicas inseridas em fases e tradições históricas.

Essa abordagem, de acordo com Symanski, foi produtiva nos anos de 1960 e 1970 quando foram realizados trabalhos comparativos, sobretudo com cerâmicas de vilas espanholas e sítios missioneiros do Paraná (CHMYZ, 1976b) e do Rio Grande do Sul (BROCHADO *et al*, 1969), que enfatizavam os processos de mudança na cultura material das populações Guarani a partir do contato com os colonizadores espanhóis. Do mesmo modo, a



caracterização da tradição ceramista neobrasileira, marcada ainda por decorações escovadas, corrugadas, ponteadas e incisadas, além da ocorrência de asas, bases planas ou em pedestal (BROCHADO *et al.*, 1969), também foi baseada em estudos comparativos que consideravam a dispersão temporal e espacial desse material.

Mesclando elementos indígenas, europeus e africanos, essa acepção vem sendo questionada pela sua amplitude e por não contemplar as variações de cada região, bem como em função dos sincretismos culturais que nela se apresentam (SYMANSKI, 2014). A respeito da cerâmica neobrasileira, Symanski salienta que os estudos que discutem

as trocas culturais entre africanos, ameríndios e europeus tem sido abordadas com base em modelos alternativos ao paradigma da aculturação, tradicionalmente utilizado para explicar as mudanças no comportamento material [...]. A ênfase tem recaído nos modelos de transculturação e etnogênese. [...] Tais modelos buscam entender como as trocas entre os grupos e sociedades distintas levam à emergência de novas configurações culturais (SYMANSKI, 2014, p. 191-192).

Considerando que as decorações plásticas apresentam variações entre os escovados, ungulados, corrugados, incisados e espatulados (Figuras 5 e 6 e Tabela 2) e “fogem” dos padrões decorativos das cerâmicas pré-coloniais dos grupos presentes no passado paranaense e descritos anteriormente (Tabela 1), pode-se afirmar que os fragmentos cerâmicos reunidos na pesquisa tratam-se do período histórico.

Tabela 2 – Decoração plástica em artefatos cerâmicos dos sambaquis Laranjeira e Ilha da Pescaria

Sítio	Fragmento	Decoração	Quantidade
Sambaqui Laranjeira	Borda	Beliscado	1
	Bojo	Escovado	13
		Ungulado	1
		Inciso Linear	1
		Espatulado Exciso	1
Ilha da Pescaria	Borda	Inciso Arco Secante	1
		Inciso Cruzado	1
		Inciso Linear	2
		Escovado	1
		Inciso e Corrugado	1
		Ungulado e Inciso	1
	Bojo	Ungulado	1
Asa	Corrugado	1	

Fonte: Fernandes, Borba, Bandeira e Wasilewski (2015).



Por outro lado, em razão da insuficiência de informações que permitam selecionar as zonas de produção, redes de distribuição, troca e comercialização das populações presentes nos sítios sambaquis da Ilha da Pescaria e do Rio Laranjeiras nesse mesmo período e ainda em consonância com os estudos mais recentes da arqueologia histórica, propõe-se no lugar da chamada cerâmica neobrasileira, o uso do termo cerâmica de produção local ou regional. Ainda assim não seria possível, neste momento, afirmar quais foram as populações que ocuparam os sambaquis em tela e que, em período indeterminado, elaboraram cerâmicas para seus distintos usos.

CONSIDERAÇÕES

A partir da análise e interpretação dos artefatos reunidos nos sítios arqueológicos sambaquis Laranjeiras e Ilha da Pescaria, situados no município de Guaratuba, foi possível apontar, preliminarmente, que se trata da ocupação histórica, constituída pela cerâmica de produção local e ainda as cerâmicas industriais como a faiança, mais recentes.

Para analisar o material coletado junto aos sítios, as vertentes atuais que tratam da cultura material ceramista foram verificadas e, diante dos estudos abordados, pode-se perceber que há um grave distanciamento entre teoria e prática no que diz respeito à gestão e conservação do patrimônio arqueológico como um todo. Constatou-se, também, a ausência de legislação municipal em relação ao patrimônio cultural histórico e arqueológico, assim como são poucas as ações de sensibilização e divulgação desse junto à comunidade. Portanto, é preciso uma integração das ações de preservação com as políticas públicas, ou o patrimônio arqueológico continuará sendo constantemente fragilizado pela omissão de ações nesse campo. Deste modo, salienta-se a necessidade de inventariar o patrimônio cultural existente no município para possibilitar iniciativas de educação e gestão, uma vez que o patrimônio, na dimensão material e imaterial, constitui-se como instrumento para o desenvolvimento de ações que incidam na consolidação de sujeitos sociais, contribuindo para processos formadores de identidade.



REFERÊNCIAS

ANGULO, Rodolfo. José (1992). *Geologia da planície costeira do Estado do Paraná*. Tese de Doutorado. São Paulo: IG/USP, 1992. 334p.

AVILA, Moacir Carlos Patrício. Os Carijós na historiografia e nos livros didáticos de História de Santa Catarina. 2010, p. 11. Disponível in: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/handle/1/734/Moacir%20Carlos%20Patrício%20Avila.pdf?sequence=1>>. Acesso 19 janeiro de 2016.

BIGARELLA, João. José. (1950/1951) Contribuição ao estudo dos sambaquis no Estado do Paraná I, regiões adjacentes às baías de Paranaguá e Antonina *In: Arquivos de Biologia e Tecnologia*, n.5/6, Curitiba, p. 231-292.

BROCHADO, J. P. *et alii.* (1968) Arqueologia brasileira em : um relatório preliminar sobre o Programa Brasileiro de Pesquisas Arqueológicas *In: Publicações Avulsas*, n. 12, Belém, , p. 1-40, 1969.

BROCHIER, Laércio. Loiola. (2002). Levantamento de recursos arqueológicos para o Plano de Manejo e Zoneamento Ecológico e Econômico da APA Guaratuba. *Relatório técnico Curitiba, 90p.*

_____.(2004). *Diagnóstico E Manejo De Recursos Arqueológicos Em Unidades De Conservação: Uma Proposta Para o Litoral Paranaense*. 215f. Dissertação (Arqueologia) Universidade De São Paulo Faculdade De Filosofia, Letras E Ciências Humanas Museu De Arqueologia E Etnologia. São Paulo.

CHMYZ, Igor. (1979a) Nota Prévia sobre o Sítio PR PG 1: Abrigo sob Rocha Cambiju. *In: Estudos Brasileiros*, Curitiba, p. 231-246.

_____.(1976b) Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. *In: Cadernos de Arqueologia*, v. 1, n. 1, p. 130.

_____.(2002) A. Tradição Tupi Guarani no Litoral do Estado do Paraná. *In: Círculo de Estudos Bandeirantes*, Curitiba, p. 71-95.

DIAS JR., O. (1988) A cerâmica neo-brasileira, Arqueo-IAB – *In: Textos Avulsos*, v.1, p. 3-13.

FARIAS, D.S.E; & KNEIP A, (2001) *Panorama Arqueológico de Santa Catarina*. Palhoça, SC. *In: Publicação avulsa*. Ed. Unisul.

GASPAR, M.D.(1999) Os ocupantes pré-históricos do litoral brasileiro. *In: Pré- História da Terra Brasilis*. Org. Maria Cristina Tenório. Ed. UFRJ p: 159–169.

GERNET, M.V, BIRCKOLZ, J.C, SANTOS, E.V. (2012) Arqueologia histórica na região da ponta do poço, município de pontal do paraná, paraná: estudo de um sítio arqueológico por métodos não interventivos. *In: Caminhos de geografia - revista on line*. v.13, n.44.



Uberlândia MG, DEZ/2012, p. 75-88. In:
<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16815>. Acesso em
janeiro de 2016.

FERNANDES, José. Loureiro. Os sepultamentos do sambaqui de Matinhos. In: *XXXI Congresso Internacional de Americanistas* São Paulo: Ed. Anhembi, v.2, 1955. p. 579-602.

MAFRA, Joaquim da Silva. *História do município de Guaratuba*. Guaratuba, s/e.1952.

MENEGUSSO, E.M. (2015) Os ceramistas Tupiguarani e Itararé-Taquara: Ocupação, História E Presença Em Londrina/Pr. In: *VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA*. (2015) Londrina-PR. Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1176, P. 3277 – 3289. In: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1176.pdf> Acesso em janeiro de 2016.

NEVES, W. A.(1988) Paleogenética dos Grupos Pré-históricos do Litoral Sul do Brasil (Paraná e Santa Catarina) In: *Pesquisas-Antropologia*, 43, p. 1-178.

NEVES, W. A. *et alii*.(1984) Incidência de Cáries e Padrões de Subsistência no Litoral Norte de Santa Catarina, Brasil. In: *Revista de Pré-História*, São Paulo, 6, p. 371-380.

NOELLI, Francisco S. (2004) O mapa arqueológico dos povos Jê no sul do Brasil. In: K. Tommasino, L.T. Mota & F.S. Noelli (eds.), *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Editora da UEL, p. 17-55.

ORSSICH, A. (1977). O sambaqui do Araújo II, nota prévia. In: *Cadernos de Arqueologia*. Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá-UFPR, n.2, p.11-60.

OKUMURA, Mercedes. M. M.(2007). Diversidade morfológica craniana, micro-evolução e ocupação pré-histórica da costa brasileira. 2007 197f. *Tese* (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

PARDI, M. L. F.(2002). Gestão de Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação. *Dissertação* (Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

PARANÁ. (2002) Conselho do Litoral. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI)* – Guaratuba. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 286p.

PARELLADA, Claudia. I. (2006) *Estudo Arqueológico no Alto Vale do Rio Ribeira: Área do Gasoduto Bolívia-Brasil, Trecho X, Paraná*. 2006. *Tese* (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____ (2007) Arqueologia dos Campos Gerais. In: *Patrimônio Natural dos Campos Gerais do Paraná*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007.

_____ (2008) Tecnologia e Estética da Cerâmica Itararé-Taquara: Dados Etnohistóricos e o Acervo do Museu Paranaense. In: *Revista Arqueologia*, v21, p. 97-111. In: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ra/article/view/2845/2450>. Acesso em janeiro 2016.



PARELLADA, C. I; GOTTARDI NETO, (1993) A. Inventário de sambaquis do litoral do Paraná. *In: Arquivos do Museu Paranaense, nova série Arqueologia*, Curitiba, n. 7, p. 1-42.

PARELLADA, C. I, *Et Alii.* (2006) *Vida Indígena no Paraná: Memória, Presença, Horizontes.* PROVOPAR Ação Social, Curitiba/PR.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATUBA. (2009) *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – Guaratuba.* Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 286p, 2009.

PROUS, André.(2006) *O Brasil Antes dos Brasileiros: A pré-história do nosso país.* Rio de Janeiro: Ed.Jorge Zahar.

RÊGO, Nicéia de Jesus Ferreira, YOKOO Carbonera Sandra. (2011), Gênese E Desenvolvimento Da Rede Urbana Paranaense. I SEURB. *In: I Simpósio de estudos Urbanos. Desenvolvimento Regional e Dinâmica Ambiental.* Curitiba-PR.

SYMANSKI, L. C.(2014) *A arqueologia da diáspora africana nos Estados Unidos e no Brasil: problemáticas e modelos.* Afro-Ásia, 49, p. 159-198.

VOLCOV Elias. Jonas. (2011) Cerâmica Tupiguarani e os processos de interação cultural no alto Rio Iguaçu, Pr. (Dissertação,168f.). Pós-Graduação em Antropologia Social, Área de Concentração em Arqueologia. Departamento de Antropologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

WACHOWICZ, R. C.(1995) *História do Paraná.* Curitiba, Gráfica Vicentina, 7^a ed., p. 278.

WAGNER, Gustavo Peretti. (2004) *Ceramistas do Litoral Norte.* Porto Alegre: PUCRS, 2004. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.



ARTEFATOS DE FIBRAS VEGETAIS DOS SAMBAQUIS CUBATÃO I (JOINVILLE – SC) E LARANJEIRAS (GUARATUBA-PR), ETNOARQUEOLOGIA E ANÁLISE COMPARATIVA

SÁ, Julio Cesar de

*Mestrando do curso Patrimônio Cultural e Sociedade da UNIVILLE
Bolsista CAPES
jcsarqueo@gmail.com*

FERNANDES, Rosane Patrícia

*Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Univille, SC
Docente da Faculdade do Litoral Paranaense – ISEPE –
Guaratuba, PR
Pesquisadora do Instituto Guajú, Guaratuba/PR*

BANDEIRA, Dione da Rocha

*Docente da Univille, SC
Arqueóloga do Museu Arqueológico de Sambaquis de Joinville, SC*

WASILEWSKI, Marcos

Pesquisador do Instituto Guajú, Guaratuba/PR

RESUMO

Na arqueologia brasileira pré-colonial, o registro da presença de artefatos feitos de fibras vegetais em sítios arqueológicos do tipo sambaquis é bastante recente, refletindo em poucas pesquisas neste campo. Na região da Baía da Babitonga (litoral norte catarinense), no sambaqui Cubatão I, assim como na Baía de Guaratuba (litoral su paranaense) nos sambaquis Laranjeiras e Nha Chica ou Casqueiro do Bogaçu, foram encontradas artefatos confeccionados com fibras vegetais, como cordas, nós e amarrações, construídos com fibras identificadas como sendo cipó Imbé (*Philodendron corcovadensis*, pertencentes à família Araceae). A relevância deste trabalho se dá não apenas pela carência de pesquisa neste campo, mas principalmente pelo seu carácter interdisciplinar. Como interpretar as fibras vegetais encontradas nas duas Baías que notoriamente possuem um grande número de sambaquis? Como identificar e interpretar os possíveis usos pelos sambaquianos? Como foi o processo construtivo destes artefatos? Por meio da Etnoarqueologia e a comparação entre os artefatos, se buscou a interpretação funcional de alguns destes artefatos e suas interações entre os sítios pesquisados.

Palavras Chave: Sambaquis. Etnoarqueologia. Artfatos de fibras vegetais.

ABSTRAT

In pre-colonial Brazilian archeology, recording the presence of vegetable fibers in places shell middens is quite recent, reflecting little research in this field. In the region of Baía Babitonga (north coast of Santa Catarina) in Cubatao I shell middens, as well as in the Bay of Guaratuba (southern coast of Paraná) the shell middens Orange and Nha Chica or Casqueiro the Bogaçu, vegetable fibers were found containing ropes, knots and moorings, built with fiber identified as vine Imbé (*Philodendron corcovadensis* belonging to the Araceae family). The relevance of this work is evident not only by the lack of research in this field, but primarily as the interdisciplinary nature of this research. How to interpret the vegetable fibers found in the two bays that notoriously have a large number of shell middens sites? How to identify and interpret the possible uses by sambaquianos (Indians group who use to live at shell middens area). As the construction process of these artifacts? Through Ethnoarchaeology and the comparison between samples, it sought the functional interpretation of these artifacts (ropes, knots and moorings) and their interrelationships among the surveyed sites.

Keywords: Shell Middens. Ethno Archaeology. Vegetable fibers artefacts.



INTRODUÇÃO

No sul do Brasil, o registro da presença de artefatos feitos de fibras vegetais em sambaquis esteve, até 2013, restrito à Baía da Babitonga (Sambaquis Cubatão I e Espinheiros II, ambos em Joinville) no litoral norte catarinense.

As fibras vegetais utilizadas para a confecção dos artefatos encontradas no sambaqui Cubatão I foram identificadas como sendo de *Philodendron corcovadensis*, pertencentes à família Araceae (PEIXE, 2006), conhecidas popularmente como Cipó Imbé.

Sá (2014) investigou estes artefatos, coletados ao longo dos anos pelo Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville – MASJ e por meio da Etnoarqueologia e Arqueologia Experimental, identificou e reconstruiu diversos tipos de amarras, nós e cordas feitos com cipó imbé.

Fernandes (2014), ao realizar pesquisas sobre a gestão do patrimônio arqueológico em Unidades de Conservação na Baía de Guaratuba (litoral sul paranaense), nos sambaquis Laranjeiras e Nha Chica (ou Casqueiro do Boguaçú), devido à erosão das faces expostas juntos à Baía, identificou e salvou fragmentos de artefatos feitos de fibras vegetais expostas nas camadas de base destes sítios.

O objetivo desta pesquisa é comparar as fibras vegetais encontradas nos sambaquis destas duas Baías (Babitonga e Guaratuba) (figura 1) e colaborar com o entendimento a cerca da ocupação regional, territorialidade, habitus e costumes dos ocupantes dos sambaquis nestas Baías, confirmando e criando hipóteses a cerca destes antepassados.

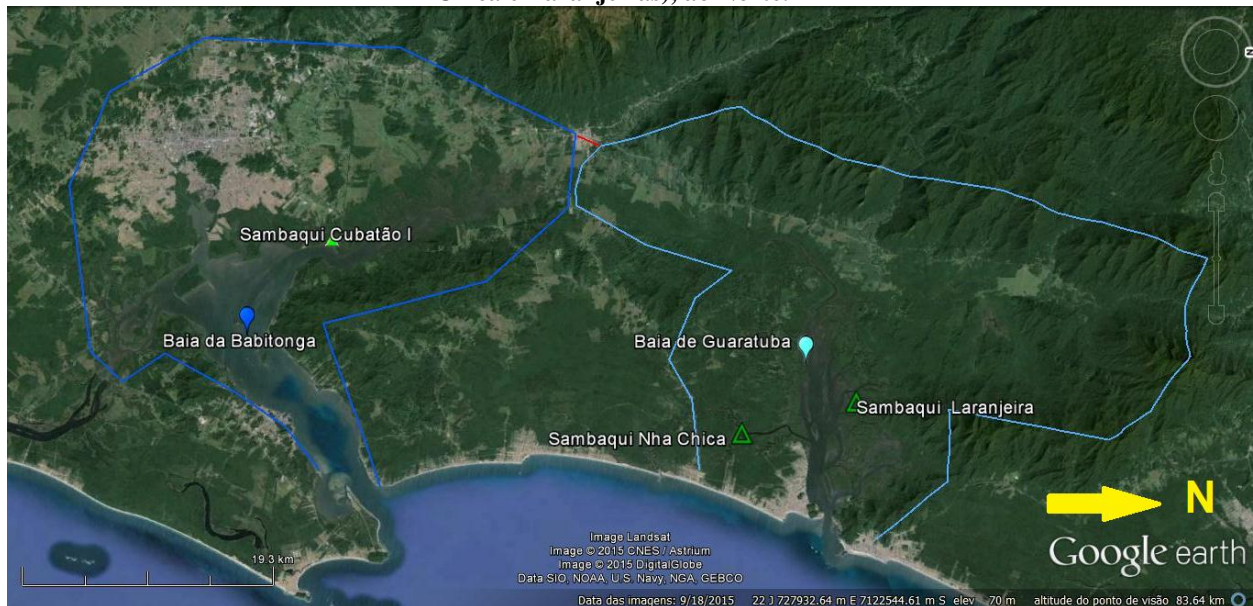
Esta pesquisa apresenta resultados preliminares comparativos entre artefatos de fibras vegetais encontrados na Baía de Guaratuba, coletados nos Sambaquis Laranjeiras e Nha Chica, e na Baía da Babitonga, coletados no Sambaqui Cubatão I.

A interpretação dos artefatos de fibras vegetais encontradas nestas Baías, foi realizada no primeiro semestre 2015, por equipe multidisciplinar, empregando como meio a análise da cultura material e a metodologia estabelecida por Sá (2014) na identificação dos artefatos em fibras vegetais de cipó imbé (cordas, nós e amarras) do Sambaqui Cubatão I.

Esta pesquisa envolve uma retrospectiva histórica dos sambaquis nestas Baías, visita “*in loco*” nos sítios e a análise comparativa (qualitativa e quantitativa) de artefatos coletadas nos sítios acima mencionados.



Figura 1 - Localização das Baía da Babitonga (Sítio Cubatão I), ao Sul, e Baía de Guaratuba (Sítios Nha Chica e Laranjeiras), ao Norte.



Fonte: Elaborado por Sá (2015), sobre o Google earth, imagem de 18/09/15.

1 HISTÓRICO DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NAS BAÍAS DA BABITONGA (SC) E GUARATUBA (PR).

As primeiras incursões nas Baías de Babitonga (SC) e Guaratuba (PR) foram realizadas após a metade do século passado pelos arqueólogos Guilherme Tiburtius, João José Bigarella, Iris Koehler Bigarella, Oldemar Blasi e João Alfredo Rohr, principalmente. Atualmente, na Baía da Babitonga, se destacam os trabalhos de Dione da Rocha Bandeira, Mário Sérgio Celski de Oliveira e Maria Cristina Alves, enquanto na Baía de Guaratuba destacam-se Parellada (1993) e Brochier (2002).

Seguindo o crescente desenvolvimento da Arqueologia como ciência interdisciplinar e diante da complexidade e dificuldades na interpretação destes sambaquis, abriu-se um leque de oportunidades para pesquisas com a participação de especialistas de diversos segmentos científicos nas pesquisas arqueológicas (Geologia, Geografia, Biologia, Botânica, Medicina etc.).

Dentre os diversos trabalhos realizados na Baía da Babitonga que envolvem levantamentos e escavações de sítios pré-coloniais destacamos Beck (1973), Bryan (1977), Bandeira (1992, 2004, 2005, 2007, 2009 e 2010) e Figuti (2009), entre outros, que investigam a ocupação desta área por pescadores-coletores-caçadores, construtores dos sambaquis. As indicações da presença de artefatos de fibras vegetais na Baía da Babitonga ocorreram respectivamente no Sambaqui Espinheiros II (AFONSO & DEBLASIS, 1994) e no Sambaqui Cubatão I (BANDEIRA, 2006), ambos em Joinville. Segundo Bandeira *et al.* (2009), a



concentração dos macro vestígios vegetais no Cubatão I ocorre na camada atualmente na base do sítio, o mesmo ocorrendo no Espinheiros II.

Oliveira (2000) defendeu, com base em dados geomorfológicos e datações, a existência, no período pré-colonial, de uma possível via de ligação entre os povos sambaquianos destas duas Baías constituída pelos rios Palmital e São João, cujas calhas coletoras de água (rios) estão distantes apenas 2 km entre si e que, devido à elevação do NMM¹ no passado, estiveram ligados (indicação com linha vermelha na figura 1).

Vale destacar que as características geográficas das Baías da Babitonga e Guaratuba são similares, estão localizadas no ambiente estuarino do litoral meridional brasileiro, ambas possuem complexo lagunar, constituído por floresta ombrófila² densa³ (predominante os manguezais e restingas) e floresta aluvial (mata associada aos rios), que compõem um riquíssimo patrimônio biológico (adaptado de KNIE, 2002).

A análise geomorfológica da região indica que os sambaquis Cubatão I, da Baía da Babitonga (SC), e os Sambaquis Nha Chica e Laranjeira, da Baía de Guaratuba (PR), estão sobre uma base decorrente de sedimentos holocênicos⁴ de depósitos paludiais (Qhmg)⁵, formados por sedimentos argilo-arenosos, mal selecionados, ricos em matéria orgânica, depositados em ambiente sob influência de marés em solos típicos de manguezais (adaptado de VIEIRA, 2008).

Segundo Vieira *et al.* (2008), o clima característico da região é super-úmido⁶ e ventos predominantes do quadrante nordeste e leste.

1.2 Os artefatos de fibras vegetais encharcados

O monitoramento no Sambaqui Cubatão I em Joinville/SC é realizado pelo MASJ há vários anos em especial nas áreas atingidas pela erosão (face nordeste), junto ao rio homônimo. As coletas são realizadas de modo não sistemático, na forma de salvamento do material exposto pela erosão fluvial, sendo que este material encontra-se no acervo deste museu (PEIXE *et al.* 2007). Durante as coletas observaram-se que os materiais arqueológicos de origem vegetal, como estacas, fibras, cordas e trançados estavam presentes unicamente nas

¹ NMM = Nível médio do mar.

² O termo ombrófila significa “amiga da chuva” e tem origem grega, este tipo de floresta está sujeita a grandes precipitações e temperaturas médias (FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA, 2002).

³ Densa: refere-se à grande concentração de espécies vegetais por unidade de área (Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina, 2002).

⁴ Era geologia com mais de 10.000 anos AP.

⁵ Simbologia Geológica: sedimentos argilo-siltico-arenosos de ambiente de mangue.

⁶ Na classificação Thornthwaite, possuindo precipitação média anual em torno de 2.265mm.



camadas estratigráficas inferiores do Sambaqui Cubatão I (figura 2), juntamente com outros tipos de testemunhos vegetais, as vezes queimados: carvões, fragmentos de madeira, frutos e sementes (PEIXE *et al.* 2007). O material arqueológico encontrado nesta camada teve seus macro restos vegetais preservados pelo encharcamento decorrente da proximidade com o Rio Cubatão, e a umidade decorrente (PEIXE *et al.* 2007, SANTOS *et al.* 2013).

Em estudos referentes ao perfil nordeste do sítio Cubatão I (BANDEIRA *et al.* 2009) sugerem a presença de uma armação de madeiras amarradas utilizada para ampliar ou sustentar o espaço ocupado.

Figura 2 - Sítio Cubatão I, (Baía da Babitonga) face nordeste, apresentando a faixa erodida nas margens do rio Cubatão, durante a baixa mar



Fonte: Sá (2014)

Figura 3 - Fibras vegetais encharcadas, encontradas no sítio Cubatão I, Baía da Babitonga/SC



Fonte: Bandeira *et al.*(2009)

Artefatos de fibras vegetais conservados encharcados na Arqueologia da pré-história brasileira são raros com poucos registros documentados. Um dos registros ocorreu no Município de Alfredo Wagner, em sítio de tradição Umbu (SANTOS *et al.* 2013), outro vestígio foi identificado no sambaqui de Sernambetiba (HEREDIA & BELTRÃO, 1980), localizado em Guapimirim, Rio de Janeiro.

Indicações da presença de artefatos confeccionados com fibras vegetais na Baía da Babitonga ocorreram no Sambaqui Espinheiros II (AFONSO & DEBLASIS, 1994), por equipe multidisciplinar do MASJ e do MAE/USP, e no Sambaqui Cubatão I, em projeto do MASJ aprovado pelo CNPq⁷ (BANDEIRA, 2006), ambos em Joinville.

⁷ O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (até 1971 Conselho Nacional de Pesquisa, cuja sigla, CNPq, se manteve) é um órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para incentivo à pesquisa no Brasil.



A Baía de Guaratuba já foi local de diferentes levantamentos de campo e inventários de pesquisas arqueológicas realizadas por estudiosos como Bigarella (1950), Loureiro Fernandes (1955), Orssich (1977), Ângulo (1992), Parellada (1993) e Brochier (2002). No entanto, vale destacar que até 2013, nas descrições dos sítios dessa Baía, não foi mencionado a existência de artefatos de fibras vegetais.

O sambaqui Laranjeiras (figura 4), situado na Baía de Guaratuba, é um sítio relativamente baixo, mede 30 por 20m e 3,5m de altura e é, em parte, ladeado por manguezal com sua base sobre sedimentos areno-argilosos. Possui capa de terra preta humosa, com fragmentos cerâmicos históricos, sepultamentos, artefatos líticos lascados e semi-polidos, osseo e conchífero (BIGARELLA, 2011, FERNANDES 2014). O Sambaqui Nha Chica ou Casqueiro do Bogaçu (figura 6) mede aproximadamente 7m de altura e 80 por 100m de comprimento, é um sítio relativamente pobre de artefatos manufaturados e assim como outros sambaquis fluviais próximos ao centro urbano, foi explorado para o fabrico de cal e pavimentação de estradas (BIGARELLA, 2011).

A constatação da presença de fibras vegetais, como já informado, ocorreu em 2014, por ocasião do salvamento de materiais nestes sítios por conta de Fernandes (2014), sendo, portanto este o primeiro estudo referente a estes artefatos oriundos destes sítios.

As fibras vegetais da Baía de Guaratuba foram identificadas como cipó imbé, similares às do sambaqui Cubatão I, identificadas por Peixe (2006).

No Sambaqui Laranjeiras, os artefatos de fibras vegetais (figura 5) estão localizados na camada baixa do sítio, face norte, junto à linha de influência das marés, idem ao sambaqui Cubatão I (BANDEIRA *et al.*, 2009).



Figura 4 - Sítio Laranjeiras (Baía de Guaratuba), apresentando na face norte, faixa erodida nas margens do rio Laranjeira, durante a baixa mar



Fonte: Sá (2015)

Figura 5 - Fibras vegetais encharcadas, encontradas no Sambaqui Laranjeiras, Baía de Guaratuba/PR



Fonte: Fernandes (2014)

O sambaqui Nha Chica ou Casqueiro do Boguaçu apresenta artefatos de fibras vegetais (figura 7) em níveis acima do atual NMM, que varia entre 0 e 50 cm, face leste, porém, não foi encontrado nenhum tipo de nó ou amarra, somente fibras usadas para amarrações.

Figura 6 - Sambaqui Nha Chica, Baía de Guaratuba/PR, face leste, durante a baixa mar



Fonte: Sá (2015).

Figura 7 – Nível em que as fibras vegetais no Sambaqui Nha Chica , Baía de Guaratuba/PR são encontradas



Fonte: Sá (2015)

A presença significativa de bens arqueológicos já identificados na APA de Guaratuba, bem como um imenso potencial para a existência de recursos ainda não pesquisados, remete à relevância ímpar desta área para o desenvolvimento de atividades e programas de pesquisa, conservação, preservação e educação, ou seja, direcionados para a produção de conhecimento



científico, para a manutenção dos recursos culturais existentes e para a proteção do patrimônio arqueológico nas suas mais variadas formas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Segundo Ruiz (1979, p.110), o método por excelência da ciência é o experimental: ela caminha apoiada nos fatos reais e concretos, afirmando somente aquilo que é autorizado pela experimentação. Escolhemos, nesta pesquisa, metodologias que foram adequadas às condições de cada uma das fases da pesquisa, empregando a etnoarqueologia contextualizada com a arqueologia experimental.

A etnoarqueologia é uma especialidade da arqueologia que estuda sociedades contemporâneas para testar hipóteses, formular modelos interpretativos e teorizações sobre a relação entre as pessoas e o mundo material (SILVA 2009). As várias correntes do pensamento arqueológico debatem seus pontos de vista a respeito da Etnoarqueologia, sua metodologia e visão interpretativa dos dados arqueológicos, estas correntes realizam a comparação com modelos atuais, ou mesmo defendem interpretações arqueológicas sobre o passado com a possibilidade de uma “arqueologia do presente”, como destaca Silva (2009, p135).

A vertente atual da pesquisa etnoarqueológica, conhecida como “*living archaeology*”, objetiva o entendimento da relação dos homens com o mundo material no tempo presente e contribui para o debate antropológico sobre a relação dos homens com os objetos e a materialidade (SILVA 2009).

A pesquisa etnoarqueológica deve ser desenvolvida a partir de um conjunto de estratégias, de diferentes naturezas (multidisciplinares), porém complementares entre si. Envolve a pesquisa bibliográfica, etnológica, a pesquisa experimental e a pesquisa de campo etnográfico. Esta estratégia é conhecida como *living archaeology*, utilizada por arqueólogos e etnólogos em trabalhos de campo, junto a sociedades vivas, buscando verificar com atenção, a padronização arqueológica do comportamento nestas sociedades (GOULD, 1977; SILVA, 2009).

Segundo Silva (2009), na pesquisa bibliográfica etnográfica, deve-se colher informações a respeito do modo de vida das populações “nativas” (produção, significado da cultura material, padrões de subsistência, formas de assentamento, uso do espaço, deslocamentos territoriais e contatos com outras populações). A pesquisa etnológica envolve



o trabalho com os artefatos, na busca de informações sobre seu uso, fabricação, possíveis transformações, matéria-prima utilizada e processos produtivos. A pesquisa de campo etnográfica, sempre que possível, deve ser realizada *in loco*, visando a comprovação de informações colhidas nas etapas anteriores e aquisição de novas.

Segundo Sá (2014, p.27), as dificuldades enfrentadas na definição de metodologias mais adequadas aos estudos dos artefatos confeccionados com vegetais surgiram, principalmente, da ausência de literatura, no campo da arqueologia experimental sobre os nós e amarras, técnicas e roteiros para experimentação. Esta realidade conduziu o autor ao desenvolvimento de metodologia própria, destacando que a pesquisa com arqueologia experimental é um campo sem limites ou regras pré-definidas. Cabe ao pesquisador utilizar da imaginação, sensibilidade, percepção, observação apurada, metodologia definida, conhecimento sobre o assunto e demais ações, que farão a diferença nos resultados das experimentações. Destaca ainda que ao atingirmos os objetivos propostos, somos tomados de uma satisfação de realização, onde as tentativas fazem parte apenas de um passado recente. Sá (2014) apoiou seus estudos da arqueologia experimental, nos conceitos apresentados por Sampaio & Aubry (2007, 2008) e Prous, (1992).

Com base nos resultados encontrados por Sá (2014), foi feita a análise dos artefatos de fibras vegetais (Figuras 6 e 7) dos sambaquis paranaenses, uma vez que os materiais do Cubatão I já haviam sido analisados.

Figura 8 – Artefato 11 - Sambaqui Laranjeiras (Baía de Guaratuba), contendo fibras vegetais e um Nó Direito



Fonte: Acervo do Instituto Guajú, Guaratuba/PR, foto Sá (2015).

Figura 9 – Artefato 89 - Sambaqui Cubatão I (Baía da Babitonga), contendo fibras vegetais e um Nó Direito



Fonte: acervo MASJ, foto Sá (2014).



A metodologia de recolhimento dos artefatos confeccionados de fibras vegetais em ambos os sítios deste estudo foi a coleta *in loco* assistemática com vista ao salvamento. A análise comparativa entre os materiais destes sambaquis foi realizada com base nos resultados obtidos por Sá (2014), quando realizou a identificação de cordas, nós e amarras em artefatos coletadas no sambaqui Cubatão I, que se valeu dos referenciais teóricos e metodológicos da etnoarqueologia e arqueologia experimental.

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

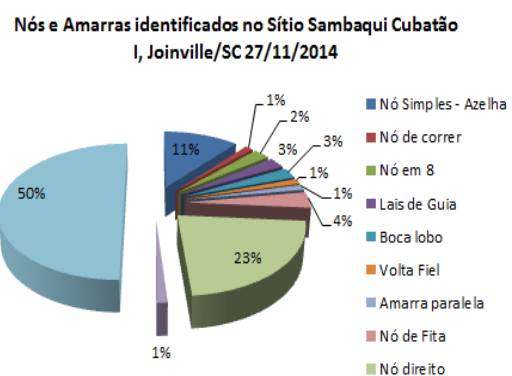
Na pesquisa sobre os fragmentos de artefatos confeccionados com fibras vegetais do sambaqui Cubatão I, foram identificados 10 tipos diferentes de nós: nó simples ou azelha, nó de correr, nó em oito, laís de Guia, boca de lobo, volta do fiel, amarra paralela, nó direito e nó do pescador. Nele ocorreram ainda cordas torcidas com acabamentos tipo falçaça (SÁ, 2014) (tabela 1 e gráfico 1). Em termos quantitativos foi possível identificar o nó direito como o de maior incidência, com dezoito ocorrências, seguido do nó simples com nove. O nó de fita teve três incidências, seguido dos nós em oito, laís de guia, boca de lobo, todos com duas incidências. Com uma incidência encontramos os nós de correr, volta do fiel, amarra paralela e o nó do pescador.

Tabela 1

Tabela dos Nós identificados no Sítio Cubatão I, Joinville - SC em 27/11/14											
Tipos de Nós	Nó Simples - Azelha	Nó de correr	Nó em 8	Lais de Guia	Boca lobo	Volta Fiel	Amarra paralela	Nó de Fita	Nó direito	Nó Pescador	Total
	23%	3%	5%	5%	5%	3%	3%	8%	45%	3%	100%
Total	9	1	2	2	2	1	1	3	18	1	40
Análise comparativa com Sítio Laranjeiras		2			2				18		22
		9%			9%				82%		100%

Fonte: Adaptado de Sá (2014).

Gráfico 1



Fonte: Sá (2014).

Nos artefatos salvos no sambaqui Laranjeiras foram identificados 4 nós diferentes, num total de 11 incidências, assim sendo: nó direito (9) (figura 10), nó em oito (1) (figura 11), boca de lobo (1) (figura 12) e 1 amarração para união de fibras, tipo alça (figura 13)



Figura 10 – Nó direito (Artefato 4), identificado nos Artefatos 1, 3, 4, 6, 7, 8 (2 incidências), 9 e 11



Fonte: Acervo do Instituto Guajú, Guaratuba/PR, foto Sá (2015)

Figura 11 - Nó em Oito (Artefato 2).



Fonte: Acervo do Instituto Guajú, Guaratuba/PR, foto Sá (2015)

Figura 12 - Nó boca de lobo (Artefato 5)



Fonte: Acervo do Instituto Guajú, Guaratuba/PR, foto Sá (2015)

Figura 12 - Amarração tipo alça, (Artefato 9) contendo um acabamento com nó direito (lado esquerdo)



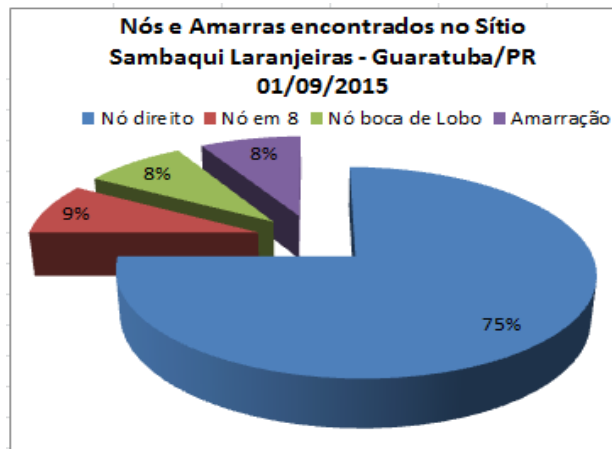
Fonte: Acervo do Instituto Guajú, Guaratuba/PR, foto Sá (2015)

Ao realizarmos a comparação estatística das ocorrências dos artefatos, os nós em 8, boca de lobo e direito foram comuns aos dois sítios, onde nos deparamos com a surpresa de que o percentual de participação destes nós é exatamente igual nos dois sítios, embora as coletas tenham sido fortuitas (Tabela 2 e Gráfico 2).

**Tabela 2**

Tabela dos Nós identificados no Sítio Laranjeiras em Guaratuba - PR em 01/09/15.					
Tipos de Nós	Nó direito	Nó em 8	Boca de Lobo	Amarração	Total
Part.	82%	9%	9%	9%	100%
Total	9	1	1	1	11

Fonte: Sá (2015).

Gráfico 2

Fonte: Sá (2015).

Coincidência ou não, estes dados todos nos conduzem a alguns questionamentos e reflexões tais como:

- Este fato sugere a transferência do conhecimento entre os ocupantes dos sambaquis (?);
- A datação nos sítios de Guaratuba poderá confirmar a ocupação no mesmo período do Cubatão I (3.000 AP);
- Caso a datação se confirme, pode ter ocorrido o contato entre as duas Baías, pois conforme Ângulo *et al.* (2008), neste período o nível médio do mar esteve entre 1,0 a 2,1m acima do atual permitindo uma ligação lacustre entre elas. Hoje com calhas coletoras de água (rios) estão distantes a apenas 2 km.
- Se isto se confirmar poderá contribuir para elucidar as hipóteses da comunicação, navegação, relação social e delimitação de territórios etc, entre os povos sambaquianos, como postulado por Oliveira (2001), quando apresentou a hipótese do “Eixo São João/ Palmital” ter sido uma via fluvial.
- Os nós direito, em 8 e boca de lobo encontrados no sambaqui Laranjeiras analisados, com base no estudo etnoarqueológico realizado por Sá (2014) e comparados com os identificados no sambaqui Cubatão I, reforça as práticas de pesca, de navegação, de unir artefatos e de uso geral (Tabela 3), pelos ocupantes dos sambaquis, com base no emprego etnográfico destes artefatos.



Tabela 3

Análise de aplicabilidade dos nós e amarras , Sitio Cubatão I, Joinville - SC 27/11/14											Análise de aplicabilidade dos nós e amarras, Sítio Laranjeiras, Guaratuba -PR 01/09/15			
Uso Geral	x	x	x	x	x	x	NA	NA	x	NA	x	x	x	x
Pesca	x	x	x	NA	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Navegação	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Unir Artefatos	NA	NA	x	NA	NA	NA	x	x	x	x	x	NA	x	x
Tipos de Nós	Nó Simples - Azelha	Nó de correr	Em 8	Lais de Guia	Boca lobo	Volta Fiel	Amarra paralela	Nó de Fita	Nó direito	Nó Pescador	Em 8	Boca lobo	Nó direito	
	Aplicável	X												
	NÃO APLICÁVEL	NA												
	Aplicável													
	NÃO APLICÁVEL													
	Aplicável													
	NÃO APLICÁVEL													
	Aplicável													
	NÃO APLICÁVEL													
	Aplicável													
NÃO APLICÁVEL														

Elaboração: Júlio Cesar de Sá (2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artefatos de fibras vegetais coletadas e analisadas na baía de Guaratuba, nos sítios Nha Chica e Laranjeiras, são similares às identificadas no sítio Cubatão I, situado na Baía da Babitonga, identificados como sendo *Philodendron corcovadensis*, pertencentes à família Araceae, conhecidas popularmente por cipó imbé. Dos artefatos comparadas, foi possível verificar que os nós utilizados pelos ocupantes dos sambaquis destas Baías eram os mesmos e com a mesma frequência, conforme dados estatísticos. Este resultado reforça a possibilidade da existência de uma possível relação entre os povos que viviam nestes dois territórios e reforça a hipótese de uma via de ligação entre as Baías, por meio do eixo formado pelos rios Palmital (Baía da Babitonga) e São João (Baía de Guaratuba). Os ocupantes dos sambaquis das duas Baías, pela análise etnoarqueológica, tinham comportamentos similares, ratificando a condição de pescadores e navegadores.

Contudo, chama-se a atenção para os seguintes pontos em relação à preservação dos sambaquis: os sítios arqueológicos são bens não renováveis; oferecem potencial para pesquisa e demais estudos científicos, neste caso em especial atenção aos artefatos confeccionados de fibra vegetais encontrados nos sambaquis; como estão hoje, sofrem impactos frequentes, estando sujeitos à destruição perene pela inexistência de planejamento para gestão por parte das instituições responsáveis pela proteção dos recursos arqueo-culturais. Visto que em ambas as imagens dos sambaquis mostradas neste estudo são evidentes as ações de vandalismo nos sítios



arqueológicos como, por exemplo, a casa para pouso de pescadores existente sobre o Sambaqui Laranjeiras na Baía de Guaratuba (PR) (figura 4), bem como o corte na vegetação de contenção do perfil na margem frontal do rio. Situações como estas já são citadas em estudos desta natureza como em Bandeira *et al* (2009) e Fernandes (2014).

No mais, outros fatos relevantes a serem observados são o baixo efetivo que trabalha na fiscalização e orientação da comunidade quanto à degradação dos bens patrimoniais. Os municípios detentores destes bens necessitam promover a articulação e parcerias entre o poder público local, o Estado, a Federação e o Terceiro Setor, visando executar programas de educação patrimonial participativos para diferentes públicos, discutindo a criação de um Plano Preventivo de gestão do patrimônio arqueológico que considere maior divulgação do mesmo, para que resultados de pesquisas como a deste estudo não circule apenas nos meios acadêmicos.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M.C.; DE BLASIS, P.A.D. (1994) Aspectos da Formação de um grande Sambaqui: Alguns indicadores em Espinheiros II, Joinville. In: *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v 4, p. 21-30

ANGULO, Rodolfo. José (1992). *Geologia da planície costeira do Estado do Paraná*. Tese de Doutorado. São Paulo: IG/USP, 334p.

ANGULO, Rodolfo José; PESSENDA, Luiz Carlos Ruiz; DE SOUZA, Maria Cristina. *O significado das datações ao 14C na reconstrução de paleoníveis marinhos e na evolução das barreiras quaternárias do litoral paranaense*. *Brazilian Journal of Geology*, v. 32, n. 1, 2008, p. 95-106.

BANDEIRA, D. da Rocha. *Mudança na Estratégia de Subsistência – o Sítio Arqueológico Enseada I – Um estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UFSC. 1992.

_____. *Ceramistas Pré-coloniais da Baía da Babitonga – Arqueologia e Etnicidade*. Tese de Doutorado em História, UNICAMP. 2004.

_____. *Povos Sambaquianos: os construtores dos montes de conchas e os maus antigos moradores da Baía da Babitonga*. *Revista Joinville Ontem e Hoje*. V (3) 2005, p. 4-9.

_____. *Zooarqueologia: Arqueologia e Biologia na busca da compreensão do passado humano*. *Caderno de Biologia – XII Semana do Biólogo 2006*. Departamento de Biologia. Univille. 2007.



BANDEIRA, Dione da Rocha. et alii.(2009) Estudo estratigráfico do perfil nordeste do Sambaqui Cubatão I, Joinville/SC. *In: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, n 19, p .119-142.

BECK, A. *Sambaqui de Enseada I -SC.LN.71- um estudo de tecnologia pré histórica*. Tese apresentada à UFSC para obtenção do título de Docente-livre. Florianópolis, 1973.

BIGARELLA, João. José. (1950/1951) Contribuição ao estudo dos sambaquis no Estado do Paraná I, regiões adjacentes às baías de Paranaguá e Antonina *In: Arquivos de Biologia e Tecnologia*, n.5/6, Curitiba, p. 231-292.

_____ et alii. *Sambaquis*, Curitiba, Pr: Posigraf, 2011.

BROCHIER, Laércio. Loiola. (2002). Levantamento de recursos arqueológicos para o Plano de Manejo e Zoneamento Ecológico e Econômico da APA Guaratuba. *Relatório técnico Curitiba, 90p*.

FERNANDES, José. Loureiro. Os sepultamentos do sambaqui de Matinhos. *In: XXXI Congresso Internacional de Americanistas* São Paulo: Ed. Anhembi, v.2, 1955. p. 579-602.

FERNANDES, Rosane Patrícia. (2014). Gestão e Preservação do Patrimônio Arqueológico em unidades de conservação, caso do Parque Estadual do Bogaçu Guaratuba – Pr. 2014, 207 fl. *Dissertação* (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville.

FIGUTI, Levy. (2009). Construindo o sambaqui: a ocupação e os processos de construção de sitio na bacia do Canal do Palmital, Santa Catarina. *In: Relatório Final*. São Paulo: USP/FAPESP.

GOULD, R.A. (1977). From Tasmania to Tucson: new directions ins ethnoarchaeology. In :GOULD, R.E. (Ed.). *Explorations in ethnorachaeology*. Albuquerque: Unoverity of New Mexico. Press 1978 p.1-10.

HEREDIA, Osvaldo R.; BELTRÃO, Maria Conceição M. C.(1980) Mariscadores e pescadores pré-históricos do litoral centro-sul brasileiro. *In: Pesquisas, Série Antropologia*, v. 31, p. 101-119.

KNIE, J. L. W. (COORD.) (2002). *Atlas Ambiental da Região de Joinville – Complexo Hídrico da Baía da Babitonga*. Florianópolis, FATMA/GTZ , p. 13-14.

OLIVEIRA, Mário S.C. (2000). Gestão do Patrimônio Arqueológico. *In: Os sambaquis da planície costeira de ville, litoral norte de Santa Catariana: Geologia, Paleografia e Conservação*. In situ. 2000. 301f. *Dissertação* (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. pg 183-224.



_____. (2001) *Os sambaquis da planície costeira de Joinville, litoral norte de Santa Catarina: Geologia, Paleografia e conservação in situ*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Florianópolis, UFSC.

ORSSICH, A. (1977). O sambaqui do Araújo II, nota prévia. In: *Cadernos de Arqueologia*. Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá-UFPR, n.2, p.11-60.

PEIXE, Sarah Petrykowski, MELO Jr, João Carlos Ferreira de., BANDEIRA, Dione da Rocha. (2007). Paleoetnobotânica dos macrorestos vegetais do tipo trançados de fibras encontrados no sambaqui Cubatão I, Joinville-SC. In: *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. SP, v 17, p. 211-222.

PARELLADA, C. I; GOTTARDI NETO, (1993) A. Inventário de sambaquis do litoral do Paraná. In: *Arquivos do Museu Paranaense*, nova série Arqueologia, Curitiba, n. 7, p. 1-42.

PROUS, André. (1992). *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora Univerisade de Brasília.

RUIZ, João Alvaro. (1979). *Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos*. São Paulo. Atlas.

SÁ, Júlio Cesar de. (2014). *Etnoarqueologia e Arqueologia experimental: desatando informações sobre nós e amarrações em fibras do sambaqui Cubatão I, em Joinville – SC*, 138 fl. Monografia (Especialização em Arqueologia) - Universidade da Região de Joinville, Joinville/SC.

SAMPAIO, J. D.; AUBRY, T. (2008): Testar e recriar em Arqueologia: balanço e perspectivas. In Sampaio J. D.; Aubry, T. (ed.): *Forum Valorizafao ePromofao do Patrimonio Regional. Actas das sessiies*; Vol. 4. Porto: ACDR de Freixo de Numao: 10-21.

SANTOS, Adriana Pereira dos; BIANCHINI, Gina Faraco; BANDEIRA, Dione da Rocha; MELO JUNIOR, João Carlos Ferreira de. (2013). Macrovestígios arqueológicos vegetais encarcados: Subsídios para o resgate e conservação. In: *Abordagens Estratégicas em Sambaquis*. 2013, p. 237-250.

SILVA, Fabíola Andrea. (2009). Etnoarqueologia: Uma perspectiva arqueológica para Estudo da Cultura Material. In: *MÉTIS: história & cultura*. v. 8, n. 16, jul./dez, p. 121–139.

VIEIRA, Celso Voos (2008). *Mapeamento geológico costeiro e evolução paleogeográfica do setor oriental da folha Garuva, nordeste de Santa Catarina, Brasil*. Florianópolis – SC, p. 172 Dissertação Mestrado em Geografia – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

VIEIRA, Celso Vãos; FILHO, Norberto Olmiro Horn; BONETTI, Carla Van Der Haagen; J. BONETTI.(2008) Caracterização Morfosedimentar e Setorização do Complexo Estuarino da Baía da Babitonga/SC. In: *Boletim Paranaense de Geociências*, Curitiba/PR nº 62-63, p. 85-105.



PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE ARTESANATO E ARTESÃOS NO BRASIL: INTERESSES E POSIÇÕES NO CAMPO ARTESANAL

VEGA TORRES, Daniel Roberto

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR*

*Bolsista CAPES
dvega@jdc.edu.co*

105

RESUMO

O objetivo do artigo é apresentar um estudo de revisão da produção acadêmica sobre artesanato e artesãos no Brasil entre os anos 2000 e 2014. O trabalho tem como dados a identificação e objeto de pesquisa de 172 documentos entre artigos, dissertações e teses. Primeiro, se faz uma relação contextual do campo artesanal desde sua constituição como patrimônio cultural e como empreendedorismo, logo se apresenta uma descrição teórica do campo artesanal e sua relação com a produção acadêmica. Após se propõe uma forma de trabalho de análise posicional dos documentos por meio da análise da identificação, posteriormente se propõe uma análise dos textos desde seu conteúdo, focalizando o problema ao contexto geográfico, cultural, econômico e político. Embora exista um crescimento nos últimos anos de produção do artesanal e de conhecimento sobre ele, a integração social é ainda pouca e merece um fortalecimento na construção de instituições onde os saberes e conhecimentos sobre a atividade seja mais aberta e integradora das diferentes regiões do Brasil.

Palavras-chave: Artesanato, Produção acadêmica, Brasil.

ABSTRACT

The aim of this paper is to present a systematic review of the academic literature on handicrafts and artisans in Brazil between 2000 and 2014. The article analyzes identification and object data of 172 documents between articles, dissertations and theses. First, it is a contextual relationship of the craft field since its constitution as cultural heritage and as entrepreneurship, soon presents a theoretical description of the craft field and its relationship to academic production. Next, proposes a form of positional analysis work documents by analyzing the identification, subsequently proposes an analysis of texts from their content, focusing on the problem to the geographical, cultural, economic and political context. While there is growth in recent years of production craft and knowledge of it, the social integrate is still low and deserves a strengthening in building institutions where knowledge of the activity to be more open and inclusive of different regions of Brazil.

Key-words: Crafts, Academic production, Brazil.

INTRODUÇÃO

Uma das formas de compreender o campo artesanal é interpreta-lo como um espaço social acadêmico, onde se produz uma serie de trabalhos que geram e recriam os códigos que



se usam na prática social. A atividade de pesquisa e produção do conhecimento formal sobre o cultural permite medir a relação entre as disciplinas, à atividade social e a direção dos esforços acadêmicos para o debate sobre o cultural no Brasil. Um estudo do estado das publicações recentes sobre o artesanato desde as instituições universitárias pode servir de avaliação das problemáticas trabalhadas no momento e as formas de inserção e interpretação do campo desde diferentes agentes sociais com conhecimentos diversos. A produção de conhecimento tem implicações políticas e económicas, tanto na forma de reconhecer os objetos e os agentes, dando legibilidade, como na forma de programar ações para à formação empresarial e patrimonial como eixo do movimento social atual do artesanal.

O estudo tem pertinência na medida em que o debate atual sobre o artesanal apresenta uma análise mais focalizada aos discursos do Estado e os artesãos, desconhecendo as intervenções académicas como um processo de formação disciplinar desde o século XX, e sua contribuição direta (programas governamentais) ou indireta (pesquisas e planes de estudo) na construção do campo artesanal no Brasil. Nesse sentido, fazer um estudo da produção do conhecimento do artesanal, entendido como uma atividade de participação diferenciada, permite entender os interesses e posições que os agentes ocupam no espaço social.

O objetivo do artigo é apresentar um estudo de revisão da produção académica sobre artesanato e artesãos no Brasil entre os anos 2000 e 2014. O trabalho tem como dados os documentos do portal de periódicos CAPES e da base de dados Open Access Teses e Dissertações (OATD), onde com as palavras chave: artesanato e artesão logrou-se a coleta de 172 documentos entre artigos, dissertações e teses, permitindo analisar os dados das dimensões identificação e objeto do documento. Primeiro, se faz uma relação contextual do campo artesanal desde sua constituição como patrimônio cultural e como empreendedorismo, logo se faz uma descrição teórica do campo artesanal e sua relação com a produção académica. Depois se propõe uma forma de trabalho de análise posicional dos documentos por meio da análise da identificação, posteriormente se propõe uma análise dos textos desde seu conteúdo, focalizando o problema ao contexto geográfico, cultural, económico e político. Pelo ultimo se faz uma relação da produção académica e as características do artesanato como atividade social, fazendo uma crítica às posições e interesses que a constituem.



1. PATRIMÔNIO CULTURAL E EMPREENDEDORISMO NO CAMPO ARTESANAL

A atividade artesanal pode compreender-se historicamente como um processo com fortes mudanças ao longo dos últimos séculos, o que permite que tenha como característica particular à polissemia. O trabalho artesanal no século XX, deriva da compreensão histórica de duas formas de produção no século anterior desde sua concepção territorial: A primeira, com os ofícios e atividades produtivas nas grandes metrópoles com guildas, até os princípios do Império quando foram extintas, sendo estas as formas de sociabilidade mais reconhecidas no ocidente com a formação de mão de obra na colônia, que tinham status e poder social (MARTINS, 2007). A segunda, com a produção dentro das grandes fazendas e demais populações rurais, na economia de subsistência onde os ofícios reproduzem formas de vida cotidiana, a relação entre o trabalho e subsistência materializa a reprodução de técnicas laborais, mais não obtêm algum status significativo à diferença dos trabalhadores nas metrópoles (FURTADO, 1963). A submissão do trabalhador escravo e livre mudou-se ao contrato logo da abolição da escravidão, o que significou outra forma de exploração no mercado liberal (HUNOLD, 1998).

Embora se identifique como uma forma de exclusão da população do trabalho industrial nos inícios do século passado, o artesanal é um fenômeno complexo de técnicas, formas de organização laboral, cultural e de sociabilidade que se estende pelos territórios e ambientes. Relativamente é um fenômeno recente na academia, pois só desde o século XX tem importância na configuração social dos países latino-americanos como problema ou questão social (VEGA, 2013). De forma contrária à problemática de desigualdade e exclusão onde se constrói a atividade, os primeiros trabalhos sobre o artesanal têm como objeto os valores, representações e crenças da população. O trabalho político e econômico na procura de obter um governo forte nos territórios obriga a desenvolver ações de organização locais, em especial com a ideia de fortalecer o “caráter nacional” brasileiro (CHAUÍ, 2000).

A construção da nação brasileira permite o surgimento da questão cultural, especialmente o reconhecimento do folclore e a necessidade de descrever e representar as diversas formas de vida das populações rurais. O trabalho da produção acadêmica iniciou-se desde a profissionalização das ciências sociais, principalmente da antropologia. Na metade do século XX adquire uma relativa autonomia nos estudos, pois a condição laboral e o



reconhecimento de direitos como trabalhadores conduz a outra forma de apropriação, o que permite uma mudança na prática acadêmica, adquirindo maior valor como uma expressão da forma de trabalho rural e informal. Junto ao crescimento no inteiros acadêmico, os problemas principais foram o crescimento da informalidade laboral, a exclusão de direitos sociais dos trabalhadores por conta própria, e um crescimento urbano não planejado.

Aos fins do século passado, o artesanato se apresenta como uma atividade em crescimento, na medida em que a informalidade e o desemprego estrutural crescem (MARTINS, 2009), convertendo-se em um campo donde a diversidade de agentes e atividades se multiplica. Com as mudanças nas condições laborais desde os anos oitenta, logo da queda econômica no Brasil, e as reformas políticas na época, o cenário de relativa estabilidade na concepção industrial da produção nas metrópoles, obriga a um crescimento na participação da população em atividades economicamente diferentes, o que se constitui como uma forma de subsistência das famílias. O crescimento da individualização, a multiplicação das formas de identificação social, a flexibilidade dos tempos do trabalho, o rápido deslocamento das populações dentro e fora do país, o crescimento das tecnologias da comunicação e informação, o deslocamento do mercado laboral na globalização, e com ele os direitos coletivos, o crescimento da terceirização laboral, entre outros fenômenos (ANTUNES, 2002) constituem um novo panorama de reconhecimento do artesanal.

Dois caminhos ou trajetórias são relevantes no fortalecimento das práticas de organização econômica, política e simbólica do artesanal. Desde o Estado e as associações civis se promove, pelo um lado, a proteção do artesanal como bens materiais e culturais que tem uma tradição e costumes que identificam e valoram as comunidades como eixo da diversidade dos territórios que conformam o país, sejam afrodescendentes, indígenas, ou das culturas europeias das diferentes migrações nos dois séculos passados. O artesanal como patrimônio cultural é uma força de ordenamento, um tipo de discurso que ordena os agentes, objetos e ambientes, permitindo sua identificação, classificação e distinção de outras formas de produzir, viver e comunicar. Fala-se de resgate, proteção e promoção do saber, no só técnico, mais também cotidiano ou comportamental. Isto permite um tipo de debate desde o que se pode chamar como *economia simbólica do artesanal*.

Por outro lado, se promove desde as ações políticas o empreendedorismo, como uma forma de proteção e promoção econômica no mercado laboral, as formas de organização se multiplicam logo da integração da mão de obra expulsa do trabalho formal, seja pela ação



negativa que implica uma separação da população ativa pela formação, idade, raça ou gênero - o que é parte distintiva do mundo do trabalho na globalização-, ou pela ação positiva (volitiva), como uma separação e construção de formas de vida desde fora do sistema laboral. Neste último, a diversidade na organização pode dar-se tanto na procura por uma forma de integração relativamente autónoma para o mercado, e dizer a articulação da atividade artesanal como empresa (micro e pequena) como ideia de auto-emprego, ou pelo contrário como uma procura por alternativas ao capitalismo desde formas de organização de produção e mercados de troca sobre outras economias. Assim, isto permite outro tipo de debate que se pode chamar de *economia política do artesanal*.

As duas formas de ação constroem identidades, bens simbólicos e espaços de interação. Como identidades, pode falar-se na constituição do *ser artesão*, um agente diferente de outras profissões ou ocupações como o artista ou o técnico, embora se reconheça que as identidades são produto de interações sociais e não são entidades naturais das pessoas, esta problemática produz a necessidade de identificação corporativa ou de categoria pelas condições de políticas laborais no país, o que leva a seguir as estratégias de formalização laboral industrial, no caso de Brasil, a carteira do artesão. Como bens simbólicos, se reproduz a ideia do artesanato como uma construção discursiva do tradicional, é uma invenção que se constitui pela memória individual ou coletiva de uma população ou comunidade, o artesanato é produto dos interesses que legitimam uma “forma de olhar” os objetos. Além disso, se constroem espaços de produção e comercialização: talheres, oficinas, lojas, fêrias, etc. Os espaços são móveis e condicionados a um tipo de prática informal ou formal.

Para complementar a reflexão sobre o artesanal no Brasil, pode pensar-se como se produz conhecimento científico desde um dos espaços que constituem o campo, e dizer a academia. Pois, se a institucionalização das disciplinas científicas no século passado foi participe da formação da questão cultural, especialmente no artesanal como forma nacional e económica da sociedade, podemos nos questionar ¿qual é a participação atual dos trabalhos académicos na configuração do campo artesanal desde sua particularidade de proteção e promoção como patrimônio cultural e como forma de empreendedorismo empresarial no capitalismo? De forma geral, ¿quem e onde se produz o conhecimento atual sobre o artesanato no Brasil desde os últimos anos? Assim, a análise tem como base a relação entre academia, atividade cultural e económica no artesanal.



2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

É frequente encontrar na literatura acadêmica duas formas de definição essencialista do artesanal: uma determinação negativa e outra afirmativa. Como uma determinação negativa de outros campos ou atividades, pode ser com o trabalho industrial, é dizer, como uma atividade não industrial e com baixa especialização técnica; seja também como fenômeno artístico, pois não é “Arte”, é dizer, não compromete os valores e códigos que fazem legível uma obra artística e por ele não é reconhecida dentro do campo artístico. Em quanto ao mercado laboral, não é uma atividade empregatícia formal como outras ocupações, o que a vincula como uma ocupação principalmente informal. Como determinação afirmativa pode entender-se a ideia de mitificação do artesanal ao pensa-la como uma atividade “natural” de produção do ser humano, e que tem particularidade objetiva nas diferentes regiões, seja como folclore ou tradição técnica. Um dos problemas que produz a mitificação da atividade é não entender as mudanças e conflitos sociais que permitem que um grupo de pessoas mudem sua vida, saberes e interesses em diversos espaços e tempos.

Por outro lado, entender o artesanal como um tipo de estrutura social resultado das interações socioambientais dinâmicas que se constroem histórica e geograficamente, leva a reflexionar a atividade como um conjunto de práticas e instituições que permitem uma análise relacional e contingente. A atividade artesanal é um campo social com relativa autonomia, nesse sentido se constitui de diversos agentes que entram em conflito e associação por uma serie de recursos materiais e simbólicos, o que permite compreender sua atuar desde posições (objetivas) e disposições (subjetivas) ou interesses no espaço social (BOURDIEU, 2007).

Os agentes do campo podem ser tanto artesãos como grupos ou associações de produtores e consumidores que participam do mercado. Eles se definem e posicionam no campo pelas condições de força que tenham para intervir no espaço social ou volumem de capital que eles têm a disposição. Para o caso do campo artesanal o capital pode ser representado em capital cultural, económico, social e simbólico. Não existe, desde uma visão sociológica, um artesão como fato essencial na sociedade humana, existe um sistema de relações que permitem reconhecer um tipo de estrutura do artesanal que define sujeitos, práticas, identidades, códigos, normas e instituições em conflito e mudança.

Uns dos agentes que participam da reprodução do campo são os acadêmicos e pesquisadores, pois além da pretendida neutralidade dos estudos sociais, os códigos e práticas



deste grupo permite a interpretação e reflexão dos agentes para conceber sua toma de posição, como estratégia de mobilidade dentro do espaço. É uma dualidade de estrutura (GIDDENS, 2003), onde a prática social na realidade constitui os trabalhos de acadêmicos, e os últimos interferem na atividade dos demais agentes. A relação não é direta e previsível, mais tem uma possibilidade de diálogo territorial pelo conteúdo e os interesses das pessoas.

É desde uma forma de compreensão do artesanal como atividade cultural, econômica e laboral como pode diferenciar-se na sociedade, permitindo que exista uma relação dinâmica entre os códigos ou símbolos que o representam, e as posições dos agentes que a produzem e constituem (SAPIEZINSKAS, 2012). Nesse sentido, no século XXI, é relevante compreender a forma em que a produção acadêmica constitui um tipo de representações com o fim de observar os interesses e recursos que podem estruturar o campo artesanal atualmente, tanto em à posição dos acadêmicos, como em o conteúdo dos trabalhos e documentos.

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

O trabalho de pesquisa é de tipo descritivo, com metodologia de análise de conteúdo. Realizou-se uma indagação diante o portal de periódicos CAPES, sobre artigos, dissertações e tese com as palavras chave artesanato e artesão, em um rango de anos de 2000 a 2014. Para a palavra “artesanato” aparecem um total de 522 documentos, 394 artigos e 118 dissertações e teses, 5 artigos de periódico, 2 recursos textuais, uma (1) ata de congresso e uma (1) resenha. Para a palavra “artesão” encontrou-se 136 documentos, 110 são artigos e 26 dissertações e tese. Além, se realizou uma indagação na base de dados Open Access Theses and Disertations (OATD) sobre dissertações e teses com as palavras artesão e artesanato, nos anos 2000 a 2015.¹ Obtiveram-se um total de 232 documentos entre teses e dissertações.

O trabalho de análise e discriminação permitiu depurar o número de documentos em função de repetição, o uso da palavra artesanato de forma metafórica, aqueles que não formam parte do território brasileiro, e aqueles que não tenham informação completa para identificação. Assim, logo da discriminação dos documentos no portal periódicos CAPES selecionou-se 87 documentos, dos quais 46 são artigos, 33 dissertações e 8 tese. Na base de dados OATD selecionou-se 85 documentos dos quais 66 são dissertações e 19 teses. Ao fazer

¹ Para o ano 2015 o autor decidiu integrar um documento para avaliação da base de dados OATD.



o cruze dos dados encontrou-se 28 repetidos com o portal CAPES. Em total para a amostra foram utilizados 172 documentos: 46 artigos, 99 dissertações e 27 teses.

As variáveis de análises são a identificação e objeto dos documentos. Na identificação se descrevem as seguintes dimensões: título, autores, área de conhecimento, ano, tipo de documento, universidade ou centro de pesquisa e UF. No objeto, selecionaram-se as seguintes dimensões: Resumo e objetivos. A análise se faz na primeira variável no posicionamento dos agentes no campo, permitindo comparar a quantidade de agentes e o lugar onde se fala e se produz. O conteúdo dos trabalhos apresenta uma análise qualitativa, onde se reconhece os interesses e representações do artesanal no campo.

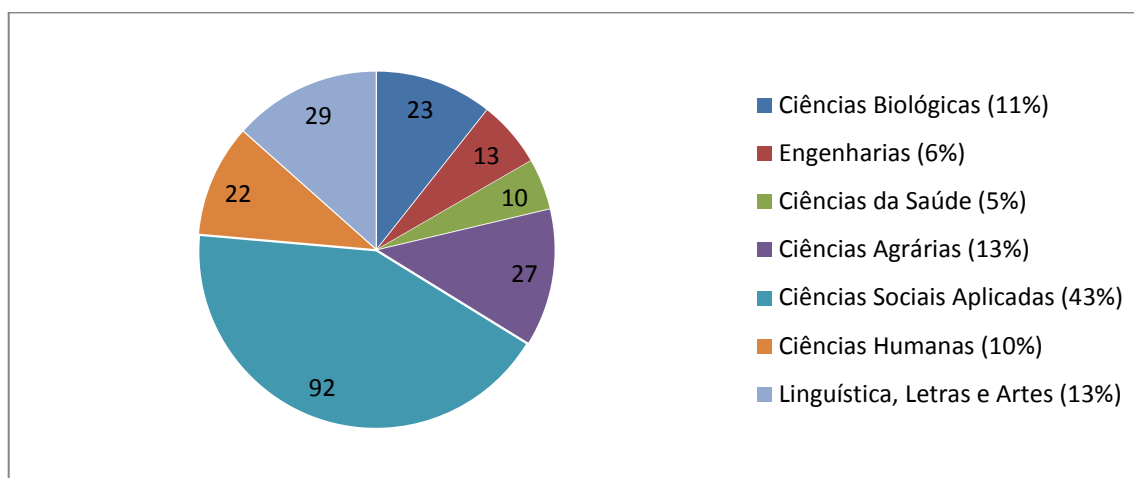
3.1. Posicionamento e identificação

Como resultados na identificação dos documentos, existe uma maior participação das mulheres na produção de conhecimento na área, aproximadamente um 67%. É importante reconhecer que existe um crescimento na participação da mulher tanto no trabalho artesanal, como em sua produção acadêmica, o que implica que é um espaço econômico e político de importância para a identificação e promoção da atividade laboral e cultural de gênero. As profissões destas pesquisadoras e pesquisadores (Tabela 1) apresentam uma maior participação de administradores (29) e designers (16). As engenharias tem uma significativa integração na produção acadêmica (13), o que tem relação com a promoção do melhoramento técnico e seu impacto na produção artesanal. As profissões que desde as ciências sociais, como produtoras do discurso cultural artesanal no século passado seguem integrando o campo, em especial em trabalhos acadêmicos mais especializados como dissertações e tese.

Tabela 1 – Número de pesquisadores sobre artesanato pelo tipo de documento (10 primeiras disciplinas)

Disciplinas	Artigo	Dissertação	Tese	Total
Administração	21	7	1	29
Design	2	11	3	16
Educação	4	7	4	15
Engenharia	5	8	0	13
Artes	1	9	2	12
Antropologia	2	4	4	10
Geografia	2	7	1	10
Psicologia	3	3	4	10
Biologia	4	4	1	9
Agronomia	7	0	1	8

Fonte: Portal periódicos CAPES e OATD (2015). Elaboração do autor.

**Figura 1 - Produção acadêmica sobre artesanato pela área de conhecimento CNPq**

Fonte: Portal periódicos CAPES e OATD (2015). Elaboração do autor.

Para fazer uma relação mais geral, pode-se agrupar pela área de conhecimento aos pesquisadores (Figura 1), onde as ciências sociais participam de uma maior parte da amostra, o que pode analisar-se na quantidade de pesquisas em administração, psicologia e antropologia. O que tem maior relevância nestes dados é que as áreas de ciências biológicas e ciências agrárias se apresentam como relevantes em igual medida às ciências humanas e as artes. Sejam diferentes os objetivos pelas áreas, o significativo é que os acompanhamentos das ciências naturais são parte das novas mudanças no campo artesanal, sejam em o melhoramento da produção como em a aplicabilidade técnica em qualquer parte do processo de produção. Embora exista uma participação maior de disciplinas na produção de conhecimento, não pode argumentar-se que exista um processo de interdisciplinaridade, pois não existe uma contribuição significativa e contínua entre as áreas ou disciplinas desde projetos conjuntos, se reconhece melhor como multidisciplinariedade.

Em relação aos centros ou instituições acadêmicas pode observar-se que para um total de 67 universidades e centros de pesquisa no Brasil que aparecem nos documentos selecionados, as principais instituições para a produção sobre o artesanato pelos trabalhos acadêmicos são UFRGS (12), USP (11), UnB (10), e PUC-RJ (9) (Tabela 2). Ainda seja a UFRGS a que tenha maior frequência, é importante reconhecer que a Unicamp têm maior produção de teses na amostra de documentos, o que pode diferenciar o tipo de pesquisas e o tempo de desenvolvimento para a produção. Existe um maior número de dissertações nas



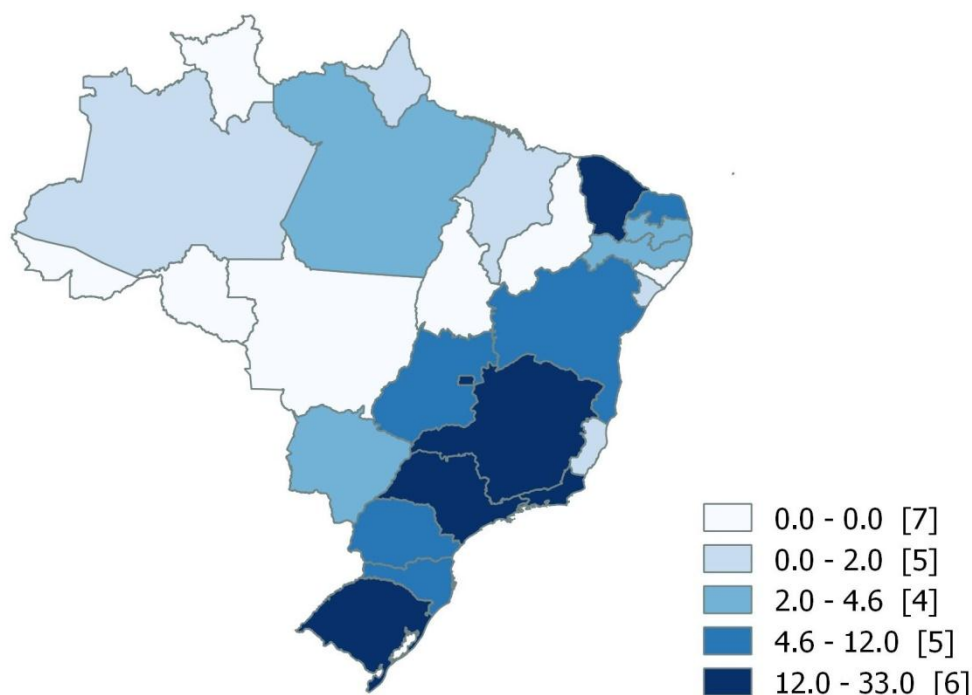
primeiras oito universidades, em especial na USP. Como centros de produção de conhecimento pode se olhar uma participação significativa de universidades metropolitanas.

Tabela 2 - Produção acadêmica sobre artesanato nas 8 primeiras instituições universitárias pelo tipo de documento.

Instituição	Artigo	Dissertação	Tese	Total
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	3	6	3	12
Universidade de São Paulo	0	8	3	11
Universidade de Brasília	1	7	2	10
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	1	5	3	9
Universidade Estadual de Campinas	0	1	6	7
Universidade Federal de Bahia	2	5	0	7
Universidade Federal do Ceará	0	6	1	7
Universidade Federal de Ouro Preto	2	4	0	6

Fonte: Portal de periódicos CAPES e OATD (2015). Elaboração do autor.

Mapa 1. Distribuição de Universidades com produção acadêmica sobre artesanato por UF.



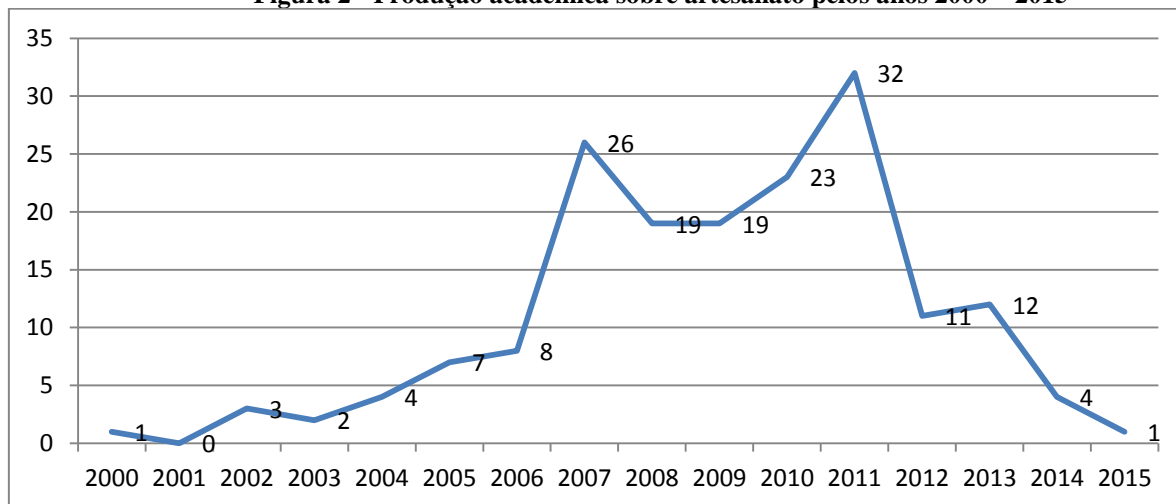
Fonte: Portal de periódicos CAPES e OATD (2015). Elaboração do autor.

De forma geral, das 173 universidades e centros, em vinte (20) estados é onde se apresenta produção de documentos acadêmicos sobre o artesanal, os quais se encontram inscritos no portal CAPES e OATD. Embora, os Estados que tem maior presença de universidades que produzem sobre artesanato são: São Paulo (33), Rio Grande do Sul (22),



Minas Gerais (22), Rio de Janeiro (15) e Ceará (14) (Ver Mapa 1). Neste sentido, na amostra de documentos, existe uma falta de visibilidade de produção de conhecimento desde outros contextos, prevalecendo às regiões Sudeste, Nordeste e Sul.

Figura 2 - Produção acadêmica sobre artesanato pelos anos 2000 – 2015



Fonte: Portal de periódicos CAPES e OATD (2015). Elaboração do autor.

De outro lado, pela amostra se expressa um crescimento da produção de trabalhos sobre artesanato nos últimos anos, principalmente desde o ano 2007. Existe uma continuidade na produção acadêmica devido a um tipo de institucionalização do artesanal, o que vem acompanhando os programas de governos estaduais e locais. Consegue-se um tipo de identificação acadêmica dos trabalhos, com referencia a formas de trabalho com comunidades locais, das periferias urbanas e as zonas rurais. A continuidade no tempo pressupõe, então, a continuidade de forças políticas e econômicas na formação de um tipo de atividade de mercado cultural.

Desta forma, o posicionamento dos pesquisadores apresenta uma concentração da produção nas metrópoles, tem uma relativa continuidade e um crescimento desde os últimos 10 anos, as principais áreas acadêmicas são das ciências sociais, especificamente. As disciplinas de maior frequência são administração e design. A posição dos acadêmicos no Brasil oferece uma identificação espacial que ainda não constitui uma articulação direta a projetos políticos da sociedade civil, mas contribuem a uma reflexão dos agentes e objetos que constituem o campo artesanal.



3.2. O artesanal como objeto de estudo e interesse

Como forma metodológica se analisa o uso da palavra artesanato e artesãos. Como forma técnica de tratamento dos dados, realizou-se uma Análise Lexical dos Textos pelo programa SPHINX (<http://www.sphinxbrasil.com>), o que permitiu concentrar as palavras em seu ambiente contextual para uma comparação e leitura global dos textos. Desde a palavra “artesanato”, os documentos apresentam uma maior referencia a três tópicos: o territorial, o econômico, e o organizativo.

No territorial, os documentos da amostra apresentam uma continuidade na importância das características locais na produção do artesanato, integrando frequentemente a palavra ao lugar. É notável que a importância do fazer das comunidades rurais principalmente seja parte das pesquisas no artesanal. Utiliza-se de forma indistinta o conceito, sendo representativos os seguintes: artesanato tradicional (BUZATO, 2002), artesanato indígena (CALDAS, 2007), artesanato rural (TEIXEIRA, F. et. al., 2007), artesanato folclórico (AVELINO, 2007), artesanato popular (SOUZA, 2010) e artesanato local (CINELLI, 2010). Nesta visão o artesanato é objeto territorial, produto dos costumes, tradições e técnicas das comunidades locais, rurais ou populares; assim, não pode perceber-se um interesse fora da territorialidade e sua implicação na população. Embora não seja específico o padrão teórico em alguns casos, o importante é que os usos da palavra têm forte contextualização local.

Na economia a diferença da anterior, encontra-se o problema técnico e de comercialização como um dos fatos mais relevantes. O interesse no melhoramento da produção dos artesanatos tem como finalidade contribuir a uma demanda especializada de produtos de qualidade no mercado para uma melhor competição. Desde este objetivo, existe uma maior presença do discurso técnico ou focado as matérias primas, e como pode ser seu desenvolvimento na produção. Existem exemplos como o artesanato de caixeta (BUZATO, 2002), artesanato com palha de milho (TEIXEIRA, F. et. al., 2007), artesanato de retalhos de tecido (TEIXEIRA, M. et. al., 2011), artesanato de barro (LIMA, 2011), artesanato com lã de ovinos (OLIVEIRA et. al., 2013), artesanato de cestaria (RODRIGUES, 2008), entre outros.

No organizativo, se apresenta uma frequência na participação dos trabalhos de pesquisa na intervenção e descrição das associações de artesãos. É frequente o interesse pela compreensão das empresas do setor artesanal, as formas de instituir a atividade diante programas e praticas de cooperativas e outros núcleos no trabalho artesanal. Tanto os trabalhos de antropologia como de design têm uma forte integração na forma de organização



produtiva, seja pelos interesses culturais ou comerciais, o significativo é que são agentes que têm muita participação na construção do campo artesanal.

A frequência da palavra artesãos foi menor na ubiquação e seleção dos documentos, o que além de um processo técnico representa um indicador específico da importância principal do objeto artesanal frente aos sujeitos produtores. As mudanças no interesse acadêmico pelo melhoramento do setor artesanal têm uma lógica mais utilitarista na reprodução do artesanato como um produto especial que merece maior pesquisa para seu desenvolvimento no mercado nacional e globalizado. A relevância pode dar-se também pelo interesse das áreas de conhecimento, pois na prática das engenharias ou ciências agrárias, o fator do artesão é relativamente secundário, o que não implica que seja oculto. Não obstante, com uma maior participação das disciplinas das ciências naturais, os problemas na academia sobre o artesanal terminam concentrando-se em o artesanato como eixo principal.

3.3. Produção do artesanal e academia

Ao fazer uma análise comparativa nas mudanças do campo artesanal como uma construção social e histórica e sua produção acadêmica, encontraram-se muitas relações entre os interesses de pesquisa e os lugares onde se produz conhecimento sobre a atividade. Frente a pouca sistematização dos dados sobre os artesãos no Brasil, pode trabalhar-se uma análise de correlação com os dados da pesquisa feita no ano 2009 no IBGE nos municípios do país (IBGE, 2010), como uma pesquisa de dados nacionais que permitem a relação conjunta de programas culturais, laborais e artesanais pelos municípios e cidade.

Como uma forma de fazer uma análise da problemática cultural e laboral do artesanato desde as posições e interesses da produção acadêmica do conhecimento, se analisam por um lado às porcentagens da quantidade de Universidades que produz conhecimento pela UF, da quantidade de municípios com grupos de artesãos, da quantidade de municípios com programas de geração de trabalho e renda, da quantidade de municípios com legislação sobre patrimônio cultural e da quantidade de municípios com mecanismos ou programas de incentivo para empreendimentos (Tabela 3). Como se propõe na reflexão teórica, as tendências teóricas no campo artesanal estão na visão cultural ou patrimonial e a visão empresarial, o que no quer dizer que sejam contraditórias.

**Tabela 3. Porcentagens de produção acadêmica sobre artesanato e legislação sobre patrimônio cultural e empresarial por região.**

	UF	A	B	C	D	E
Norte	RO	0	0,6	0,7	0,9	0,8
	AC	0	0,4	0,1	0,5	0,3
	AM	1,2	1,2	0,8	1,1	1,1
	RR	0	0,2	0,2	0,2	0,1
	PA	2,3	3,1	1,6	2,6	2,5
	AP	0,6	0,3	0,2	0,2	0,2
	TO	0	1,2	0,6	3	2
		4,1	7	4,2	8,5	7
Nordeste	MA	0,6	2,9	1,3	3,4	2,9
	PI	0	2,6	1	3,9	1,8
	CE	8,1	4,2	2,5	4	3,3
	RN	4	2,8	1,3	2,7	2,5
	PB	1,7	3,2	1,5	4,4	1,7
	PE	1,7	3,8	2,4	4,4	2,6
	AL	0	1,9	0,6	2,2	1,3
	SE	1,2	1,4	0,6	1,6	1
BA	4,6	8,1	4	7,6	5,8	
		21,9	30,9	15,2	34,2	22,9
Sudeste	MG	12,7	16	43,4	11,2	12,6
	ES	1,2	1,8	1,9	1,8	1,3
	RJ	8,7	2,1	3,3	2,2	2,4
	SP	19,1	12,3	10,5	13,9	13,8
		41,7	32,2	59,1	29,1	30,1
Sul	PR	4	6,9	3	7,6	10
	SC	2,9	5,7	4,8	4,1	7,6
	RS	12,7	9,5	8,1	8,3	11,8
		19,6	22,1	15,9	20	29,4
Centro-Oeste	MS	2,3	1,6	1,1	1,6	2
	MT	0	2,5	1,7	2,3	3,4
	GO	2,9	3,5	2,7	4,1	5,2
		5,2	7,6	5,5	8	10,6
	DF	7,5	0	0,1	0	0
	Total	100	100	100	100	100

- A Porcentagem de Universidades com produção de conhecimento sobre artesanato.
B Porcentagem de Municípios com grupos artísticos de artesanato.
C Porcentagem de Municípios com legislação de patrimônio cultural.
D Porcentagem de Municípios com programas de geração de trabalho e renda.
E Porcentagem de Municípios com mecanismos de incentivo a empreendimentos.

Fonte: Portal de periódicos CAPES e OATD (2015); IBGE (2009). Elaboração do autor.

Na relação cultural, pode observar-se que proporcionalmente da produção acadêmica (A) com a porcentagem de grupos de artesãos nos municípios (B) e de programas de



patrimônio cultural (C) têm uma maior concentração nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul, respectivamente. A região Sudeste tem uma alta quantidade de municípios com legislação sobre patrimônio cultural (59,1%) e a maior quantidade de universidades que produz conhecimento sobre artesanato (41,7%), o que pode ter uma relação concreta como interesse de estudo da atividade cultural. Embora os dados dos grupos de artesanato avaliem a presença de grupos e não o número total, pode ser significativo ter como resultado uma relação direta com as porcentagens de produção acadêmica e políticas de patrimônio cultural, especialmente no Sudeste e Nordeste.

Os municípios da região Norte tem maior ausência de produção acadêmica sobre artesanato e baixos porcentagens na legislação cultural, o que permite compreender que a presença da atividade artesanal se encontra nas regiões de maior população e urbanização, gerando como possível tendência à produção de artesanato nas metrópoles acompanhadas de forte presença institucional do Estado e do mercado.

Na relação laboral ou de promoção ao empreendimento, pode observar-se que proporcionalmente a produção acadêmica (A) com a porcentagem de municípios com programas de trabalho e renda (D) e de programas de incentivo de empreendimentos (E) existe uma situação similar onde o Sudeste apresenta uma maior quantidade e homogeneidade nos dados. Embora, existe uma maior presença de incentivos nos empreendimentos em relação à produção de documentos sobre artesanato nas regiões do Norte e Centro-oeste. Nesta relação os dados apresentam umas tendências de avaliação da distribuição das políticas e interesses frente ao campo artesanal, não obstante seja uma aproximação espacial onde se produz conhecimento sobre artesanato no Brasil nas referencias contextualizadas de emprego e proteção ao patrimônio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção acadêmica no artesanal pela amostra de documentos estudada apresenta as seguintes características: Existe uma maior participação de mulheres na produção de documentos, as profissões de maior participação são administradores e designers, a área de ciências sociais aplicadas tem maior porcentagem de documentos acadêmicos. Das 67 universidades ou centros de pesquisa, as principais foram UFRGS (12), USP (11), UnB (10),



e PUC-RJ (9). Os Estados que expressam maior produção de documentos são: São Paulo (33), Rio Grande do Sul (22), Minas Gerais (22), Rio de Janeiro (15) e Ceará (14). Existe um crescimento da produção desde fins da década passada. Em relação ao objeto, existem três assuntos principais nos documentos: *territorial*, produto dos costumes, tradições e técnicas das comunidades locais, rurais ou populares; *econômico*, com interesse no melhoramento da produção dos artesanatos contribuindo a uma demanda especializada de produtos de qualidade no mercado para uma melhor competição; e *organizativo*, estudando as formas de instituir a atividade diante programas e praticas de cooperativas e outros núcleos no trabalho artesanal.

As mudanças da formação de um espaço de produção artesanal no século XX e sua consolidação na primeira década deste século permite reconhecer sua forte relação com a produção do conhecimento, principalmente nas áreas de empreendedorismo e design, o que assegura um tipo de interesse cada vez mais definido no desenvolvimento de empresas artesanais capitalistas. Embora existam pela academia interesses de crítica as formas de exclusão e desigualdade que caracterizam o campo artesanal, é notável que não seja um espaço disciplinar autônomo e contínuo, com formas institucionalizadas de produção, o que também tem como correlação a falta de políticas públicas e informações oficiais de artesãos e artesanato no país. Embora exista um crescimento nos últimos anos de produção do artesanal e de conhecimento sobre ele, a integração social estatal e no mercado é ainda pouca e merece um fortalecimento na construção de instituições onde os saberes e conhecimentos sobre a atividade seja mais aberta e integradora das diferentes regiões do Brasil.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo (2002). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. Campinas, Unicamp.

AVELINO, Carla (2007). O design, a arte e o artesanato deslocando o centro. In: *Cadernos EBAPE. BR*. Vol 5 núm 4. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v5n4/v5n4a08.pdf>

BOURDIEU, Pierre (2007). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectivas.

BUZATO, Heidi Cristina (2002). *Artesanato de caixeta em São Sebastião – SP*. Dissertação de mestrado em Ciências florestais. Universidade de São Paulo.

CALDAS, Iraildes (2007). A visibilidade do trabalho das mulheres Ticunas da Amazônia. *Revista estudos feministas* vol. 15, núm 2. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200014



- CHAUÍ, Marilena (2000). *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Perseu Abramo.
- CINELLI, Mário (2010). A Inter-relação do artesanato tradicional com a Mata Atlântica e seus ecossistemas associados na Rota Turística do Verde e das Águas. In: *Revista Brasileira de Ecoturismo*. Vól. 3 Núm. 1. Disponível em: <http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/38>
- FURTADO, Celso (1963). *Formação econômica do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- GIDDENS, Anthony (2003). *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martin Fontes.
- HUNOLD, Silvia (1998). Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. In: *Projeto Historia* (16), p. 25-38.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Perfil dos Municípios Brasileiros 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- LIMA, Ana Maria de (2011). *Saúde e segurança do trabalhador do barro em arranjos produtivos locais: o caso do artesanato de barro nos bairros olarias e Poti Velho na cidade de Teresina – Piauí*. 190 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/104291>.
- MARTINS, Ana (2009). *Ressignificação produtiva do setor artesanal na década de 1990: o encontro entre artesanato e empreendedorismo*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- MARTINS, Mônica de Souza N (2007). *Entre a cruz e o capital: As corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808-1824)*. Tese (Doutorado) apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 238 p.
- OLIVEIRA, Dyego et. al. (2013). Artesanato com Lã de Ovinos, Turismo e Desenvolvimento Local. In: *Pasos revista de turismo y patrimonio cultural 11*. Disponível em: <http://pasosonline.org/articulos/download/file?fid=57.650>
- RODRIGUES, Letícia (2008) *Medidas para o desenvolvimento de um turismo sustentável no Distrito de Lavras Novas, Ouro Preto – MG*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa.
- SAPIEZINSKAS, Aline (2012). Como se constrói um artesão: negociações de significado e uma “cara nova” para as “coisas da vovó”. In: *Horizontes Antropológicos*, 18 (38), p. 133-158.
- SOUZA, Mariana (2010). *O design dos objetos artesanais produzidos no cotidiano de mulheres idosas*. Dissertação de Mestrado em Design. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- TEIXEIRA, Flavia, et. al. (2007) *Caracterização de Variedades de Milho quanto a Palha para Artesanato e Desempenho Agrônomico*. EMBRAPA Milho e Sorgo - Artigo em anais de congresso (ALICE). Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/490622>
- TEIXEIRA, Marcelo, et. al. (2011) o artesanato de retalhos da comunidade quilombola de Giral Grande, Em: *Interações 12*. Pp. 149-159.
- VEGA, Daniel (2013). *El campo artesanal: aporte teórico social y pedagógico*. Tunja: FUJC.